

PROPOSTA DE GOVERNO

da Frente Popular

CANDIDATURA OLÍVIO DUTRA - 1998

RIO GRANDE DO SUL

Conteúdos:

I – DESENVOLVIMENTO DE VERDADE

**II – QUALIDADE DE VIDA PARA
TODOS**

**III – PARTICIPAÇÃO POPULAR,
AUTONOMIA E DIGNIDADE –
GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO**

I - DESENVOLVIMENTO DE VERDADE	4
I - EMPREGO	7
1.1 - POLÍTICAS ATIVAS DE EMPREGO URBANO	7
1.1.1 - Primeiro Emprego	8
1.1.2 - Apoio a Economia Popular e Solidária	9
1.1.3 - Projeto Rede Estadual de Incubadoras de Empresas	9
1.1.4 - Projetos de Extensão Tecnológica e Crédito para Capacitação Gerencial e Tecnológica	10
1.1.4.1 - Projeto de Extensão Tecnológica	10
1.1.4.2 - Projeto Crédito para Capacitação Gerencial e Tecnológica	10
1.1.5 - Projeto Educação Profissional	11
1.1.6 - Fundo Estadual de Geração de Emprego e Renda	12
1.1.7 - Observatório Permanente de Mercado de Trabalho Gaúcho	12
1.2 - POLÍTICA INDUSTRIAL	13
1.2.1 - Diagnóstico	13
Regiões de Concentração	15
1.2.2 - A experiência da Frente Popular	16
1.2.3 - Propostas da Frente Popular para o desenvolvimento industrial	17
1.2.3.1 Principais pontos	17
1.2.3.1.1 - Relações intra complexo agroindustrial ⇔ agricultura	18
Ações Sugeridas	18
1.2.3.1.2 - Melhoria das relações entre empresas de menor porte ⇔ Grandes capitais e intensificação das relações entre as empresas de menor porte	19
1.2.3.1.3 - Planos emergenciais para recuperação e/ou reconversão de setores geradores de emprego, em particular da indústria de calçados	19
1.2.3.1.3 - Planos emergenciais para recuperação e/ou reconversão de setores geradores de emprego, em particular da indústria de calçados	19
1.3 - CRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO	20
1.3.1 - O Papel do Sistema Financeiro Público Estadual	20
1.3.2 - O Desmonte do Sistema Financeiro Estadual	20
1.3.3 - Propostas da Frente Popular	21
1.3.3.1. As principais funções do Sistema Financeiro Estadual a serem implementadas pelo nosso governo são:	21
1.3.3.2 - Iniciativas da Frente Popular	22
1.3.3.3 Deverá ser considerado o seguinte para a estruturação do Sistema Financeiro Estadual público e democrático:	23
1.4 - POLÍTICA TECNOLÓGICA	23
1.4.1 - Diagnóstico	23
1.4.2 - As Propostas da Frente Popular para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico	25
1.4.2.1 - Democratização da Gestão e Acesso a Informação	25
1.4.2.2 - Infra-Estruturas Para o Desenvolvimento	26
1.4.2.3 - Sistema Alternativo De Crédito Para A Inovação Tecnológica	26
1.4.2.4 - Acesso Ao Comércio Internacional Através De Instrumentos Inovadores	26
1.4.2.5 - Linhas De Pesquisa	26
1.5 - INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO	26
1.5.1 - Transportes	27
1.5.1.1 - Governo Britto não investiu no Estado	27
1.5.1.1.1 - Privatização dos Portos	27
1.5.1.1.2 - Privatização das Estradas Estaduais	27
1.5.1.1.3 - Submissão ao Governo Federal	28
1.5.1.1.4 - Privatização do Detran	28
1.5.1.1.5. Ausência de política para transporte de passageiros	28
a) Seletivo Metropolitano	28
b) Linha Rápida Metropolitana	29
1.5.1.2 - Propostas da Frente Popular	29
1.5.1.2.1 Ampliação e integração do Sistema Viário Estadual	29
1.5.1.2.2 - Qualificação do Transporte Metropolitano	30
1.5.1.2.3 - O controle social das políticas de transportes	31
1.5.2 - Telecomunicações	32
1.5.2.1 - A privatização da CRT	32
1.5.2.2 - Nossas Ações	34
1.5.3 - Energia	35
1.5.3.1 - Diagnóstico do Setor Elétrico	35
1.5.3.1.1 - Setor Elétrico Nacional	35

1.5.3.1.2 - Setor Elétrico Estadual	35
1.5.3.2 - O Governo Britto	36
1.5.3.3 - As Diretrizes da Política Energética da Frente Popular	37
1.6 – POLÍTICA DE TURISMO	38
1.6.1 - IMPACTO DO TURISMO NO CONTEXTO MUNDIAL:	38
1.6.2 - IMPACTO DO TURISMO NO CONTEXTO NACIONAL:	38
1.6.3 - IMPACTO DO TURISMO NO CONTEXTO ESTADUAL:	38
1.6.4 - PROPOSTAS DA FRENTE POPULAR PARA O TURISMO NO RS	38
1.7 – Atividades Econômicas Específicas	39
1.7.1 - Pesca e o aproveitamento das águas	39
1.7.2 - Recursos Minerais	40
2 – RENDA PARA AS FAMÍLIAS NO CAMPO E REFORMA AGRÁRIA	42
2.1 - DIAGNÓSTICO: Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul	42
2.1.1. População Rural do RS	42
2.1.2. Estrutura Fundiária Gaúcha	43
2.1.3. Pobreza Rural	45
2.1.4 - Integração à Agroindústria	45
2.1.5 - O Setor Público Agrícola Estadual	46
2.2 - DIRETRIZES: Propostas Gerais da Frente Popular	49
2.2.1. Modelo de Desenvolvimento	49
Treze Diretrizes para um Projeto de Desenvolvimento Rural	49
2.2.2. Agricultura Familiar	50
2.2.3. Reforma Agrária	52
2.2.4. Agricultura Empresarial	52
2.3 - Políticas Públicas para a Agricultura	53
2.3.1 - Política de Reforma Agrária	53
2.3.2. Políticas de Produção	54
a) Crédito	56
b) Seguro Agrícola	57
c) Política de Produção de Leite	57
2.3.3. Política Agroindustrial	57
2.3.4. Política de Segurança Alimentar e Abastecimento	59
Abastecimento	59
Segurança alimentar	60
2.3.5. Formação, Extensão e Pesquisa	60
a) Formação para Agricultores e Ensino Agrícola	61
b) Extensão Rural e Assistência Técnica	63
c) Pesquisa Agrícola	63
2.3.6. Agricultura Empresarial	64
a) Endividamento	64
b) Trigo	65
c) Pecuária/Frigoríficos	65
2.3.7. Gestão e Estrutura do Estado	65
2.4 - QUALIDADE DE VIDA: Transformar o Campo em um Lugar Agradável para se Viver	66
3 – DESENVOLVIMENTO INTEGRADO-INTEGRADOR	66
3.1 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL	66
3.1.1 - Diagnóstico	66
3.1.2 - PROPOSTAS DA FRENTE POPULAR	72
A) PLANO DE DESENVOLVIMENTO do Rio Grande do Sul	72
B) REGULAMENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO	72
C) FISCALIZAÇÃO	73
D) CONTROLE PÚBLICO	73
E) INSTRUMENTOS	73
E1) METROPLAN	73
E2) Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS	73
E3) PROCON - Política de Defesa do Consumidor	74
3.2 - MERCOSUL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	74
3.2.1 - Histórico	74
3.2.2 - O Governo Britto e o Mercosul	76
3.2.3 - A Frente Popular e o Mercosul	77

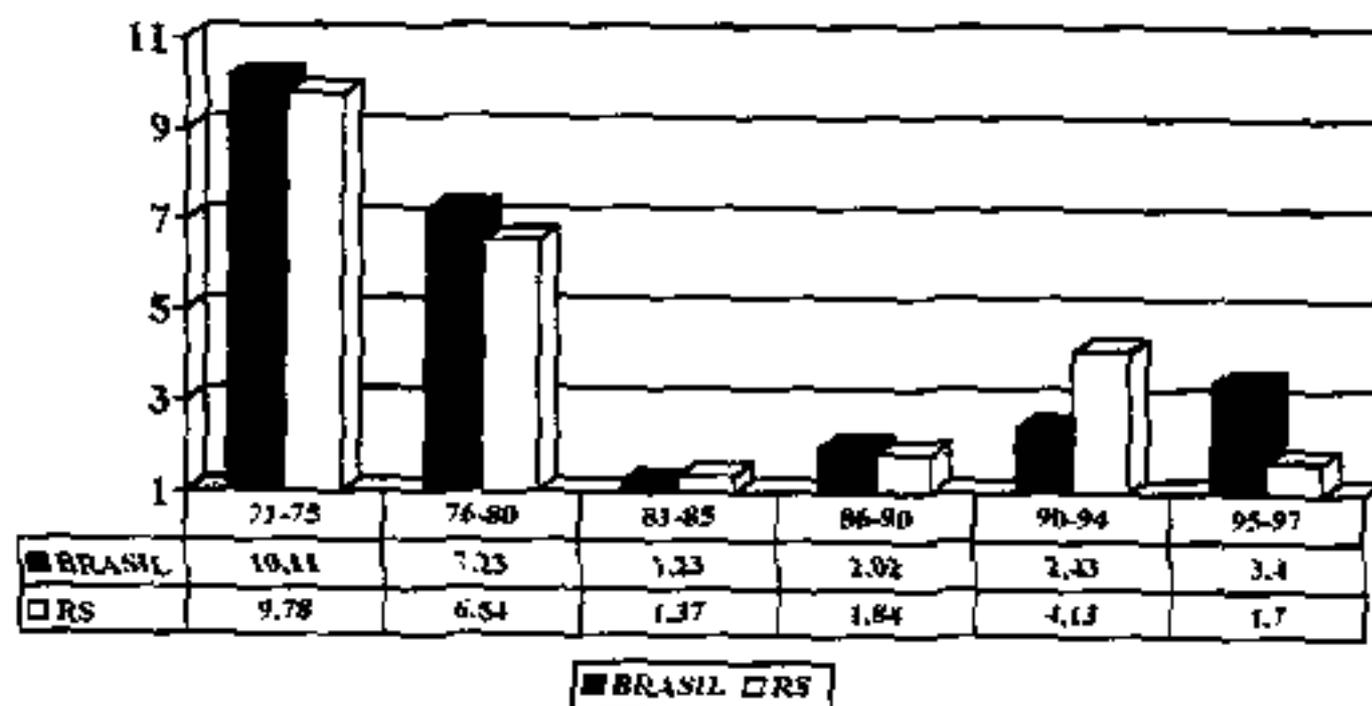
3.2.4 - A Frente Popular e a Cooperação Internacional	77
3.2.5 - Propostas Programáticas	78
3.2.5.1 - Participação da Sociedade	78
3.2.5.2 - Políticas Compensatórias	78
3.2.5.3 - Fomento à Exportação	78
3.2.5.3 - Integração Cultural	78
3 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	79
3.3.1 - Um Projeto Ecologicamente Sustentável para o RS	79
3.3.1.1 Governo Brito: Ineficiência e Fragmentação	80
3.3.1.2 Arranjo Institucional: O RS Precisa De Uma Política Ambiental De Verdade	81
3.3.1.3 Controle Ambiental: Qualidade Ambiental É Qualidade De Vida	82
3.3.1.4 Preservar As Riquezas Naturais E Incentivar O Eco-Turismo	83
3.3.1.5 Saneamento Ambiental: Universalizar Os Serviços Gerando Emprego E Renda	83
3.3.1.5.a) Recursos Hídricos: Uso Eficiente É Racional	84
3.3.1.5.b) Água Tratada Para Todos: Condição Básica Para A Saúde	84
3.3.1.5.c) Esgotamento Sanitário: Prevenção Da Saúde É Geração De Empregos	85
3.3.1.5.d) Resíduos Sólidos: Reduzir, Reusar É Reciclar	85
3.3.1.5.e) Drenagem Urbana E Macrodrenagem: Ênfase Na Prevenção	86
3.3.1.5.f) Saneamento Rural	86
3.3.1.5.g) Financiamento Do Setor: Auto-Sustentabilidade	86
3.3.1.6 Interfaces Setoriais:	86

I - DESENVOLVIMENTO DE VERDADE

INTRODUÇÃO

11,5 milhões de brasileiros desempregados é o resultado da aposta neoliberal dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Antônio Brito para o Brasil e o RS. O Brasil apresentou uma taxa de crescimento de apenas 3,4% ao ano durante o Governo FHC. No Rio Grande do Sul o PIB praticamente não cresceu (1,7% em média ao ano). Os resultados obtidos pela economia brasileira e a gaúcha são muito menores do que suas respectivas médias históricas de crescimento, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

COMPARATIVO DE CRESCIMENTO DO PIB BRASIL E PIB DO RIO GRANDE DO SUL
(EM % AO ANO)

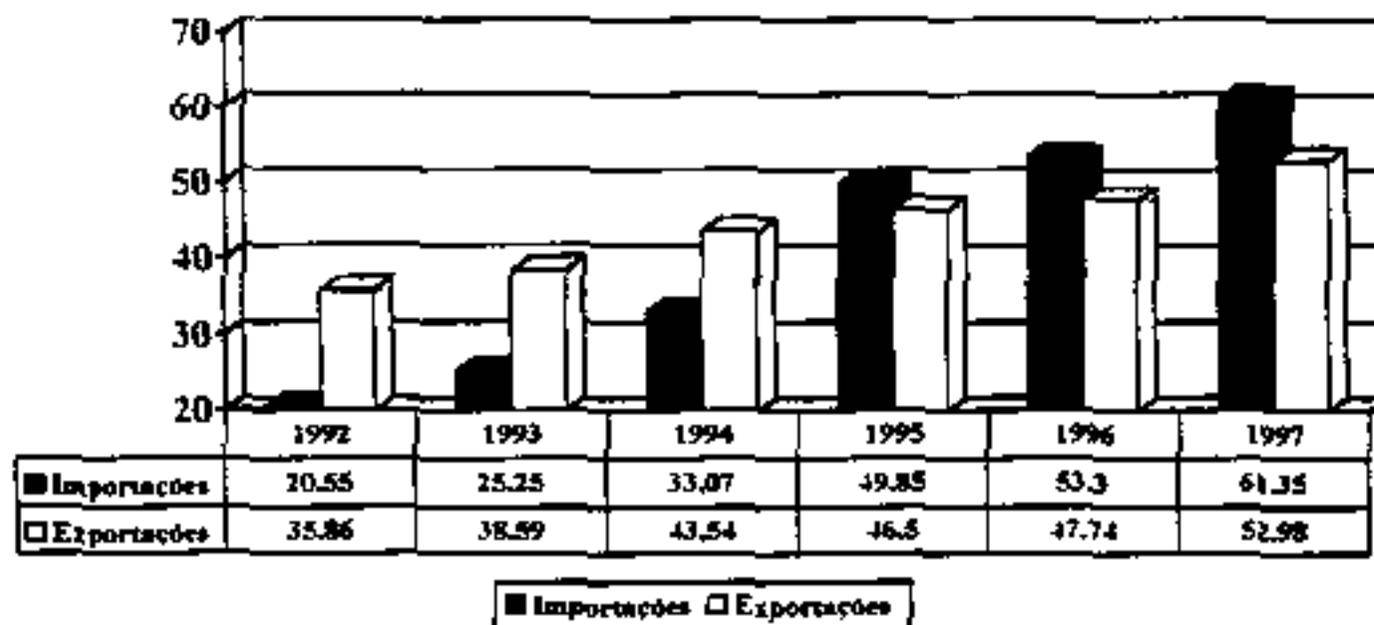


FONTE: BRASIL - IBGE
RS - FEE

Sobre o RS, verificamos que a agropecuária teve um triênio desastroso: cresceu apenas 3,7% contra os 12,3% do país. A indústria foi pior ainda, cresceu apenas 1,6% no triênio. A taxa de 1997 (10,5%) apenas compensou o mau desempenho de 1995 (-8,1%) e 1996 (0,2%). O setor terciário cresceu 7,1%, acima, portanto, da taxa de crescimento do PIB, mas também ficou abaixo do Brasil, que foi de 11,8%. Contribuiu para esse desempenho insuficiente do setor terciário o desempenho do subsetor *Administração Pública*, que registrou consecutivamente três taxas negativas: -3,4% (1995), -6,8% (1996) e -3,9% em 1997. O acumulado de -13,5% no triênio é o resultado da "operação desmonte" do setor público.

A política neoliberal do governo FHC, seguida fielmente aqui no Estado, tem provocado a desestruturação do setor produtivo brasileiro construído ao longo dos anos. A combinação de sobrevalorização cambial, juros elevados, arrocho salarial e abertura comercial indiscriminada, tem provocado prejuízos enormes ao parque produtivo nacional, especialmente nos setores têxtil, calçados, autopeças, brinquedos, bens de capital e agricultura. É significativa a alteração na relação de troca de bens e serviços com o exterior, onde o Brasil sempre registrou marcas positivas, apresentando em 1994 um superávit de US\$ 10,4 bilhões. Hoje importamos muito mais do que exportamos, obtendo um déficit comercial de US\$ 8,4 bilhões, o que explica em parte o saldo negativo de US\$ 33,4 bilhões de nossas contas externas, conforme o gráfico a seguir demonstra:

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES x IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS - DE 1992 A 1997 (Em US\$ bi)



Por um lado alastra-se o desemprego e o subemprego e reduzem-se as garantias sociais da população; de outro, o capital privado, principalmente o internacional, se apropria do importante patrimônio público brasileiro e recebe verdadeiras fortunas via instrumentos como o PROER, que consumiu 25 bilhões de recursos públicos.

Ao contrário dos objetivos apontados pelo BNDES para o Programa Nacional de Desestatização, os resultados desse programa são catastróficos para o emprego e a produção. O desemprego bate recordes históricos e nem mesmo os índices da IBGE conseguem sustentar o discurso Do Governo Fernando Henrique. As melhores expectativas de crescimento do PIB para 1998 não passam de 2%.

No campo social os resultados não poderiam ser piores. A asfixia do SUS promovida por FHC e Brito constitui a causa principal do descalabro em que se encontra a saúde da população, cujas algumas das manifestações mais evidentes são:

- o descredenciamento contínuo de prestadores de serviços, devido ao aviltamento da tabela de pagamento da prestação de serviços, com a conseqüente diminuição da disponibilidade de oferta de serviços públicos de saúde. No Rio Grande do Sul, segundo a FEE, de 94 a 98 houve uma redução de 32% dos leitos hospitalares disponíveis, que passaram de 7.793 para 5.463. (Obs.: desconsiderando-se os leitos desativados do Hospital Psiquiátrico São Pedro em virtude da reforma psiquiátrica, a redução total de leitos no RS foi de 1.415 no período);
- a perda do poder de controle e fiscalização do Poder Público, tendo como resultado a desproteção da população quanto à qualidade e sanidade dos bens consumidos, como é o caso da epidemia de remédios falsificados que assola o país.

O poder público estadual no Rio Grande do Sul historicamente teve uma estrutura diferenciada das demais Unidades da Federação. Construiu-se aqui, ao longo de muitos anos, uma empresa capaz de suprir a área de energia elétrica (CEEE); uma empresa capaz de suprir a área de telecomunicação (CRT); a infra-estrutura de transportes (DAER, CINTEA, DEPPEC, DAÉ); a infra-estrutura tecnológica de ponta (CIENEC, FAPERGS, PROCERGS); um sistema estatal financeiro e de fomento ao desenvolvimento forte (BANRISUL, CEE, BADESUL e BRDE); um sistema de seguros (CIA UNIÃO), de apoio à agricultura (EMATER, IRGA, CESA, Secretaria da Agricultura). A infra-estrutura pública existente no Rio Grande do Sul permitiria aos governos estaduais fomentar o desenvolvimento econômico. A ideologia e os compromissos dos governos conservadores do Estado com o lucro privado de poucos, impediu que esses instrumentos fossem utilizados com esta intenção.

O Governo Brito fez ainda pior. Incapaz e sem vontade política para levar adiante um projeto de desenvolvimento para o Estado preferiu exterminar o futuro. Optou por aliar-se a grandes interesses econômicos que lhe dão sustentação política em troca da entrega ao setor privado da maior e mais lucrativa parte da infra-estrutura pública. Nesse projeto sobram migalhas para tapar no curto prazo o furo de caixa causado pelas próprias isenções tributárias concedidas aos mesmos grupos econômicos que se adonam das lucrativas empresas outrora públicas. Preserva-se o lucro dos grandes monopólios privados do Estado e de fora dele, o apoio desses monopólios a reeleição do atual governador e o caixa para as despesas de publicidade às vésperas da eleição. Não se preservam o emprego, o salário, a educação, a

- Cada uma destas 2.000 novas empresas empregarão ao final do período de três anos 6 pessoas em média - tomando-se por base dados da IETEC - , perfazendo-se um total de 12.000 empregos.
- Se considerarmos que ao final de 3 anos a empresa tem necessariamente que sair da incubadora consideramos um potencial adicional de geração de 3.000 empregos no 4º ano do programa perfazendo um total de 15.000 empregos.

Custo:

- Cada uma das 100 incubadoras custará R\$ 200.000,00 para ser construída, perfazendo um total de R\$ 20.000.000,00 em investimento.
- A manutenção de cada incubadora custará anualmente R\$ 40.000,00. O gasto em custeio totalizará ao longo de 4 anos R\$ 16.000.000 (incluindo-se a contratação de um gerente e assistente administrativo).
- Serão contratados 2 assessores em gestão e engenharia de produção - através de bolsas FAPERGS - para cada grupo de 4 incubadoras perfazendo um total de R\$ 6.000.000,00 para remuneração destes profissionais.
- Somatório de investimento somado a custeio é de R\$ 42.000.000,00 ao longo de 4 anos.

1.1.4 - Projetos de Extensão Tecnológica e Crédito para Capacitação Gerencial e Tecnológica

O Governo Democrático e Popular irá investir na modernização tecnológica de 27.000 empresas nas regiões compreendidas pelo Orçamento Participativo Estadual, com vistas a gerar 13.500 empregos, a um custo de R\$ 64 milhões.

O projeto subdivide-se em Extensão Tecnológica e Crédito para Capacitação Gerencial e Tecnológica.

1.1.4.1 - Projeto de Extensão Tecnológica

O Projeto "Extensão Tecnológica" é um sistema permanente de identificação da demanda tecnológica existente nas micro e pequenas empresas, favorecendo sua capacitação pela introdução de inovações em produtos e processos. É um serviço que aproximará empresas e oferta tecnológica através da ação do extensionista tecnológico. O extensionista é, então um intermediário que auxilia as empresas a identificar problemas tecnológicos e indica as possíveis fontes de solução e respectivo financiamento. A metodologia a ser utilizada está sendo desenvolvida no âmbito do Projeto Tecnópolis e Domício, que é multi-institucional, e gerido pela Prefeitura de Porto Alegre, UFRGS, PUC, UNISINOS, FIERGS, CIENTEC e SEBRAE, com apoio do Governo da França. Este integra o plano de trabalho do Programa Porto Alegre Tecnópolis.

Dimensionamento e custos

O Projeto Extensão Tecnológica será mantido por equipes de 6 extensionistas e suporte operacional local devendo cobrir 660 empresas das quais estima-se que 462(70%) se utilizarão do serviço no período de 18 meses. A área de abrangência do projeto são as regiões do Orçamento Participativo Estadual, que cobrirão um total de 27.000 empresas ao longo de 4 anos.

O custeio do Projeto será de R\$ 10 milhões por um período de 4 anos, remunerando as equipes. Para suporte ao projeto poderá ser utilizada a estrutura da CIENTEC e da FAPERGS.

1.1.4.2 - Projeto Crédito para Capacitação Gerencial e Tecnológica

O projeto repassará recursos para a remuneração de serviços prestados por professores e alunos das universidades e centros de pesquisa do estado com vistas ao atendimento dos problemas identificados pelos extensionistas Tecnológicos junto as micro e pequenas empresas visitadas. A escolha das micro e pequenas empresas a serem visitadas será feita sob controle público da comunidade local.

Dimensionamento e custos

O projeto tem por objetivo custear os gastos referentes à capacitação gerencial e tecnológica através do apoio em 50% do valor com gastos de até R\$ 8.000,00 para o financiamento de 13.500 empresas.

O custeio estimado para financiamentos de até R\$ 4.000,00 para 13.500 empresas é de R\$54.000.000,00, pois considera-se que 50% das empresas atendidas irão realizar as ações sugeridas pelos extensionistas e implementar processos de capacitação que venham a resultar na geração de pelo menos um posto de trabalho adicional.

1.1.5 - Projeto Educação Profissional

A qualificação não substitui nem resolve isoladamente o problema do desemprego. Não é a falta de qualificação que gera o desemprego como diz o governo. A expansão do ensino médio nos últimos tempos sem um correspondente crescimento do emprego é uma das possíveis evidências, já que se sabe que a escolaridade é hoje um dos principais itens da qualificação demandada pelas empresas.

A Frente Popular propõe um projeto de Educação e Qualificação Profissional por três razões:

- porque cria um patamar mais elevado de relações de trabalho (exemplos: curso de reciclagem de plástico, etc.);
- porque eleva o padrão de qualidade dos produtos e serviços oferecidos à população, o que é um direito dos consumidores;
- porque é um direito de todos os trabalhadores o acesso à qualificação, respeitado o seu conhecimento e experiência de trabalho anteriores.

Devemos ter negociações com o Ministério do Trabalho (MTb) para viabilizar outros procedimentos, outra concepção, outra metodologia. O discurso contido nos documentos do MTb, que dão sustentação ao PLANFOR, refere-se a habilidades demandadas por setores de ponta da economia. Ao fazê-lo, tem dificuldade de dialogar com as demandas efetivas da público-alvo do Plano. É necessário deixar claro que os trabalhadores para o setor de ponta só serão recrutados dentre os usuários do PLANFOR, na medida em que o Sistema criar uma articulação com os sistemas de qualificação profissional já existentes e sistema regular de ensino destinado prioritariamente às populações em risco, desempregados e menos escolarizados.

Nosso programa de governo deve compreender a questão da formação profissional como EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO (ET). Educação, Trabalho e Desenvolvimento são questões que estão relacionadas. Neste sentido, devemos tomar a formação profissional de jovens e adultos como integrada à educação geral. Assim, a Educação para o Trabalho não deve ser vista como instrumento do capital de formação de mão-de-obra, mas como direito fundamental dos cidadãos, sem o que a possibilidade de exclusão social é maior.

Devemos prioritariamente atingir os trabalhadores de baixa renda, os setores do pequeno capital, da economia popular solidária, em ofícios que permitam acesso a ocupação e renda. Desempregados, os trabalhadores que necessitam reconversão profissional, o setor informal, os grupos desfavorecidos (portadores de deficiência, presidiários) são público a ser beneficiado. Para tanto, o projeto Educação para o Trabalho deve necessariamente estar ligado aos demais projetos de geração de empregos do Programa de Governo, que deverão ser postos como alternativa, além do mercado de trabalho.

A Frente Popular irá articular com a Secretaria da Educação a participação do órgão responsável pela implantação da política de educação e qualificação profissional, como forma de constituir base teórica e política para este programa e potencializar iniciativas como a educação de adultos de baixa escolaridade. Por outro lado, o programa de Educação Profissional da Frente Popular será permanente, democrático, participativo, articulando rede de ensino, com escolas técnicas, sistema S, Universidades, centros de formação, ONG's, comissões de emprego, em ações descentralizadas junto aos grandes centros urbanos do RS.

Devemos propor ao MTb, no PLANFOR, um programa muito mais eficiente do que o atualmente executado pelo Governo Britto. Nossas metas serão:

ANO	TRAB. ATINGIDOS	RECURSOS DO FAT	RECURSOS GOV. ESTADO
1999	80.000	R\$ 46.080.000,00	R\$ 8.000.000,00
2000	100.000	R\$ 57.600.000,00	R\$ 10.000.000,00
2001	100.000	R\$ 57.600.000,00	R\$ 10.000.000,00
2002	100.000	R\$ 57.600.000,00	R\$ 10.000.000,00

Isto significa um total de 380 mil trabalhadores nos quatro anos, o que representa 8,5% da PEA gaúcha.

1.1.6 - Fundo Estadual de Geração de Emprego e Renda

Financiar atividades produtivas que gerem novos postos de ocupação e renda e que ao longo do tempo se autonomizem, ganhando efetividade e caráter permanente. O Fundo deve impulsionar estas atividades para que possam "andar por conta própria". Assim, é fundamental que as atividades adquiram viabilidade econômica de forma que possam competir no mercado.

Crterios:

- * Só serão financiadas atividades produtivas que, além do crédito, tenham outras formas de apoio como infra-estrutura, assessorias de qualificação e de comercialização.
- * Os financiamentos serão aportados mediante compromisso público com geração de emprego e renda, fiscalizados pelo estado e pela sociedade organizada.
- * Os critérios para a concessão do financiamento serão avaliados pelo Orçamento Participativo Estadual de acordo com as prioridades estabelecidas na região após parecer técnico de viabilidade econômica do projeto.
- * As atividades financiadas deverão ter viabilidade econômica, para, através da produção, gerar renda suficiente para remunerar o trabalho empregado, os fatores aplicados e ainda, para reinvestir na ampliação da produção.

O tomador do chamado "microcrédito" (setor informal, micro e pequenas empresas) e as iniciativas geradas através dos projetos do Programa de Emprego da Frente Popular são o público-alvo do Fundo Estadual de Geração de Emprego e Renda.

O Fundo deverá estimular estas atividades através de:

- ◆ incentivos com financiamentos em até 30 meses e juros subsidiados que chegarão, no máximo, ao custo para o tomador de TJLP mais 3% ao ano;
- ◆ em alguns casos teremos atividades financiadas, em parte, a fundo perdido;
- ◆ agilidade com mínima burocracia para adquirir o empréstimo e facilidades nas garantias: fundo de aval, garantia solidária.

Constituição

O Fundo Estadual de Geração de Emprego e Renda se constituirá de um montante inicial de R\$ 380 milhões, entre recursos orçamentários do estado, do sistema financeiro público estadual, e participação solidária de municípios, entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

1.1.7.- Observatório Permanente de Mercado de Trabalho Gaúcho

A articulação das políticas de indução direta para geração de emprego e renda com a estrutura existente de atendimento e intervenção no mercado formal, como a habilitação para o seguro-desemprego, intermediação de emprego e geração e análise de informações do mercado de trabalho é fundamental para uma estratégia séria e eficiente de combate ao desemprego e a exclusão. A Frente Popular criará um Observatório Permanente de Mercado de Trabalho no RS, de caráter público, constituído pela participação solidária de representantes da sociedade engajados em projetos de geração de emprego, renda e formação profissional a fim de atender as questões mais objetivas dos trabalhadores bem como um fórum técnico e político para analisar as perspectivas do mercado de trabalho do RS.

Objetivos:

- investigar as mudanças e tendências de oportunidades, negócios, renda e ocupação profissional na região;
- produzir diagnósticos delineando estas tendências a curto, médio e longo prazos;
- apontar iniciativas e políticas para os empreendimentos e questões do mundo do trabalho, do emprego, do mercado de trabalho, das profissões, da formação e desenvolvimento profissionais;
- reorganizar a sistemática de funcionamento do atual sistema SINE, a fim de constituir um sistema público de emprego eficaz, que trata dignamente o trabalhador.

Tarefas:

- congregar instituições que realizam pesquisas, levantamentos, mapeamentos e desenvolvem algum tipo de observação sobre as questões que são objeto do Observatório;
- promover pesquisas, levantamentos e mapeamentos sobre as referidas questões;
- criar, manter e divulgar uma base de dados disponibilizados pelas instituições e/ou produzidos pelo Observatório.

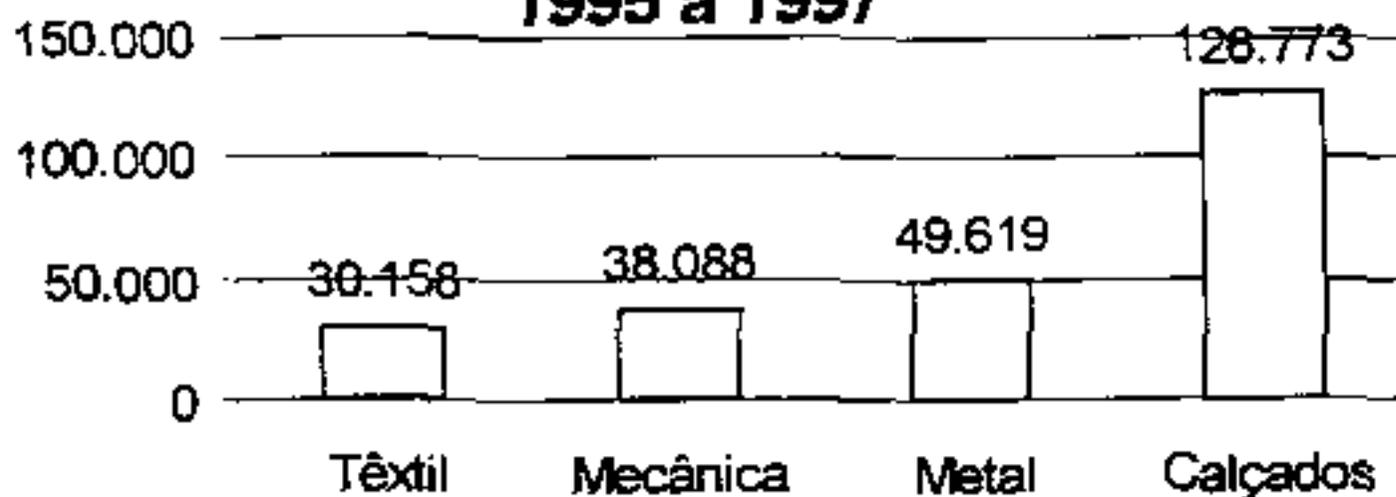
1.2 - POLÍTICA INDUSTRIAL

1.2.1 - Diagnóstico

A ação do Governo Britto, voltada para empresas com forte apelo de marketing - como no caso das montadoras -, restringiu-se quase exclusivamente à concessão de subsídios e empréstimos desmesurados a esses capitais, desconsiderando as dificuldades de cadeias produtivas historicamente ligadas à economia gaúcha, como são os casos dos setores coureiro-calçadista, do Vale do Sinos, e de produtos de alimentação. Essa ausência de política industrial resultou não apenas no deslocamento de estabelecimentos industriais para outras regiões do País, como até mesmo o fechamento de empresas, significando a extinção de elos estratégicos das cadeias produtivas construídas ao longo da nossa história.

Nada foi feito para, pelo menos, tornar mais suave o movimento de adaptação das empresas gaúchas às dificuldades impostas pela política econômica do Governo FHC, seja no que se refere à defasagem cambial, seja aos juros elevados, ou mesmo ao desaquecimento imposto pela vulnerabilidade externa. O efeito mais perverso desse abandono se deu sobre os trabalhadores, que perderam seus empregos e se viram forçados a engrossar o contingente de desempregados ou ocupados na informalidade. A experiência profissional de vários anos, em muitos casos custeada pela sociedade, através de seus serviços de treinamento, perdeu-se inexoravelmente.

Demitidos Sem Justa Causa em alguns setores da Indústria do RS 1995 a 1997



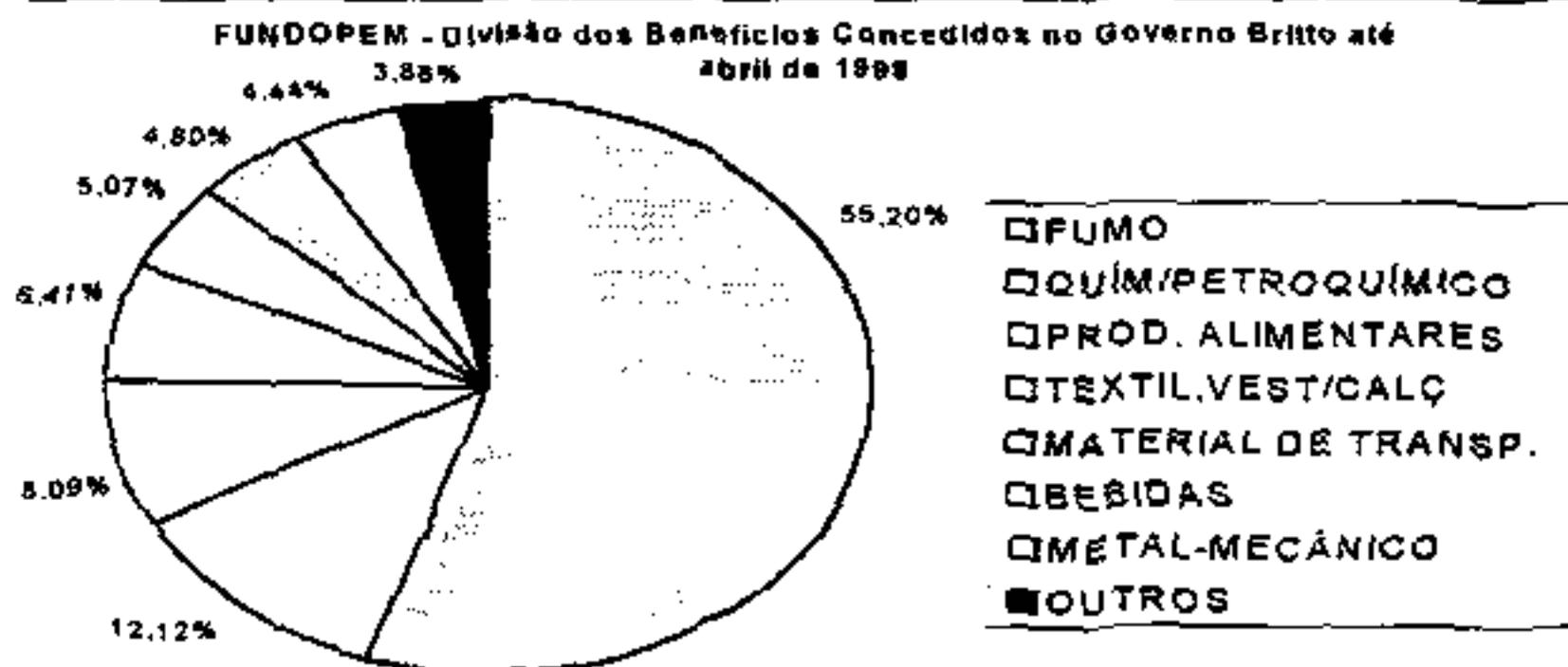
Fonte: Ministério do Trabalho - CAGED

Além de usar os recursos do Estado para atrair empresas de setores de grande visibilidade política - através de empréstimos privilegiados e isenções fiscais -, mas sem garantia de desempenho futuro, o Governo Britto tem utilizado seu sistema de incentivos de forma concentrada, tanto em relação a setores, como quanto a empresas e regiões.

O FUNDOPEM, principal forma de incentivo do Governo Britto, privilegia equivocadamente determinados setores econômicos. Do total de benefícios de R\$ 2,0 bilhões a serem concedidos por Britto através do FUNDOPEM cerca de R\$ 1,1 bilhões, ou seja 55%, serão concedidos a apenas três empresas do setor de fumo. Sendo que os maiores beneficiários do Fundopem são a Souza Cruz (R\$ 860 milhões) e a Philip Morris (R\$ 227 milhões).

Quando se constata esse significativo volume de recursos públicos destinados às empresas produtoras de cigarros não se pode deixar de salientar a contradição desta medida com o tratamento dispensado a

indústria tabagista nos países desenvolvidos, onde as empresas além de não receberem benefícios governamentais estão sendo taxadas pesadamente. A título de exemplo pode-se citar o caso dos EUA onde a indústria tabagista deverá formar um fundo de US\$ 368,5 bilhões para financiar o tratamento de doenças decorrente do tabagismo. Não menos importante é a denúncia de que estas empresas estão utilizando fumo altamente nicotinado, o chamado "fumo louco".



Regionalmente também verifica-se uma forte concentração, tendo a Região Metropolitana de Porto Alegre e o eixo Porto Alegre - Caxias absorvido a quase totalidade dos recursos. Assim, a política de incentivos não privilegiou os setores e regiões mais carentes, não cumprindo com uma das suas principais promessas.

Outro erro grosseiro da política de incentivos foi não privilegiar a visão da cadeia produtiva e de não definir prioridades, em termos de nichos de mercado com perspectivas de expansão, restringindo-se a alocar benefícios para empresas, isoladamente. Na maior parte dos programas destinados a resolver problemas de regiões carentes, como o Reconversul, e estimular investimentos em setores onde predominam empresas de menor porte, como no caso do programa voltado ao setor de plásticos (Proplast), sua falta de definição levou ao desperdício desses recursos. No caso do Reconversul, os benefícios foram distribuídos sem muitos critérios, e orientados à modernização dos equipamentos de algumas empresas. Seus resultados, ao invés de se difundirem sobre o conjunto regional, foram apenas o de promover a redução do pessoal empregado, sem levar em conta as perspectivas de abertura de novos postos de trabalho em outras atividades e/ou setores. O Proplast, por sua vez, ampliou de fato o número de empresas do setor de plásticos e induziu à ampliação de outras tantas. Entretanto, também nesse caso não foram consideradas repercussões dos efeitos dos investimentos sobre o setor e/ou sobre a região. Além disso, não foram estabelecidos critérios no sentido de priorizar os nichos de mercado de plástico em ascensão (como é o caso de embalagens especiais para alimentos, componentes para as indústrias de material de transporte e eletro-eletrônica, entre outras), nem a questão da reciclagem da matéria-prima cujos equipamentos requerem uma grande capacidade de produção. Esses novos investimentos, se bem direcionados e efetuados no âmbito da "duplicação" do pólo petroquímico somariam, aí sim, para uma melhor competitividade do conjunto do complexo químico.

Aliás, projeto de expansão do pólo petroquímico limitou-se a ampliar a oferta do tipo de produto já existente. Também nesse caso, seria necessário insistir um pouco mais na necessidade de melhorar tecnologicamente os insumos petroquímicos produzidos pela 2ª geração (polietileno, PVC entre outros) através de algumas alterações provenientes de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de produtos capazes de atender tanto a demanda local mais avançada (componentes de plásticos para automóveis ou aparelhos eletro-eletrônicos, que necessitam de plásticos especiais, como os plásticos de engenharia, por exemplo) quanto de obter melhores condições de expansão no mercado mundial. A verdade é que a compra da Central Argentina de matérias-primas pela Dow Chemical aparece como um fator ameaçador para o pólo de Triunfo e nenhum estudo foi desenvolvido para avaliar os impactos dessa

compra. Finalmente, cabe criticar a falta de acompanhamento do uso desses incentivos no sentido de confirmar se as metas contratadas pelas empresas que obtiveram os benefícios foram efetivamente cumpridas.

A verdade é que, além dessa política não criteriosa de subsídios e empréstimos apenas onerar o Governo, o incentivo perde-se entre poucas empresas, sendo subaproveitado, não beneficiando a sociedade com toda sua potencialidade. Em outras palavras, esses benefícios retratam uma visão de Estado cujo objetivo é a busca da competitividade individual de algumas empresas, sem a preocupação de que essa competitividade tenha um efeito multiplicador em termos de emprego, atividades e renda sobre o conjunto da economia.

Diversos estudos mostram que, ao contrário de outras regiões brasileiras, o RS possui uma indústria razoavelmente diversificada, integrada em si e com o Setor Primário. Sua estrutura industrial está agrupada em termos de complexos, cujos segmentos interagem dinamicamente, como é o caso dos complexos metal-mecânico, agroindustrial, coureiro-calçadista e petroquímico. Além disso, conta com vantagens com relação à média nacional como, por exemplo, o nível de qualificação da mão-de-obra e do poder aquisitivo da população. Por outro lado, predominam empresas de menor porte, de capital nacional ou regional, sendo que os grandes capitais estatais e multinacionais sempre tiveram uma pequena presença, exceção feita ao pólo petroquímico e a REFAP.

Participação dos principais gêneros industriais gaúchos no PIB industrial, organizados segundo os principais complexos e seus principais vínculos regionais, 1995 e 1997

	PIB		Regiões de Concentração
	1995	1997	
Complexo metal-mecânico			Metade Sul, RMPA
Metalúrgica	6,31	6,39	
Mecânica	17,52	18,04	
Material de transporte	4,25	3,50	
Complexo químico			Metade Sul
Química	6,73	7,00	
Fertilizantes	
Borracha	1,88	1,71	
Matérias plásticas	1,19	1,06	
Alimentares			Metade Sul, Nordeste Gaúcho, RMPA
Produtos alimentares e bebidas	29,49	26,83	
Fumo	6,95	9,88	
Couros, peles e similares, e calçados, vestuário e artefatos de tecidos	6,38	5,55	
Outros	14,58	14,25	
Madeira e mobiliário	5,88	6,85	
Papel e papelão	2,32	1,85	

Fonte: FEE

Esta estrutura, no entanto, vem sofrendo alterações. A tendência dos últimos anos aponta para a emergência de um quadro dominado pela concentração industrial, com a expulsão de capitais de menor porte, como é o caso das empresas produtoras de alimentos, de autopeças e têxtil. Ocorre também, ainda que de forma pontual, a fuga de capitais, vinculados principalmente a setores tradicionais, como a indústria de calçados, em direção a espaços que oferecem vantagens fiscais e sobretudo mão de obra de muito baixo custo, sem nenhuma organização sindical. Finalmente, como uma terceira mudança, cabe assinalar a entrada do grande capital multinacional, cujos exemplos mais conhecidos são a GM e a Ford, que aqui deverão implantar-se em condições exageradamente privilegiadas.

De fato, observa-se que o processo de integração da economia nacional à economia mundial teve como consequência a redução de algumas de suas vantagens tradicionais como a crescente perda de participação dos setores mais geradores de emprego. Essa situação tende a se agravar uma vez que as atuais características dos novos investimentos, associadas à abertura indiscriminada às importações

deverão ter efeitos *desagregadores sobre a matriz industrial local*. Mais do que efeito de uma política industrial, essas transformações refletem um novo movimento dos capitais a nível internacional, hoje menos ligados a certas especificidades regionais e mais orientados à conquista de fatias diferenciadas do mercado mundial. Mais ainda, essas novas formas de investimentos, que vem sendo largamente estudadas, apresentam características diferenciadas daquelas observadas nos anos 60/70, que precisam ser melhor compreendidas :

- menores efeitos de encadeamento para frente e para trás (relações com fornecedores e clientes locais), dadas as possibilidades crescentes, seja de utilizar fornecedores mundialmente dispersos, seja pela possibilidade de implantarem verdadeiros complexos, quase que fechados dentro de si (sistemas que utilizam fornecedores tradicionais, geralmente grandes empresas internacionais);
- maior volatilidade dos capitais. Tem se observado na prática que os grandes capitais, por estarem menos vinculados às condições regionais de acumulação, por esses investimentos envolverem menores riscos financeiros e por haver cada vez maior possibilidade de mudança dos investimentos, podem mudar suas estratégias locais com muita facilidade.

Além disso, o conjunto de medidas ligadas à abertura do mercado e destinadas a manter a entrada de capitais do exterior, repercutiu mais diretamente sobre a economia gaúcha do que sobre a nacional, dado o fato de que a economia do Estado sempre teve um maior grau relativo de abertura. Nesse caso, seus efeitos repercutem mais diretamente sobre o desempenho dos setores exportadores e/ou concorrentes com os produtos importados (em particular a indústria de calçados, têxtil e agroindustrial em geral), bem como sobre os potenciais fornecedores regionais dos novos capitais (produtores de autopeças, principalmente) que passam a concorrer no mercado regional com grandes empresas, com maior capacitação comercial, tecnológica e organizacional que além dos benefícios *fiscais que receberão contam com a vantagem, de partida, de um mercado cativo (o das montadoras)*. Esses efeitos podem extrapolar para o restante da matriz industrial do Estado, devido aos fortes encadeamentos intersetoriais que a caracterizam. Um exemplo é o impacto da política vigente sobre o setor de calçados que, resultou de 1993 a 1997 o fechamento de mais de 240 fábricas. No mesmo período, o número de demissões já chega a mais de 38.000 trabalhadores no Vale dos Sinos, segundo a Federação dos Sapateiros do RS.

Em consequência disso o processo que se avizinha é efetivamente de reestruturação, conforme defende o governo Britto, porém uma reestruturação excludente, que assinala a emergência de um quadro dominado pela *concentração de vários setores com a expulsão de capitais de menor porte e daqueles tradicionais da indústria gaúcha, mais vinculados às condições locais e mais empregadores de mão-de-obra*.

Finalmente, observa-se que, dentro das propostas oficiais de reestruturação e de modernização, o que emerge é uma grande diferenciação tecnológica e organizacional entre as empresas, aprofundando a já existente assimetria do tecido industrial local.

1.2.2 - A experiência da Frente Popular

Os governos da Frente Popular atuam, mesmo em administrações municipais que tradicionalmente não possuem instrumentos de política industrial, no sentido de proporcionar um estrutura social apropriada para o fortalecimento da atividade industrial.

A qualidade de vida de uma população passa a ser um fator decisivo nas opções empresariais. Foram duas pesquisas realizadas pela Revista Exame entre Empresários brasileiros, que destacaram Porto Alegre como a "cidade de melhor qualidade de vida" e a "melhor capital para se investir". Isto revela a importância das políticas sociais prioritárias desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, como a priorização do saneamento básico, da educação, saúde, habitação e transporte público. Se por um lado o aglomerado urbano de uma metrópole como POA traz contradições com a presença de grandes plantas industriais, por outro, é responsável pelas vantagens - rede de serviços, centros de saúde, serviços de tecnologia, escolas e universidades, cultura, lazer - que atraem grandes empresas para o entorno periférico da região metropolitana.

Aliado as prioridades sociais e a criação das condições urbanas gerais para o desenvolvimento das atividades empresarias, a FP tem também priorizado o apoio as micro, pequenas e médias empresas e o desenvolvimento de inovações tecnológicas como fatores importantes para o avanço produtivo.

A Administração Popular de Porto Alegre tem desenvolvido programas de apoio a empreendimentos através da disponibilização de informações e orientações econômicas estratégicas

sobre a economia local voltados para os empreendedores poderem melhor embasar suas decisões via o projeto Central de Orientações ao Empreendedor da PMPA. Ainda no suporte às atividades empresariais, através de iniciativas da PMPA, estão em funcionamento a Instituição Comunitária de Crédito Porto Sol e o Trade Point, que trabalham com o micro crédito e apoio a comercialização internacional, respectivamente.

Condições físicas para instalação de pequenas e médias empresas tem sido supridas através de investimentos em infra-estrutura localizacional completa, voltada para o equilíbrio com o meio ambiente, junto ao Parque Industrial da Restinga - PIR, que é financiado diretamente pela prefeitura a juros baixos e prazos longos. As micro empresas também estão recebendo apoio de infra-estrutura e capacitação junto a Incubadora Empresarial da Restinga. Seja para saírem do "fundo de quintal" seja para iniciar nas atividades, receberão apoio por até três anos, a partir de quando poderão adquirir suas próprias instalações até mesmo junto ao PIR.

A forte preocupação com a modernização da produção levou a PMPA a desenvolver um dos mais ousados projetos de desenvolvimento tecnológico já realizados por cidades brasileiras. Partindo da inovadora incubação de empresas de base tecnológica - IETEC - desde 1991, a PMPA desenvolve agora o projeto de uma Tecnópole, que envolve participação solidárias com diversas instituições como universidades e o também o governo da França. Este projeto está voltado para a potencialização de atividades intensivas em tecnologia e na difusão de novas tecnologias entre empresas existentes através, por exemplo, do projeto Tecnópole a Domicílio realiza acompanhamento direto por técnicos capacitados e ligados a instituições capazes de prestar orientação tecnológica às empresas.

1.2.3 - Propostas da Frente Popular para o desenvolvimento Industrial

Parte-se da hipótese de que a política oficial de modernização e inserção internacional, da economia brasileira e gaúcha, é apenas uma via na qual há como ponto de partida um tipo de compromisso de classe assumido pelos seus formuladores. Suas conseqüências mais evidentes são o crescente desemprego, o fraco crescimento econômico, a deterioração das condições de vida da população e a destruição de parte da atividade produtiva que estava estabelecida até os anos 80.

Considera-se que a política econômica precisa ser orientada para um crescimento sustentado e equitativo, em termos de renda, de regiões e de setores, sendo que a escolha desta última alternativa é, antes de tudo, uma opção política, que implica riscos, próprios de caminhos alternativos novos, fora dos modelos de reajuste já conhecidos. A opção por esse tipo de alternativa requer um Estado mais ativo. Não nos moldes desenvolvimentistas, mas efetivamente participativo e democrático, que busque a formulação de políticas através da articulação entre Associações de empresas, Instituições de pesquisa e Universidades, Sindicatos de trabalhadores, bem como dos Conselhos Regionais. Somente essa articulação pode propor políticas de modernização científica e tecnológica adequadas tanto às necessidades da produção, como da geração de emprego.

No que tange especificamente à política industrial, considera-se que os debates devem orientar-se para o estabelecimento de alternativas capazes de reforçar os laços interindustriais, a partir da estrutura de complexos industriais existentes no Estado, bem como das vocações produtivas de cada região. Só assim, seria possível a criação de novas atividades e de novos empregos, simultaneamente à difusão de inovações tecnológicas e organizacionais. Em outras palavras, é necessário buscar a forma de enraizar os novos investimentos e fortalecer os já existentes, considerando a atual estrutura em termos de complexos e de regiões.

1.2.3.1 Principais pontos

A definição dessa política parte do reconhecimento da estrutura de complexos industriais integrados: metal-mecânico; agroindustrial; químico e coureiro-calçadista, além de outros segmentos importantes como, por exemplo, as indústrias de papel e celulose, bem como da necessidade de fortalecer os vínculos regionais de cada um dos segmentos existentes. Em outras palavras, apesar do processo de concentração industrial ser inerente ao modo capitalista de produção, experiências mostram que o tipo de vínculo que o capital de menor porte estabelece com os grandes capitais, bem como sua permanência dentro da estrutura industrial e de sua modernização e dinamização só são alcançáveis através da formação de redes entre empresas de diversos portes, com participação ativa do Estado e de todos os agentes envolvidos no processo.

Seu objetivo é valorizar os efeitos multiplicadores dos investimentos, a complexificação das relações entre as empresas, seus vínculos regionais e sua capacidade de gerar emprego, renda e atividades produtivas e, de difundir inovações. Para isso, foram definidas três linhas de ação principais:

- ◆ **Complexo agroindustrial:** intensificação das relações entre as empresas de menor porte e destas com o setor primário
- ◆ **Complexo metal-mecânico e complexo químico:** Melhoria das relações entre empresas de menor porte ⇔ Grandes capitais e Intensificação das relações entre as empresas de menor porte
- ◆ **Planos emergenciais para recuperação e/ou reconversão de setores geradores de emprego, em particular da indústria de calçados**

A Frente Popular propõe um método democrático de condução de uma política industrial séria e voltada aos seus objetivos gerais. Para tanto, fortalecerá as "Câmaras Setoriais Produtivas dos Complexos Industriais", espaço onde os diversos segmentos da cadeia produtiva poderão estabelecer, de forma conjunta e solidária, as ações mais concretas voltadas à recuperação e o pleno desenvolvimento de tais segmentos da indústria gaúcha. Iniciaremos com a Câmaras do complexo coureiro-calçadista, na qual convocaremos empresários e trabalhadores, envolvidos direta ou indiretamente (fornecedores e distribuidores) do setor, e apresentaremos o conjunto de políticas propostas pelo Governo Democrático e Popular.

1.2.3.1.1 - Relações intra complexo agroindustrial ⇔ agricultura

A Frente Popular promoverá estudos e consultas locais, no sentido de definir conjuntamente os pontos de estrangulamento tecnológico e produtivo das distintas cadeias, bem como sua vinculação com cada região do Estado, de forma que os incentivos à modernização (*empréstimos para compra de equipamentos e efetivação da participação solidária para Pesquisa e Desenvolvimento*) sejam adequados tanto à modernização e expansão, quanto ao fortalecimento da estrutura existente.

Nesse contexto, pode-se citar o exemplo da indústria de alimentos, uma das principais responsáveis pelo emprego industrial no Estado, onde um dos pontos frágeis reside na oferta de matérias-primas agrícolas (leite, trigo, por exemplo), decorrente de sua baixa produtividade, falta de investimento em melhoramentos tecnológicos e desativação dos mecanismos de difusão de tecnologia no campo (como é o caso da EMATER), que fragilizam o setor face à concorrência internacional. Nesse caso, a melhoria no domínio da produção agrícola teria inúmeros efeitos em termos de maior *competitividade industrial, de recuperação do emprego nesses setores e de manutenção do agricultor no campo.*

ACÇÕES SUGERIDAS

O conjunto de iniciativas aqui relacionadas tem o objetivo de demonstrar o encadeamento das propostas arroladas na parte 2 "Renda para o Campo e Reforma Agrária" com a política industrial a ser desenvolvida pelo Governo Democrático e Popular:

- A Frente Popular está prevendo investimentos para ampliação e qualificação da EMATER e recuperação do papel da FEPAGRO, ambas instituições importantes voltadas ao apoio *tecnológico no meio rural*. Parte deste recurso será direcionado para reativação e melhoramento de mecanismos ligados a reconversão e modernização agrícola, adequada as necessidades industriais, principalmente na área da produção de alimentos e bebidas, como é o caso da fruticultura, dos produtores de leite, e outros;
- A FP realizará investimentos multisetoriais dentro da perspectiva de "transformar o campo em um lugar agradável para se viver". No que se refere ao ensino rural é fundamental a reativação e melhoramento de escolas técnicas agrícolas e industriais, em um projeto articulado entre o Projeto "Educação para o Trabalho", a política agrícola e o Programa Educacional da Frente Popular;
- A FP desenvolverá o Programa de Agroindústria Familiar. Para tanto, serão adotadas as seguintes medidas visando potencializar tal ação:
 - Criação de laboratórios de controle de qualidade e de melhoramento na área de agroindústria (em particular de alimentos), para serem usadas coletivamente pelas empresas de menor porte, bem como apoiar iniciativas públicas já existentes, como a "Casa do Mel" de Porto Alegre, realizada pela Prefeitura Municipal e a Associação Gaúcha de Apicultores;
 - Abertura de linhas de crédito para a compra de equipamentos para serem utilizados por consórcios industriais, dentro da política de crédito para investimento apresentada no

Programa Renda para o Campo e Reforma Agrária, priorizando empresas organizadas em forma de cooperativas;

- Busca e intermediação de acordos de cooperação tecnológica, de comercialização e de terceirização com empresas similares de outros Estados e do Mercosul, sujeitas ao mesmo tipo de constrangimento das empresas locais. Um bom exemplo é a constituição de "joint-ventures" com cooperativas existentes nos demais países do Cone-Sul, como as de fruticultura do Chile, laticínios no Uruguai e carnes da Argentina, utilizando como instrumento as Antenas do Trade Point", destacadas no Programa de Ciência e Tecnologia da Frente Popular.

1.2.3.1.2 - Melhoria das relações entre empresas de menor porte ↔ Grandes capitais e intensificação das relações entre as empresas de menor porte

No que se refere às relações com os novos investimentos, considera-se que a orientação dos recursos e subsídios tem sido mal encaminhada, seja privilegiando setores que não são capazes de gerar empregos, seja pela falta critério na distribuição desses incentivos, como é o caso do PROPLAST. Nesse caso, duas linhas de ações tomam-se necessárias.

a) Na relação com grandes capitais:

Buscar enraizar os grandes capitais e estimular a difusão de tecnologia em direção às demais através de:

- Acordos de treinamento e de capacitação tecnológica dos fornecedores potenciais dos novos capitais (autopeças e produtores de plásticos). Para tanto, propomos a participação dos grandes capitais no Projeto Extensão e Capacitação Tecnológica, aportando recursos para expansão do projeto e direcionamento às pequenas empresas do setor;
- Participação ativa dos produtores da terceira geração petroquímica nas estratégias de expansão do polo petroquímico do Estado;
- Estabelecimento de contrapartidas desses capitais no sentido de melhorar condições locais em termos de meio ambiente, saúde, educação, entre outros.

b) No fortalecimento dos pequenos capitais

- A Frente Popular propõe a orientação de linhas de crédito especiais em direção a novos nichos de mercado (tanto plástico quanto autopeças), criando assim mercado consumidor e de fornecedores locais para os grandes capitais (petroquímica e montadoras) e vinculando-os mais diretamente às vocações regionais (expansão de empresas produtoras de embalagens plásticas especiais para alimentos, por exemplo). Para tanto disponibilizará o acesso ao Fundo Estadual de Geração de Emprego e Renda a esses capitais, a fim de buscar financiamento direto ou equalização de juros aos financiamentos obtidos via BNDES ou outras formas de financiamento público voltado ao fomento industrial;
- Formação de consórcios para compra de equipamentos, aquisições de matérias-primas e criação de canais de comercialização, distribuição, propaganda e exportação. No caso de plásticos, por exemplo, a aquisição de equipamentos de reciclagem de material plástico através de consórcio de empresas;
- Acordos com Universidades regionais para a instalação de laboratórios de controle de qualidade e de desenvolvimento de produtos, seja via a Rede Estadual de Incubadoras de Negócios ou o Projeto de Extensão e Capacitação Tecnológica.

1.2.3.1.3 - Planos emergenciais para recuperação e/ou reconversão de setores geradores de emprego, em particular da indústria de calçados

- Câmara Setorial do Complexo Produtivo Coureiro-Calçadista;
- através do Projeto de Apoio à Economia Popular e Solidária, incentivaremos as cooperativas de trabalhadores oriundas das falências das empresas de calçados por meio de acesso ao "Fundo Estadual de Geração de Emprego e Renda" e das linhas de crédito do Sistema Financeiro Público Estadual, a fim de que essas trabalhadoras possam assumir as massas falidas das empresas;
- direcionaremos o Projeto "Extensão e Capacitação Tecnológica" e "Antenas do Trade Point" com o objetivo de viabilizar a identificação de novos nichos de mercado, produção de mercadorias diferenciadas e qualificação dos insumos demandados.

1.3 - CRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento do Rio Grande do Sul exige uma política de crédito orientada democraticamente pela população. Nesses termos é importante a manutenção de um forte Sistema Financeiro Estadual, e por isto nossa proposta para este, ao contrário do desmonte realizado pelo Governo Brito, passa pelo fortalecimento das suas instituições, a democratização e a transparência da sua atuação.

A democratização e transparência dos recursos aplicados dar-se-ão através da participação de representantes do Governo, funcionários e sociedade organizada na gestão das instituições. Este é um importante instrumento para que se evite o mau uso dos recursos públicos e o desvio das finalidades de cada instituição.

O Sistema Financeiro deverá estar em sintonia com a política de desenvolvimento desenhada para o Estado, pois ele é, certamente, um dos instrumentos mais importantes para a sua implementação. Portanto, deverá atuar em consonância com um planejamento das áreas estratégicas que devem ser estimuladas através de linhas de financiamento específicas.

1.3.1 - O Papel do Sistema Financeiro Público Estadual

Nosso Estado está se ressentindo há muito tempo da transferência do poder de decisão do sistema financeiro para outras regiões, com a compra dos antigos Sulbanco, Banmércio e Banco Agrícola e, após, com a quebra principalmente do Sulbrasileiro, transformado no federal Meridional, agora também privatizado para uma instituição de fora.

Recentemente, a onda de globalização atingiu o sistema bancário e de forma crescente o poder de decisão está indo para fora do País (para citar alguns grandes bancos desnacionalizados, o Bamerindus, comprado pelo HSBC (China), e a recém anunciada compra pelo ABN AMRO (Holanda) de grande parte do Real), o que reforça ainda mais a necessidade de um sistema financeiro estadual sob o controle e a serviço do povo gaúcho.

O papel básico da intermediação financeira, sob o ponto de vista do crescimento econômico, é realizado principalmente pelos serviços de banco de investimentos, através dos quais os recursos monetários disponíveis (poupanças dos indivíduos e das empresas - lucros retidos, fundos de depreciação, etc.) na economia são transferidos para investimentos de longo prazo nas empresas em expansão ou na formação de novas empresas.

No entanto, as instituições financeiras privadas operam com o objetivo de maximizar seus lucros, consistente com as suas necessidades de liquidez e de minimização dos riscos das atividades financeiras. Não interessa às instituições financeiras privadas a execução de serviços financeiros de baixa rentabilidade, muito menos daqueles que dão prejuízo ou que são de elevados riscos - mesmo que sejam de grande importância social. O resultado desse desinteresse é que a população de baixa renda e os pequenos e micro empreendimentos, capitalistas ou de produtores associados (cooperativas), acabam não tendo acesso, nas instituições financeiras privadas, a diversos dos serviços financeiros de que necessitam para suas atividades econômicas cotidianas, para a expansão das mesmas ou para a formação de novos empreendimentos. Além disso, em relação a promoção do desenvolvimento econômico, os bancos privados brasileiros nunca exerceram, de forma significativa e adequada, as funções de bancos de investimento; essas atividades (apesar dos incentivos dos governos para que executassem estas funções) acabaram sendo realizadas, basicamente, pelas instituições financeiras públicas (sistema BNDES).

Por estas razões, apenas a presença de um SFPE pode assegurar o atendimento das funções sociais do sistema financeiro que são imprescindíveis ao desenvolvimento econômico e ao atendimento dos diversos serviços financeiros para as populações de baixa renda e, inclusive, possibilitar o financiamento habitacional com condições acessíveis.

O Sistema Financeiro Público Estadual deve recuperar suas funções de fomento às atividades econômicas com vistas a geração de emprego e renda para os trabalhadores, produtores rurais e empreendedores urbanos. Em especial, para que o Estado possa, através de programas específicos, propiciar que setores da economia popular solidária (empresas cooperativas), micros e pequenos empreendedores tenham atendido suas necessidades de serviços financeiros e possam, assim, se desenvolver.

1.3.2 - O Desmonte do Sistema Financeiro Estadual

O aniquilamento do sistema financeiro gaúcho é mais uma das facetas do modelo de entrega do patrimônio público adotado pelo Governo Britto. Ele extinguiu a Caixa Econômica Estadual, decretou a morte de BANRISUL e se dependesse do Governador, o BRDE também já estaria extinto. O contrato de refinanciamento da dívida, recentemente assinado, condiciona os recursos do PROES - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público na Atividade Bancária - à privatização do Bannisul em um prazo de 18 meses. A Caixa Estadual S/A - Agência de Fomento fortemente alardeada pelo governo como iniciativa sua, e até o momento, de atuação virtual, nada mais é do que um modelo imposto pelo BACEN para todos os governos estaduais. É importante salientar que mesmo não sendo uma instituição financeira está subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil.

As ações do governo Britto em relação ao SFPE-RS apenas demonstram, mais uma vez, o seu descompromisso com a maioria da população gaúcha. Isto fica evidenciado pela opção de extinção da Caixa Econômica Estadual (CEE). Na nossa agenda para o SFPE-RS, ao contrário daquela implementada pelo governo Britto, a CEE teria sido reestruturada - de forma a adotar métodos democráticos e transparentes de gestão, métodos estes que levam a um aumento da eficiência administrativa - para permitir uma melhoria substancial dos serviços prestados aos seus clientes. Em outras palavras, ao invés de extinguir a CEE, nossa agenda teria dado um papel destaque a ela como banco das populações de baixa renda e como banco imobiliário.

Por estas razões, é imprescindível, na visão da Frente Popular, a existência de um SFPE forte e atuante. Apenas a presença de um SFPE pode assegurar o atendimento das funções sociais do sistema financeiro que são imprescindíveis ao desenvolvimento econômico e ao atendimento dos diversos serviços financeiros que as populações de baixa renda e que os micros e pequenos empreendimentos necessitam.

As reformas que o governo Britto está implantando, segundo as determinações do Banco Mundial /BACEN, no SFPE-RS visam a eliminar a participação do Estado no SFN. A Resolução N° 63 do Senado Federal, de 7 de julho de 1998 condiciona os recursos do PROES à redução do setor público estadual na atividade financeira:

“Art. 1º- ...

Parágrafo Único - Os recursos do financiamento referido neste artigo destinam-se exclusiva e obrigatoriamente, a propiciar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, nos termos da Medida Provisória n° 1.612-21, de 1998 e da Cláusula Vigésima do Contrato de Refinanciamento celebrado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, em 15 de abril de 1998.”

Além disso, o parágrafo segundo da Cláusula Quarta do Contrato de Negociação da dívida do Estado em conjunção com o artigo 5º da Medida Provisória 1.612-21/98, em especial seu parágrafo 2º, expressam claramente que se passados 18 meses da assinatura do referido contrato o Estado do Rio Grande do Sul detiver o controle de qualquer instituição financeira o valor do desembolso do Estado com o pagamento da dívida do PROES ultrapassarão o limite de 13% da Receita Líquida Real. Assim se forem mantidas as atuais cláusulas desta negociação o futuro governador será obrigado a optar entre privatizar o Bannisul ou aumentar significativamente seus gastos com a dívida.

Na nossa concepção, ao contrário do que FHC e Britto vem fazendo, as reformas do SFPE-RS devem ir no sentido de fortalecer as instituições financeiras públicas para que elas se tomem instrumentos do desenvolvimento econômico em geral e de fomento das atividades econômicas das cooperativas, dos pequenos produtores e micros e pequenos empreendedores.

1.3.3 - Propostas da Frente Popular

1.3.3.1. As principais funções do Sistema Financeiro Estadual a serem implementadas pelo nosso governo são:

a) execução das políticas de governo nas áreas de fomento compatíveis com o nosso modelo de desenvolvimento para o Estado;

b) ampliar a captação de recursos e direcioná-los através de um planejamento de quais os setores são os indutores das economias regionais;

- c) financiamento de projetos que busquem a retomada e consolidação do processo produtivo sustentável das economias regionais;
- d) proporcionar acesso ao crédito à micro, pequena e média empresa;
- e) financiamento habitacional, com linhas específicas para cooperativas;
- f) dar continuidade aos programas e linhas de crédito já contratadas pelo atual governo ampliando o seu alcance, em especial o crédito agrícola;
- g) assegurar a prestação de serviços bancários a todas as regiões do Estado;
- h) buscar a eficiência do Bannisul com critérios técnicos e pulverização da concessão dos empréstimos e uma melhoria da prestação dos serviços a todos os usuários, em especial ao pequeno poupador, desassistido pelo Sistema Financeiro Privado
- i) prover serviços de pagamento, depósito, poupança e de empréstimos pessoais para a população de baixa renda
- j) prestação de serviços aos Governos Estadual, Municipais e às empresas estatais
- l) administrar as contas do governo, dos órgãos estaduais.

1.3.3.2 - Iniciativas da Frente Popular

- Política financeira direcionada para as especificidades das economias regionais do Estado, enfocando os diversos setores da economia, e com ênfase para as diferenças tecnológicas e para a promoção do crescimento alavancado pela tecnologia;
- Além da disponibilidade de linhas de crédito destinadas ao setor industrial, devem ser efetivadas propostas que forneçam suporte ao comércio, aos serviços e à agricultura, sobretudo à agroindústria, como alternativa às linhas federais já existentes nesses segmentos;
- Política de crédito rural aplicando os recursos da carteira de crédito rural do Bannisul conforme a política traçada democraticamente, através do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural;
- Abertura de linhas de crédito para a compra de equipamentos para serem utilizados por consórcios industriais, dentro da política de crédito para investimento apresentada no Programa Renda para o Campo e Reforma Agrária;
- Projeto Crédito Subsidiado para Capacitação Profissional, Gerencial e Tecnológica: O projeto repassará recursos para a remuneração de serviços prestados por professores e alunos das universidades e centros de pesquisa do estado com vistas ao atendimento dos problemas identificados pelos extensionistas Tecnológicos junto as micro e pequenas empresas visitadas;
- Fundo de Geração de Emprego e Renda - Possibilitará a geração de postos de trabalho e renda em novas atividades produtivas e incrementar nas existentes, contando também com recursos orçamentários e aportes de instituições em nível estadual, federal e internacional.
- Ampliação dos fundos rotativos destinados ao financiamento de obras em infra-estrutura para as Prefeituras, como por exemplo o FUNDOPIMES, ampliando as linhas de longo prazo.
- Acesso da população ao Programa Estadual de Habitação Popular com o repasse de recursos aos Municípios, fundos rotativos, operadores do Sistema Financeiro Estadual, ou mesmo por outros operadores;
- Desenvolvimento de políticas públicas em escala ampliada, com o emprego efetivo dos fundos disponíveis no Sistema Financeiro Estadual como um todo, utilizando-se os seus recursos como âncoras deste processo.
- Promoção das pequenas empresas e dos microempreendimentos, através do incremento das fontes de crédito não convencionais, centrada na proliferação de agências de microcrédito por todo o Estado, nos moldes da ICC PortoSol, preservando suas características inovadoras, como a forma jurídica de entidade civil ideal, sem fins lucrativos, e também a permissão de aval solidário, forma esta que se apresenta como opção às exigências tradicionais de garantia.
- O aproveitamento das fontes de recursos nacionais, sobretudo das linhas do BNDES, pode multiplicar as possibilidades de ação com vistas ao desenvolvimento econômico para as entidades públicas.

como as Prefeituras e as empresas estatais, e para as empresas privadas, grandes e médias, atraindo novos investimentos segundo as características de cada região.

- Integração de esforços entre as áreas de planejamento do Governo do Estado e do Sistema Financeiro, visando à formulação de programas específicos para fomentar determinados setores da economia ou regiões geográficas, usando o potencial de alavancagem do sistema financeiro estadual junto ao sistema BNDES, considerando os limites impostos pelo Banco Central às instituições financeiras no sentido de que as suas operações de crédito são restritas em até 9 vezes os seus respectivos patrimônios líquidos, bem como outros critérios de liquidez da instituição.

1.3.3.3 Deverá ser considerado o seguinte para a estruturação do Sistema Financeiro Estadual público e democrático:

- a) Auditar e Revisar o processo de extinção da Caixa Econômica Estadual, analisando-se a situação legal e jurídica remanescente ao final do Governo Britto tendo em vista que a Autarquia foi criada com a finalidade de atender a população de baixa renda, além de investimento em programas habitacionais, educacionais e áreas afins. Em especial porque a Caixa na sua origem cumpria um papel sempre com objetivos sociais, possuindo um corpo funcional habilitado para o atendimento dos clientes e contribuintes; servidores estes que hoje desempenham atividades muito aquém de suas qualificações, espalhados por diversos órgãos e secretarias do Estado;
- b) Colocar a Caixa Estadual S.A. - Agência de Desenvolvimento operando no sentido de servir como instrumento de financiamento do modelo de Desenvolvimento proposto pela Frente Popular. Ou seja, financiar, prioritariamente, as tradicionais atividades econômicas do Estado, gerando renda e ampliando o mercado interno e abrindo novos postos de trabalho. Estas operações estarão estreitamente vinculada aos Planos de Desenvolvimento Regional. Para tal, serão estabelecidas representações desta instituição junto a cada um dos COREDES;
- c) em relação ao BANRISUL, lutaremos por sua manutenção enquanto banco público. O BANRISUL, na nossa gestão exercerá tanto as funções de banco comercial quanto de banco social. Portanto, a sua gestão deve compatibilizar os objetivos de uma administração eficiente, mas realizada de forma democrática e transparente. Ou seja, a gestão do BANRISUL deve objetivar o lucro, mas não como sendo seu único objetivo;
- d) manter o BRDE como instituição pública regional de fomento ao desenvolvimento, a fim de potencializar a captação de recursos, nacionais e internacionais, para financiar o conjunto de pequenos e médios empreendimentos vinculados direta ou indiretamente ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Finalmente, não é demais salientar, a gestão das instituições financeiras estaduais, no governo Olívio, será transparente e democrática, tanto internamente quanto externamente. Internamente, deve haver a participação efetiva dos funcionários de carreira, seja através da participação na diretoria e no Conselho de Administração, seja através de outras instâncias colegiadas. Externamente, a sociedade civil deve ter uma efetiva participação no Conselho de Administração. Com isso será possível se obter um efetivo controle da sociedade e dos funcionários na gestão das instituições financeiras estaduais.

1.4 - POLÍTICA TECNOLÓGICA

1.4.1 - Diagnóstico

O Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia é composto por:

- 1) Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia que tem o papel de definir as políticas, diretrizes e prioridades, representando as características regionais; a aplicação de interesses da comunidade científica-tecnológica e do setor produtivo. Este órgão é centralizador e pouco democrático, nas suas atribuições e composição (foram rejeitadas as emendas da bancada do PT). Não se tem conhecimento de atuação efetiva do referido Conselho desde a promulgação da lei em 08/ago/1995;
- 2) Secretaria de Ciência e Tecnologia que visa a promoção do desenvolvimento de Ciência e Tecnologia (C&T) e a articulação e coordenação das ações do setor.
- 3) Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), criada em 1972, presta serviços tecnológicos e realiza pesquisa em tecnologia industrial nas áreas de química fina, energia e recursos minerais.

Atende a organizações públicas e privadas. Este órgão que é o mais tradicional e respeitado instrumento de desenvolvimento tecnológico do sistema estadual de C&T está com pessoal desmotivado e quadro reduzido. Somente com o PDV perdeu-se 13% dos seus servidores, vários deles mestres e doutores. A sua produção é inferior à sua capacidade instalada;

- 4) Fundação de Amparo à Pesquisa do RS (FAPERGS) criada em 1964, é uma agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico. Os recursos orçamentários são provenientes de prescrição constitucional que destina 1,5% da receita líquida de impostos do Estado, para a sua utilização pela Fundação (lei 9103 de 08/07/1990). A destinação de recursos para pesquisa na FAPERGS em 1997 foi de apenas R\$ 11,3 milhões (valor pago) ou menos de 0,3% da receita líquida de impostos, quando a Constituição Estadual determina 1,5% da mesma, ou seja, mais de cinco vezes o efetivamente destinado. Mesmo considerando o gasto total da Secretaria de C&T, ainda teríamos apenas 60% do valor mínimo constitucional.
- 5) Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO) responsável pela experimentação direta ou indiretamente relacionada com o setor agropecuário.

Do ponto de vista do desenvolvimento de C&T, o Governo Britto teve uma prática compatível com suas opções político-econômicas: a) entrega de setores estratégicos/dinâmicos (telecomunicações, energia, processamento de dados) a grandes grupos privados majoritariamente multinacionais; b) privilégio a grandes monopólios em setores com super-produção no mundo e baixo ou nenhum incremento na capacitação tecnológica autônoma do país e do estado (exemplo montadoras); c) Abandono até a derrocada de indústrias e setores locais tradicionais (indústria calçadista, alimentação e agropecuária).

Os Pólos de Modernização Tecnológica que visam integrar universidades e empresas em empreendimentos de desenvolvimento de interesse regional, no Governo Britto, foram mantidos apenas como fachada, por carência de recursos e de vontade política.

Por fim podemos destacar a Lei 11.153 de 11/maio/1998 que permite o financiamento de empresas de alta tecnologia, sem definir o que seriam estas empresas, sem limites do tamanho do benefício e do tempo de fruição. Pior ainda, não estabelece qualquer contrapartida em termos de realização de investimentos e/ou geração de empregos e impostos. Perfeitamente coerente com o Projeto Britto de transferir recursos do governo para grandes grupos privados de sua preferência sem exigir contrapartidas.

A Frente Popular deve posicionar-se enquanto um gestor político do desenvolvimento tecnológico do estado articulando as universidades e centros de pesquisa (oferta tecnológica) de forma a unir-se aos trabalhadores e com micro, pequenas e médias empresas locais (demanda tecnológica) com vistas a geração de produtos com maior conteúdo tecnológico e maior valor agregado, fortalecendo o tecido econômico local e melhorando a qualidade de vida dos seus cidadãos.

A Frente Popular lutará pela ampliação da apropriação social dos benefícios gerados a partir das novas tecnologias, seja de maneira direta, seja de maneira indireta através da ampliação dos níveis de emprego, renda, e do recolhimento de impostos que venham e financiar as demandas apontadas pela comunidade através do orçamento participativo.

Neste sentido a Prefeitura de Porto Alegre, governada pela Frente Popular desde 1989 desenvolveu uma série de ações no âmbito da Ciência e da Tecnologia. Criou-se a *IETEC, Incubadora Empresarial Tecnológica* que é uma das principais referências da área no MERCOSUL. O desenvolvimento, associado a outras iniciativas viabilizou as condições para o nascimento do Projeto *Porto Alegre Tecnopole*, que tem por objetivo preparar a região metropolitana para um processo de inovação tecnológica permanente. O projeto *Porto Alegre Tecnopole* é produto de complexa engenharia institucional e suas iniciativas são geridas de forma compartilhada com outras entidades e entre outras atividades realização extensão tecnológica com base em experiência já realizada na França.

Outro ponto de culminância desta política foi a criação do *Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia*, órgão responsável pela coordenação da política de Ciência e Tecnologia no município de Porto Alegre.

Além das iniciativas da Tecnopole são referências importantes deste trabalho:

- **Geoprocessamento:** É definido como um conjunto de tecnologias voltadas para a coleta, o armazenamento, análise e disponibilização de informações com características espaciais. Desde 1995 a SPM vem desenvolvendo um Programa que envolve estas tecnologias: cartografia digital e desenho gráfico por micro computadores.

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental e Planos Diretores Setoriais: Peças fundamentais para a qualificação das ações com cunho tecnológico vinculadas ao desenvolvimento urbano, orientam para a aplicação de novas tecnologias e novos processos de trabalho.

- Prêmio Mercocidades de C&T: Desenvolvido com outras cidades no âmbito da Rede Mercocidades, é outorgado anualmente ao pesquisador que contribuiu efetivamente para a solução de um problema relevante em uma das cidades da Rede.

1.4.2 - As Propostas da Frente Popular para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico

O Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Frente Popular irá atuar no sentido de fortalecer o tecido econômico do estado, dirigindo suas ações para a qualificação dos trabalhadores e das pequenas e médias unidades econômicas rurais e urbanas, partindo de três diretrizes centrais:

- A modernização tecnológica das pequenas e médias unidades produtivas do estado, com vistas a capacitá-las a sobreviver à concorrência nociva imposta pelo processo de globalização econômica.
- O apoio ao desenvolvimento de tecnologias inovadoras capazes de serem materializadas sob a forma de novos produtos e serviços.
- Articulação da Pesquisa Agropecuária com a política agrícola estadual em sintonia com a extensão rural e a assistência técnica.

Desta maneira o programa se desdobrará em quatro eixos temáticos:

1. Democratização do acesso a informação;
2. Infra-estruturas para o desenvolvimento;
3. Sistema alternativo de crédito para a inovação tecnológica;
4. Acesso ao comércio internacional através de instrumentos inovadores;
5. Linhas de pesquisa

1.4.2.1 - Democratização da Gestão e Acesso à Informação

Reestruturação do Conselho de Ciência e Tecnologia

Redefinir o Conselho na forma de órgão consultivo e propositivo do Governo Estadual, em estrutura ágil, enxuta e democrática, congregando geradores e consumidores de Ciência e Tecnologia

Capacitação Profissional, Gerencial, e Tecnológica.

O Governo Democrático e Popular irá investir na modernização tecnológica de empresas nas regiões compreendidas pelos COREDES, com vistas a geração de empregos. O projeto subdivide-se na Extensão Tecnológica e no Crédito para Capacitação Profissional, Gerencial, e Tecnológica.

Projeto Extensão Tecnológica

O Projeto "Extensão Tecnológica" é um sistema permanente de identificação da demanda tecnológica existente nas micro, pequenas e médias empresas, favorecendo sua capacitação pela introdução de inovações em produtos e processos. É um serviço que aproximará empresas e oferta tecnológica através da ação do extensionista tecnológico. O extensionista é, então um intermediário que *auxilia as empresas a identificar problemas tecnológicos e indica as possíveis fontes de solução e respectivo financiamento.* É baseado em metodologia que está sendo desenvolvida no âmbito do Projeto Tecnópole a Domicílio, que é multiinstitucional, e gerido conjuntamente pela Prefeitura de Porto Alegre, e outras instituições, com apoio do Governo Francês.

Crédito para Capacitação Profissional, Gerencial e Tecnológica.

O projeto repassará recursos para a remuneração de serviços prestados por professores e alunos das universidades e centros de pesquisa do estado com vistas ao atendimento dos problemas identificados pelos Extensionistas Tecnológicos junto as micro, pequenas e médias empresas visitadas. A escolha dessas empresas a serem visitadas será feita sob controle público da comunidade local através dos COREDES, com acompanhamento do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia. O projeto de tem por objetivo subsidiar os gastos referentes à capacitação profissional gerencial e tecnológica através do apoio em até 50% do valor com gastos para o financiamento de pequenas e médias empresas.

1.4.2.2 - Infra-Estruturas Para o Desenvolvimento

Projeto Rede Estadual de Incubadoras de Empresas

A Frente Popular irá investir na criação de incubadoras de negócios, que apoiarão a geração de novas unidades econômicas e que terão como finalidade última a geração de empregos. Este projeto se alicerça nos resultados alcançados IETEC de Porto Alegre que incubou 14 empresas e gera 87 empregos de maneira direta.

Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC)

A intensificação das atividades da Cientec na realização de pesquisa em tecnologia e na prestação de serviços tecnológicos nas áreas de química industrial, eletro-eletrônica, metal-mecânica, alimentos e construção civil, qualificará os produtos, principalmente, da pequena e média empresa gaúcha dotando-lhe de maior competitividade. Além disso, as tecnologias desenvolvidas na Cientec, na combustão e gaseificação do carvão, poderão auxiliar na modernização da matriz energética do estado, para maior racionalidade no uso dos recursos já existentes no RS. Para tanto, devemos mapear e caracterizar as áreas de C & T operando no RS em pesquisa e serviços como ensaios e consultoria, bem como publicar em anuário e divulgar extensivamente as informações levantadas.

1.4.2.3 - Sistema Alternativo De Crédito Para A Inovação Tecnológica

Projeto: Capital de Risco para Micro-Empresas Inovadoras

O projeto tem por objetivo estimular o desenvolvimento de micro e pequenas empresas integrantes das incubadoras da rede estadual. O projeto visa ampliar a geração de renda e novas tecnologias. As empresas geradas nas incubadoras têm uma taxa de sobrevivência de 75% e o faturamento somado das 5 maiores empresas da IETEC no ano passado foi de R\$ 4.000.000 de reais. Para tanto, está sendo disponibilizado o Fundo Estadual de Geração de Emprego e Renda.

1.4.2.4 - Acesso Ao Comércio Internacional Através De Instrumentos Inovadores

Antenas do Trade Point

Este projeto terá por objetivo a criação de escritórios regionais do projeto Trade Point que é desenvolvido em participação solidária pela Prefeitura, SEBRAE e outras instituições e tem como objetivo dar acesso ao comércio internacional às micro e pequenas empresas locais.

1.4.2.5 - Linhas De Pesquisa

Através dos instrumentos disponíveis a Frente Popular apoiará a Pesquisa nas diversas áreas que contribuam, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Rio Grande do Sul. Várias modalidades de apoio a linhas de pesquisa relevantes e sociais serão desenvolvidas:

- a) com base em critérios multi-institucionais, sendo uma instituição preferencialmente do interior do Estado e outra da capital;
- b) em apoio a grupos emergentes de pesquisa, a exemplo de recém doutores;
- c) para viabilizar pesquisas induzidas, com temas definidos pelos COREDES e pelo governo do Estado, com o objetivo de atacar problemas sociais e estimular o desenvolvimento tecnológico das regiões do estado.

1.5 - INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

A construção do desenvolvimento no Rio Grande do Sul requer um Estado Democrático e Popular no qual as Empresas Estatais, vinculadas a setores estratégicos e a consolidação da infra-estrutura, têm um papel decisivo.

Por isso somos radicalmente contrários a política de desmantelamento do Estado implementada pelo governo Brito. Respeitado o interesse público a Frente Popular priorizará ações no campo político, econômico, jurídico, social e ideológico para assegurar o controle público e social dos serviços

privatizados e, num plano estratégico, barrar e reverter as privatizações. São medidas que ultrapassam um período de governo mas que precisam ser imediatamente iniciadas.

1.5.1 – Transportes

A construção do desenvolvimento no Rio Grande do Sul requer um Estado Democrático e Popular no qual as Empresas Estatais, vinculadas a setores estratégicos e a consolidação da infra-estrutura, têm um papel decisivo.

Por isso somos radicalmente contrários a política de desmantelamento do Estado implementada pelo governo Britto. Respeitado o interesse público a Frente Popular priorizará ações no campo político, econômico, jurídico, social e ideológico para assegurar o controle público e social dos serviços privatizados e, num plano estratégico, barrar e reverter as privatizações. São medidas que ultrapassam um período de governo mas que precisam ser imediatamente iniciadas.

1.5.1.1 - Governo Britto não Investiu no Estado

Os quatro anos do Governo Britto foram um verdadeiro desastre para o Rio Grande do Sul. Privatização dos portos, *escândalos na privatização do Detran*, sucateamento das estradas estaduais e privatização dos pedágios sem contrapartida para o Estado, ausência de política para o desenvolvimento regional entre outros problemas estão levando ao caos.

Antônio Britto, alinhado com os projetos de Fernando Henrique Cardoso está entregando nosso Estado aos grandes grupos estrangeiros, demonstrando não estar a altura dos verdadeiros desafios dos gaúchos. *Veja como Britto desestrutura o Rio Grande do Sul:*

1.5.1.1.1- Privatização dos Portos

Ao invés de investir na qualificação e modernização do Porto de Rio Grande, o Governo Britto resolveu entregar a parte lucrativa da atividade portuária para a iniciativa privada, ficando com as dívidas. Pior do que isto, ajudou a promover um processo de demissões numa das regiões onde o desemprego é maior.

Em relação ao Porto de Porto Alegre, Britto é contrário ao projeto de municipalização do Porto proposto pela Prefeitura de Porto Alegre. Ele prefere entregar o Porto, que em todos os lugares do mundo é uma atividade lucrativa, para a Ford e a GM, aumentando ainda mais as possibilidades de lucros destas empresas, em detrimento do sucateamento do Estado.

Britto entra em conflito com os interesses econômicos do Rio Grande do Sul, quando não fortalece a participação do estado numa área estratégica como é a do controle e gestão dos portos

1.5.1.1.2 - Privatização das Estradas Estaduais

Sob o pretexto de não ter recursos, o Governo Britto decidiu doar as estradas do Rio Grande do Sul ao setor privado sem que as empresas que se formaram para explorar esta atividade econômica se comprometessem com qualquer contrapartida.

Esta privatização, travestida no “Programa de Pólos Rodoviários”, está servindo para implantar 39 (trinta e nove) pedágios nas rodovias estaduais, podendo chegar a 45 novos pedágios que restringirão o acesso a todas as cidades pólos do Estado. Estes 45 pedágios, somados aos 03 estaduais e aos 03 federais já existentes, ultrapassam a 50 pedágios numa malha viária que deixa muito a desejar em comparação aos demais estados do país.

A transferência da exploração econômica das estradas para a iniciativa privada permite que o cidadão que, ao pagar seus impostos, já financiou sua construção pague novamente por ela através de pedágios a fim de viabilizar a lucratividade das concessionárias. A Frente Popular não é contrária aos pedágios como forma de arrecadação de recursos para a construção e manutenção das estradas. Mas não há critérios objetivos para a alocação desses pedágios porque a maioria está concentrada em algumas regiões do estado prejudicando a economia regional. Sendo uma tarifa pública deveria existir uma planilha de custos demonstrando porque o valor a ser pago é este ou aquele para que o estado e a sociedade pudesse fiscalizar. E, principalmente, é necessário um entrosamento com os Municípios em que estão sendo implantados os referidos pedágios para que haja um maior controle e para que, uma parte dos recursos possam contribuir na manutenção das vias municipais que sofrerão alteração de tráfego com a implantação dos mesmos.

Numa comparação simples com estados que possuem o mesmo potencial do RS pode-se ver quanto é desolador o que Britto está fazendo com nossa terra. O Rio Grande do Sul possui apenas 31,3

km de vias pavimentadas para cada 1000 Km² de área territorial. Para termos uma comparação, em Santa Catarina o percentual é de **53,5 km** por 1000 Km², no Paraná é de **63 km** e em São Paulo é de **101,6 km**.

1.5.1.1.3 - Submissão ao Governo Federal

Britto se elegeu prometendo que sua relação com FHC traria benefícios ao Rio Grande. Mentira, submeteu o estado aos interesses da União. Prova disto foi a estadualização de 8.500 quilômetros de estradas federais, das **quais 1.800 quilômetros não são pavimentadas** e 5.700 quilômetros necessitam de recuperação e permanente manutenção. Isto tudo no mesmo período em que o Governo Federal retirou recursos do Estado através do *FEF* e a *Lei Kandir*, com concordância pessoal de Britto, somente sugaram recursos do Estado.

Na área ferroviária, Britto aceitou sem nenhuma contestação a privatização da RFFSA, que possuía uma extensa rede em todo Estado, sendo fundamental para o nosso desenvolvimento. Agora, dependemos de um consórcio privado, formado por **empresas norte-americanas** que nada tem a ver com nossa realidade.

Britto está omissos, da mesma forma, no processo de privatização da Trensurb, empresa de transporte de passageiros da Região Metropolitana de Porto Alegre. Com recursos do BID, FHC e Britto pretendem privatizar o transporte de passageiros, retirando o setor público de uma atividade essencial para o desenvolvimento da região metropolitana. Pior do que isto, a **Trensurb já está promovendo demissões** de trabalhadores especializados.

Já está acertado o aumento das tarifas da Trensurb para financiar a privatização, que excluirá parte dos usuários, sobrecarregando as linhas de ônibus que já são precárias e ineficientes.

Toda esta política de sucateamento de uma empresa pública importante para a Grande Porto Alegre está sendo escondida atrás de uma proposta populista e demagógica que é a **"Linha 2" do Trensurb que não tem viabilidade de implantação** nos moldes como está sendo planejada porque desrespeita o Plano Diretor de Porto Alegre, não apresenta os verdadeiros custos de implantação e superdimensiona os dados sobre passageiros. Pior do que isto, não há nenhuma proposta de integração do Trensurb com as linhas de transporte coletivo. Não dá para acreditar nesta proposta.

1.5.1.1.4 - Privatização do Detran

Britto e seu secretariado montaram uma verdadeira armadilha para se beneficiarem com a privatização do Departamento de Trânsito - Detran. Contrataram uma empresa privada, o *INST - Instituto Nacional de Segurança de Trânsito*, que planejou toda reestruturação do setor de inspeção veicular e cadastramento de veículos e condutores. Posteriormente, os diretores do INST tomaram-se diretores do Detran e iniciaram a privatização do órgão. Quando os gaúchos se deram conta, Britto estava entregando um serviço que amecada milhões de reais por ano para esta empresa. **Um escândalo** que continua sem solução até hoje.

O pior é que Britto pretende levar a cabo sua política de privatizar a inspeção veicular. Se o Governo Estadual não quer ou não tem condições de realizar este serviço, os **municípios** se propõem a realizar estes serviços. Mas o Governo Britto não pretende se aliar aos municípios gaúchos, prefere as empresa paulistas.

Mais do que isto, Britto desrespeita as diretrizes do Código de Trânsito Brasileiro e a Lei estadual sobre a inspeção veicular que dá prioridade aos municípios em relação ao setor privado. Para se ter uma idéia, estima-se que a inspeção veicular movimentará algo em torno de **72 milhões de reais por ano**, recursos que poderiam financiar a municipalização do trânsito, assumida pelos municípios a partir do início deste ano.

1.5.1.1.5. Ausência de política para transporte de passageiros

O transporte de passageiros metropolitano e interestadual sempre foi é um problema sério. Quando candidato Britto se comprometeu a investir neste setor, mas nada fez a não ser aumentar as tarifas bem acima da inflação. Na região metropolitana de Porto Alegre, somente no ano de 1996 o Governo do Estado **reajustou as tarifas em 39%** (trinta e nove por cento) num período em que a inflação foi de 11%.

Após inúmeras críticas da sociedade gaúcha, o governo do estado exigiu que as empresas renovasse a frota, no entanto, na maioria dos casos estes veículos não foram incorporados a frota de transporte coletivo e sim foram desviados para o transporte de fretamento. Esta fato é extremamente grave porque as empresas renovaram sua frota desviando recursos da tarifa paga pelo usuário do

transporte coletivo e estes veículos estão sendo utilizados em fretamentos para a indústria e as universidades que pagam novamente pelo serviço. É uma dupla tarifação paga pelos gaúchos resultado da inoperância de órgãos como o Daer e Metroplan. **Se as receitas com fretamento fossem abatidas das tarifas convencionais**, os usuários do sistema metropolitano, certamente, teriam uma **tarifa 1/3 mais barata** do que pagam hoje e com um serviços de melhor qualidade.

A) SELETIVO METROPOLITANO

Como a sociedade gaúcha estava atenta, o Governo do Estado tentou implantar um sistema similar as lotações de Porto Alegre, no entanto, montou um sistema ineficiente porque não atende aos interesses dos usuários. Os itinerários não são racionais e as tarifas são muito caras. Lançado como feito inédito, o **sistema seletivo carece de controle do estado** sobre as tarifas e necessita uma total reformulação dos itinerários. Porto Alegre já demonstrou que é possível ter um serviços seletivo, de qualidade e barato.

Estas novas linhas foram criadas desrespeitando a Lei das Concessões - **Lei 8987/95** que determina que os novos serviços de transporte de passageiros devem ser precedidos de concorrência pública através de um processo de licitação. O Governo Britto ignorou a lei e a justiça, até o presente momento silenciou a esta irregularidade.

B) LINHA RÁPIDA METROPOLITANA

Com base na experiência da Prefeitura de Porto Alegre, o Governo do Estado montou um projeto semelhante ao Projeto Norte Nordeste para a Região Metropolitana. No entanto, ao invés de discutir com os municípios, **Britto resolver passar por cima dos prefeitos** e da comunidade organizada montando um projeto que não promove a integração entre os sistemas urbanos.

Com o sucateamento da Metroplan - Britto **demitiu mais de 100 técnicos** com 10 anos de experiência na gestão do transporte coletivo metropolitano - o projeto "Linha Rápida" possui deficiências na elaboração gerencial. O Governo do Estado está aprovando as plantas das obras e não possui, ainda, o projeto de transporte, ou seja, que linhas serão criadas, como funcionarão, onde serão os terminais em Gravataí, em Alvorada e em Cachoeirinha.

1.5.1.2 - Propostas da Frente Popular

1.5.1.2.1 Ampliação e integração do Sistema Viário Estadual

O Estado do Rio Grande do Sul vem mudando a sua participação econômica no cenário nacional. Perde importância porque não tem um projeto de desenvolvimento regional que integrasse as capacidades regionais de forma planejada. Pelo contrário, os governos estaduais e federal decidiram transferir para empresas multinacionais a tarefa de comandar o crescimento econômico do estado, subordinando nosso desenvolvimento a interesses diversos e, porque não dizer, em alguns casos, contraditórios com os nossos.

O **sistema viário estadual** tem como função propiciar o transporte de pessoas e mercadorias de forma racional e barata para que as pessoas não percam tempo desnecessários no seu deslocamento e para que as mercadorias cheguem ao mercado consumidor interno e externo com preço justo e competitivo.

A Frente Popular, conjuntamente com a sociedade civil organizada elaborará e executará um Plano de Desenvolvimento Regional no qual o sistema viário estadual deverá ser ampliado e qualificado a fim de permitir a integração das capacidades e das atividades econômicas e sociais regionais.

Apesar do estado possuir riquezas naturais que o colocam em situação favorável (**possuímos uma malha hidroviária de mais de 1000 quilômetros navegáveis**), o transporte de passageiros e mercadorias vem sendo transferido para o setor rodoviário. Segundo dados do próprio governo estadual a malha hidroviária era responsável por **40%** do transporte de cargas no Porto de Rio Grande. Esta participação reduziu para menos de **20%** no ano passado.

Os rios Jacuí, Guaíba, Taquari, Cai, dos Sinos, Jaquarã e Gravataí, associados as lagoas dos Patos e Mirim possuem uma **profundidade mínima de 2 metros** o que permite a navegação da maioria das embarcações de transporte de carga que operam no estado. Isto significa que o transporte de carga poderia ser feito por via fluvial, a um custo de operação menor e com investimentos de manutenção, controle e fiscalização bem mais em conta para o Poder Público. Sem contar com o efeito positivo na circulação com a redução da circulação de inúmeros caminhões nas rodovias do estado.

No Governo Democrático e Popular esta rede de vias fluviais deverá ser integrada as vias férreas e rodoviárias de forma a criar uma **rede de transporte de mercadorias integrada** e barata. Muitos países da Europa, com geografia semelhante a nossa aplicam este tipo de solução a séculos. A próprio Rio Grande do Sul, no início de sua constituição, baseou todo o transporte por via fluvial.

O único motivo pelo qual o estado ainda não o faz esta opção decorre de um grande loby das empresas que se favorecem com a alternativa rodoviária, ou seja, as multinacionais que produzem os chassis de caminhões e as encarroçadoras de veículos.

A Frente Popular, ao assumir o Governo Estadual buscará reverter esta situação através da:

a) priorização de investimentos para viabilizar a **utilização dos rios Guaíba, Jacuí, dos Sinos, Caf e Taquari** como vias de escoamento da produção regional. O Estado deverá dotar as vias fluviais da infra-estrutura necessária para a adoção desta política e promover ações para que empresas de transporte e a própria indústria opte por esta modalidade de transporte de suas mercadorias.

b) a **revisão da privatização do Porto de Rio Grande** com retomada dos investimentos na modernização do mesmo e **municipalização do Porto de Porto Alegre** a fim de que os mesmos possam melhorar sua participação no transporte alimentos, produtos da indústria metal mecânica, da indústria coureiro-calçadista e da indústria fumageira.

d) a **conclusão das rodovias** que constituem a rede viária estrutural do estado, em especial, as vias de escoamento da produção e aquelas que ligam aos portos de Rio Grande. Neste particular, devemos revisar os processos de privatizações/terceirizações dos pedágios de forma a garantir o controle público sobre as rodovias e o controle social sobre as receitas dos pedágios.

1.5.1.2.2 - Qualificação do Transporte Metropolitano

A Região Metropolitana de Porto Alegre agrega **1/3 da população gaúcha em 3% da área do Estado**. A concentração de pessoas numa área reduzida traz inúmeros problemas para o planejamento urbano, ainda mais que a ocupação do solo não se deu de forma ordenada e igualitária.

O resultado é que reservou-se imensos vazios urbanos para a especulação imobiliária e a maioria da população foi obrigada a construir as suas habitações nas cidades metropolitanas. Esta é a base objetiva para o transporte metropolitano: a necessidade de grandes deslocamentos no sentido leste/oeste, ou seja, cidade base e Capital.

Pela ausência de um órgão estadual que privilegiasse o planejamento do transporte como elemento estruturador da região, a lógica de planejamento dos serviços que imperou é a lógica do mercado privado. O princípio de atividade econômica sobrepõe a essencialidade dos serviços. A demonstração mais cabal desta situação é a relação que as empresas permissionárias do eixo norte possuem com o Trensurb. Há uma ação deliberada de concorrência do setor ônibus com a operação sobre trilhos e o órgão responsável não estabelece nenhuma interlocução para resolver a questão.

Para reduzir as necessidades de deslocamentos, buscaremos a descentralização da ocupação do solo, elaborando políticas para fixar as famílias em suas cidades, onde possam produzir, viver, estudar, crescer e se desenvolver de forma digna.

Sendo o transporte coletivo um indutor desta descentralização, deveremos promover uma maior acessibilidade em toda a região e propiciar as condições para uma ocupação mais democrática do espaço urbano. A ampliação de acessibilidade se dará a partir da adoção das seguintes políticas:

a) incentivo ao fortalecimento das **redes de transportes municipais** a fim de propiciar um deslocamento eficaz e de qualidade nas cidades metropolitanas. O cidadão mora nas cidades e, se possível, deve atender a maioria de suas necessidades básicas próximo onde mora evitando grandes deslocamentos que são onerosos para o indivíduo e para o estado.

b) **integração física** dos sistemas municipais deverá ser feito através de um sistema de **veículos leves sobre trilhos**, tipo VLT, que permita um acréscimo significativo de qualidade aos serviços. Isto é

possível utilizando-se o sistema de alimentação com cabos elétricos feitos para a linha norte do Trensurb. Propomos a criação de 05 (cinco) linhas troncais atendendo as regiões sul, sudeste, leste e nordeste da região metropolitana e ligando transversalmente as cidades de Viamão, Alvorada, Gravataí, Cachoeirinha e Canoas.

Este sistema metropolitano deverá promover a integração tarifária dos vários sistemas urbanos constituindo um sistema metropolitano que tenha linhas racionais, que realizam as viagens no menor tempo possível, com qualidade, conforto e a um preço acessível. A integração das linhas metropolitanas a sistema urbano promoverá a *microacessibilidade tão necessária aos usuários do sistema metropolitano*.

c) qualificação das vias e dos equipamentos de transporte, em especial os terminais de embarque/desembarque, as paradas e os veículos. Para as vias, *melhorar a infraestrutura operacional* dos metrô urbanos, dando prioridade ao transporte coletivo no sistema viário, proporcionando maior velocidade e conforto aos usuários;

d) adaptação dos equipamentos de transporte para o uso universal dos usuários, adequando às necessidades especiais dos usuários, em especial, aquelas decorrentes de adaptações físicas e operacionais;

e) fortalecimento da linha norte operada pela Trensurb através da promoção da integração física e tarifária. Isto propiciará uma maior oferta de viagens nos bairros de Canoas, Esteio, Sapucaia e São Leopoldo e melhorará a performance operacional da Trensurb.

e.1 Ampliação da Rede de Transporte sobre trilhos

O Projeto orquestrado pelo Governo Federal de ampliar a rede de transporte sobre trilhos para o eixo nordeste de Porto Alegre possui inúmeros pontos críticos. No entanto, a estratégia de ampliar a rede de transporte as necessidades sobre trilhos na Região Metropolitana nos parece acertado. O estudo que propõe o traçado da "linha dois" está voltado para a consolidação econômica da empresa Trensurb. No entanto, a proposta não atende as necessidades de transporte da Região Metropolitana porque não resolve os principais problemas da região.

O novo ramal não possui uma integração efetiva com o ramal norte, não existem nenhuma previsão de integração com o sistema urbano e metropolitano operado por ônibus, não há avaliação das repercussões ao planejamento urbano porque o estudo não foi feito. Entendemos que o melhor traçado seja aquele que promove a descentralização da região metropolitana é uma troncal oeste/leste ligando as cidades da região metropolitana, sem passar por Porto Alegre.

1.5.1.2.3 - O controle social das políticas de transportes

A atual estrutura de gestão do estado está montada para não funcionar. As secretarias, empresas e entidades de planejamento, gestão, controle e fiscalização estão desestruturadas e desarticuladas propositadamente porque faz parte da manutenção da lógica privada esta divisão e desarticulação. **Promover uma ampla reestruturação nos instrumentos de gestão** é questão basilar para que a Frente Popular, ao assumir o Governo Estadual possa, no curto espaço de quatro anos, promover mudanças na gestão destes serviços. Neste sentido a Frente Popular irá:

a) assumir suas responsabilidades de gestão dos serviços de transporte e circulação, estabelecendo de forma participativa os instrumentos de controle dos permissionários de forma a garantir a qualidade e o controle dos custos dos serviços;

b) dotar as regiões do estado de um órgão gestor do transporte coletivo de forma a permitir a criação de novas linhas, a integração com os sistemas urbanos, a construção e manutenção dos corredores exclusivos para ônibus e a integração tarifária. Este órgão terá a participação efetiva dos municípios, possibilitando a integração das ações institucionais e de controle operacional;

c) implementar instrumentos de gestão participativa das políticas de circulação e transportes visando qualificar o trabalho dos servidores públicos, promovendo o controle público e social sobre os resultados dos servidores permitindo a adoção de políticas de reconhecimento da qualidade e produtividade;

RESUMO DAS PROPOSTAS

- a) priorizar investimentos que viabilizem a utilização dos rios Guaíba, Jacuí, dos Sinos, Caí e Taquari como vias de escoamento da produção regional.
- b) a revisão da privatização do Porto de Rio Grande com retomada dos investimentos na modernização;
- c) municipalização do Porto de Porto Alegre a fim de que os mesmos possam melhorar sua participação no transporte alimentos, produtos da indústria metal mecânica, da indústria coureiro-calçadista e da indústria fumageira.
- d) a conclusão das rodovias que constituem a rede viária estrutural do estado;
- e) incentivo ao fortalecimento das redes de transportes municipais integradas através de um sistema de veículos sobre trilhos propiciando um deslocamento eficaz e de qualidade nas cidades metropolitanas;
- f) qualificação das vias e dos equipamentos de transporte, em especial os terminais de embarque/desembarque, as paradas e os veículos.
- g) adequação dos equipamentos de transporte público em áreas de expansão em especial em áreas de expansão vertical, através de sistemas de transporte coletivo e de qualidade;
- h) fortalecimento da linha norte operada pela Trensurb através da promoção da integração física e tarifária. Isto propiciará uma maior oferta de viagens e melhorará a performance operacional da Trensurb.
- i) reestruturar os órgãos de gestão do Estado assumindo a responsabilidade de gestão dos serviços de transporte e circulação, estabelecendo de forma participativa os instrumentos de controle dos permissionários de forma a garantir a qualidade e o controle dos custos dos serviços;
- j) dotar o estado de um órgão gestor do transporte coletivo regional de forma a permitir a criação de novas linhas, a integração com os sistemas urbanos, a construção e manutenção dos corredores exclusivos para ônibus e a integração tarifária.

1.5.2 – Telecomunicações

1.5.2.1 - A privatização da CRT

Durante a campanha para o Governo do estado em 1994 o então candidato Antônio Britto declarava ser um crime contra o patrimônio público a solução de vender a CRT para melhorar os serviços de telecomunicações no Estado. Enviou aos empregados da CRT correspondência na qual acusava a frente popular de mentirosa por insinuar que ele entregaria a CRT aos capitais privados e conclamava a todos para fazer uma empresa melhor. Dizia e escrevia que o setor de telecomunicações era rentável e só precisava ser bem administrado.

Mas no dia 19 de junho de 1998 foi consumada a privatização total da CRT. Depois de vender 35% das ações da empresa, no final de 1998, dizendo que o controle acionário permaneceria público o Governo Britto, mais uma vez, descumpriu a palavra empenhada e agora, a três meses das eleições, no final do seu mandato, vendeu a totalidade da empresa.

Antônio Britto não foi eleito para privatizar as empresas públicas. Vender a CRT antes do dia 4 de outubro, quando a população julgará o que deseja para o Rio Grande do Sul e o seu patrimônio é um ato que demonstra um completo desrespeito com o povo gaúcho. Não há qualquer argumento que justifique a venda da CRT. Se este governo respeitasse a opinião da sociedade, aceitaria se submeter a um referendo popular, como foi proposto pelos deputados de oposição. Desta forma, os gaúchos poderiam optar entre o modelo privatista e excludente de Britto ou uma empresa sob o controle público, voltada para atender a população e impulsionar o desenvolvimento do Estado. Além disso, a unificação do controle dos meios de comunicação na mão de um único dono tem sido questionado no mundo todo, inclusive nos países capitalistas, devido ao risco que isto pode representar para a democracia. A informação de maneira a permitir a formação de opinião, e não a sua indução, é matéria prima da democracia real.

Todo este processo foi marcado por uma forte disputa política e judicial. Existe um conjunto de ações, que ainda esperam julgamento, questionando a alienação dos 35% das ações em dezembro de

1996 e as cláusulas do contrato de gestão que privilegiam o acionista minoritário, colocando todo o processo sob suspeição. Agora, há novas ações questionando a venda dos outros 50,12% das ações.

Antes mesmo da publicação do edital para esta última venda já havia questionamentos jurídicos alegando que o contrato de gestão e o acordo de acionistas firmados com o consórcio que adquiriu os primeiros 35% das ações (a RBS e a Telefônica de Espanha) asseguravam a este grupo o efetivo comando da CRT. Ou seja, o virtual comprador do controle acionário (os 50,12% que o Estado estava colocando à venda), mesmo possuindo maioria de ações, permaneceria amarrado a um contrato que mantinha amplos poderes ao acionista minoritário. Argumentava-se ainda que esta questão desequilibrava o processo, afastava possíveis compradores, provocava aviltamento do preço das ações, viciando o leilão, já que o único interessado em obter o restante das ações à venda seria o próprio consórcio, que havia arrematado os 35% das ações.

Entre as cláusulas do acordo de acionistas que privilegiavam o (ex) acionista minoritário, estão as seguintes:

- Paridade na diretoria: Mesmo com apenas 35% das ações, o consórcio composto pela RBS e Telefônica da Espanha tinha assegurado três membros de uma diretoria constituída por seis pessoas. Além disso, tinha os três cargos mais importantes: diretor superintendente, diretor de operações e diretor financeiro.
- Poder de veto. Todas as decisões estratégicas tomadas pelo Conselho de Administração precisam ser referendadas pelo acionista minoritário, o que, na prática, funciona como poder de veto.
- Presidência compartilhada. Todos os documentos são assinados pelo presidente e pelo diretor superintendente.
- Premiação. O contrato estabelece que o acionista minoritário tem direito a receber, anualmente, um plus de 1% da receita líquida de serviços, caso a companhia atinja as metas estabelecidas. Este prêmio aumenta de forma fantástica o lucro dos empresários que haviam adquirido os primeiros 35% de ações: só em 97, a receita líquida de serviços foi de R\$ 938 milhões e o prêmio de R\$ 9,38 milhões. Enquanto isto, o lucro bruto da empresa, em 97, foi de R\$ 464 milhões.

A RBS e a Telefônica de Espanha pagaram R\$ 681 milhões pelo lote de 35% de ações. Apesar da imprensa e do governo alardearem um ágio superior a 50% entre o preço mínimo determinado pelo Executivo e o valor final pelo qual as ações foram negociadas, este prêmio, somado a parcela do lucro destinada a este consórcio, possibilitará que o retorno do investimento aconteça em um prazo extremamente curto, considerando a dimensão da negociação.

Na ocasião em que foi leiloada a primeira parte de ações, a Frente Popular já denunciava estas distorções que asseguravam poderes e privilégios para o chamado parceiro estratégico em detrimento do acionista majoritário, na época, o Estado, e ingressou na Justiça contra isso. No nosso entendimento, apesar de ter adquirido somente 35% das ações, a RBS e a Telefônica de Espanha tinham garantido, de fato, maior poder de comando na companhia.

O desrespeito à Constituição Estadual foi outro argumento usado nas ações judiciais para tentar barrar a privatização total da CRT. Conforme o artigo 163, parágrafo 2º, os serviços públicos essenciais não podem ser objeto de monopólio privado, o que, pelo menos no caso na telefonia fixa, estaria configurado com a compra, por parte da RBS e da Telefônica de Espanha, dos outros 50,12% de ações que foram colocados à venda.

O governo fez uma venda casada, do tipo "pague uma e leve duas", um ótimo negócio para o comprador, mas que pode representar mais prejuízo para o Estado. O governo não avaliou o que era mais vantajoso; se vender a companhia operando com os dois sistemas (convencional e celular), ou separar os serviços para privatizar depois.

Apenas para se ter uma idéia dos valores envolvidos nesta negociação, o preço mínimo de venda do controle acionário de toda CRT (telefonia fixa + celular) foi fixado em R\$ 926 milhões, enquanto somente a concessão da Banda B da telefonia celular foi vendida por R\$ 400 milhões, sendo que o comprador terá que arcar com todo o custo da instalação. A Banda A, que permanece sob controle da CRT, ao contrário da Banda B, já está funcionando, tem clientes, credibilidade e, portanto, um valor de mercado muito superior ao da Banda B.

A privatização total da CRT é lesiva à tecnologia nacional. Esta questão, inclusive, levou a Anatel - Agência Nacional de Telecomunicações - encarregada de fiscalizar o setor, a investigar uma licitação feita pela CRT, que teria beneficiado fabricantes espanhóis na compra de 200 mil aparelhos telefônicos.

Aparentemente os fabricantes brasileiros foram excluídos da concorrência por uma exigência técnica feita sob medida para uma indústria da Espanha. No Brasil, existem mais de 20 fabricantes de aparelhos telefônicos e a maior indústria, a Intelbrás, que exporta 20% de sua produção de 200 mil unidades por mês, perdeu a licitação da CRT, mesmo oferecendo um aparelho pelo custo de R\$ 18,00, enquanto a Anper, de Madri, ofereceu por R\$ 27,00. O Ministro das Comunicações promete não repetir, na privatização da Telebrás, os mesmos erros feitos pelo Governo do Rio Grande do Sul de não incluir nenhuma obrigação de contratação de fornecedores nacionais e de alocação de recursos das empresas privadas na pesquisa e desenvolvimento do país. Desta maneira o Governo Estadual está estimulando o desemprego, a desindustrialização e a dependência tecnológica do Brasil.

Como o contrato de gestão não possui nenhuma cláusula que assegure a continuidade do uso da tecnologia já instalada na CRT, a Telefônica de Espanha está implantando sua tecnologia, ignorando sistemas mais sofisticados e baratos, inteiramente desenvolvidos no país pelo Centro de Pesquisas da Telebrás, o mesmo que criou os cartões para substituir as fichas metálicas nos aparelhos. Conforme os técnicos da Telebrás, a Telefônica de Espanha está importando centrais telefônicas que obrigam a adoção de nova tecnologia e equipamentos compatíveis, o que significa muito mais custo para CRT, ignorando alternativas mais econômicas desenvolvidas no Brasil.

A garantia de acesso do povo aos serviços telefônicos está ameaçada, a exemplo do que vem acontecendo na Argentina e no México, países que adotaram o mesmo modelo de privatização. Não há nenhuma cláusula no contrato de gestão que garanta a universalização dos serviços, o que antes era responsabilidade do Estado. Um decreto federal estabelece metas que devem ser cumpridas por todas as empresas telefônicas, principalmente no que diz respeito aos aparelhos. Além disso, a nova lei das telecomunicações no país prevê que a União, os Estados e os Municípios podem ser onerados, caso as telefônicas não tenham condições financeiras de assegurar cumprimento das metas. Antes, era a própria empresa que sustentava este investimento. Ou seja, mesmo com a CRT privatizada, é possível que o Estado e as prefeituras tenham que liberar recursos para garantir serviços públicos qualificados.

Apesar de todos estes questionamentos, o governo manteve o leilão das ações da CRT, que foram compradas pela Telefônica do Brasil Holding (congrega a RBS e a Telefônica de Espanha), que passou a ter o controle de 85,12% das ações. Este foi um negócio ilegítimo, obscuro, que privilegiou grupos empresariais e possibilitou a formação de monopólio privado atuando em serviços essenciais. Ainda há o risco da venda ser utilizada com fins eleitorais e o fato deste processo ferir a transparência da administração pública e os interesses da população.

Por fim podemos ver que apesar da pirotecnia publicitária do governo sobre a sua gestão junto a CRT podemos ver que ela ainda tem muito a melhorar. Pois no final de 1997 apresentava uma densidade média de 9 linhas telefônicas por 100 habitantes, enquanto a média nacional é de 9,7 e em estados como São Paulo e Paraná é de 15,7 e 10,2 respectivamente. Além disso, há indicadores de qualidade, previstos no contrato de gestão, que não estão sendo atingidos pela empresa, como exemplo o de chamadas completadas.

1.5.2.2 – Nossas Ações

Como já foi salientado a construção do desenvolvimento no Rio Grande do Sul requer um Governo Democrático e Popular no qual a CRT, vinculada a um setor estratégico e a consolidação da infra-estrutura têm um papel decisivo. Por isso somos radicalmente contrários a sua privatização.

Assim como nos demais casos de privatizações a Frente Popular tem como diretriz priorizar ações no campo político, econômico, jurídico social e ideológico para assegurar o controle público e social dos serviços privatizados e, num plano estratégico, reverter a privatização da CRT. Para isso, o Governo da Frente Popular irá reavaliar o processo de privatização da empresa, iniciando pela realização de uma ampla auditoria. Neste caso também irá apurar responsabilidades sobre prejuízos ao patrimônio público no processo de privatização da CRT.

Paralelamente, a Frente Popular fortalecerá a agência de fiscalização e controle dos serviços de telecomunicações com vistas a acompanhar o cumprimento do contrato de gestão com o estado e com a sociedade gaúcha. Para isso empenhará amplos esforços para que a regulação dos serviços de telecomunicação no Rio Grande do Sul – que é legalmente atribuída a União - seja realizada pelo nosso Estado.

Por fim a Frente Popular incentivará a produção nacional da indústria de equipamentos para telecomunicações. Para isto, buscará i) que legalmente seja exigido das empresas de telecomunicações

o investimento em tecnologia no Brasil e a priorização pelas empresas nacionais na contratação de fornecedores; ii) incrementar a pesquisa científica e tecnológica no setor; iii) estimular as exportações de produtos industrializados do setor, e restringir as importações predatórias.

1.5.3 – Energia

1.5.3.1 - Diagnóstico do Setor Elétrico

1.5.3.1.1 - Setor Elétrico Nacional

Em todo o país, o setor elétrico está passando por profundas transformações estruturais, seguindo a orientação da consultora inglesa Coopers & Lybrand. O modelo proposto pressupõe empresas independentes na geração, transmissão e distribuição de energia, pela desverticalização das empresas, que vão negociar através do Agente Operador, uma entidade civil, teoricamente "isenta", com representação de diversos segmentos do setor. Dessa forma, será criado um mercado de compra e venda de energia, onde deve haver concorrência nos preços dos geradores, pois as distribuidoras e os consumidores livres (grandes consumidores) teriam liberdade de comprar energia de quem fosse mais conveniente.

O governo federal pretende privatizar todas as distribuidoras e geradoras do país, com exceção da energia nuclear, deixando a transmissão, por enquanto, controlada a nível federal, pela Eletrobrás. Quando o modelo se firmar, a transmissão deve ser também privatizada.

As principais críticas ao modelo proposto são:

- Estamos seguindo um modelo adotado na Inglaterra, para um contexto de energia completamente diferente do brasileiro. Lá a geração é predominantemente térmica ou nuclear, e o mercado consumidor cresce muito pouco. No Brasil, a geração hídrica predomina, e a privatização de fontes hídricas é perigosa, pois envolve aspectos sociais e ambientais críticos. Nos países de geração hídrica, como nos EUA, apenas pequena parte desses recursos são privados.
- O modelo proposto incentiva construção de usinas a gás, que trazem retorno mais imediato, porém no caso brasileiro representam dependência do exterior para compra de gás, com prejuízo a já prejudicada balança comercial brasileira.
- A desverticalização das empresas de energia, apregoada no novo modelo, já é contestada na prática pelo mercado, pois as empresas estrangeiras estão buscando adquirir geradoras e distribuidoras de uma mesma região, para garantir melhores resultados.
- O aumento no número de empresas, ou agentes na negociação de energia, certamente vai onerar o consumidor, pois a tarifa, que antes remunerava uma única empresa, deverá cobrir necessidades operacionais e de lucro de diversos intermediários ao processo.
- Os grandes consumidores terão oportunidade de escolher energia de menor custo, enquanto os pequenos consumidores não terão poder algum de negociação, sendo cativos da sua distribuidora. A relação de monopólio permanece, só que agora o monopólio é privado. Essa situação é muito mais grave num país com as condições sociais do Brasil, onde a cidadania da maioria não é reconhecida.
- A pressa com que as privatizações vem sendo realizadas atende mais a necessidade de caixa dos governantes do que ao modelo em si, já que a consultoria inglesa sugere que sejam implantados mecanismos de controle e regulação antes da venda das empresas. No Brasil, a regulação inexistente, e os contratos de concessão nas privatizações não têm garantido à população a qualidade do fornecimento, ou muito menos uma tarifa estável. O exemplo das empresas do Rio de Janeiro mostram essa falha, pois criaram um caos no fornecimento de energia no último verão, sem descumprir o contrato assinado.

1.5.3.1.2 - Setor Elétrico Estadual

Em termos de energia elétrica o Estado do Rio Grande do Sul está integrado ao sistema interligado Sul-Sudeste, representando cerca 6% do consumo brasileiro e é hoje atendida pelos sistemas

de Geração e Transmissão da CEEE, pela geração térmica da CGTEE, pela Distribuidora Sul-Sudeste da CEEE, pela AES-SUL (Região Centro-Oeste) e pela Rio Grande Energia (Região Norte-Nordeste).

DADOS DAS EMPRESAS DISTRIBUIDORAS:

	Área		População	Receita Líquida (R\$ mil)	N.º de Consumidores
	(Km ²)	Participação			
NORTE	98.979	36,8%	3.017.086	387.779	838.607
CENTRO	90.372	33,6%	3.202.333	453.794	803.862
SUL	74.573	27,7%	3.195.940	489.843	1.088.062

O mercado de energia elétrica no Rio Grande do Sul correspondeu, em 1997, a uma demanda máxima instantânea de 3.147 MW e um consumo anual de 18.961 GWh, atendido a partir de fontes hidrelétricas da CEEE (20% do consumo), termelétricas (7% do consumo), complementados pela importação do sistema interligado brasileiro (73%).

A CEEE atingia, quando atendia a todo o Rio Grande, a elevados índices de universalidade, dos maiores do país, atingindo 99% dos domicílios urbanos e 84,5% dos rurais.

Todo o processo de divisão e privatização da CEEE não acrescentou um único Mwh de energia ao sistema elétrico gaúcho. Os últimos governos estaduais não deram a importância devida à necessidade de investimentos em geração de energia. Somente no final de 1999 haverá acréscimo de 500 MW de energia ao sistema, com a possível conclusão da usina a gás de Uruguaiana. Considerando a previsão de crescimento do consumo do estado, de 5% ao ano, no próximo verão deverá ocorrer insuficiência energética nos horários de maior consumo. Os demais investimentos em geração somente estarão concluídos após o ano 2000.

De acordo com o projeto de lei 10.900/96, aprovado pela Assembléia Legislativa do RS, os recursos obtidos na venda da Norte-Nordeste foram para o Estado, e da Centro-Oeste ficaram para a CEEE abater suas dívidas. Porém, o Governo Britto aprovou projeto de lei deslocando 500 milhões de reais desse montante, para construção de estradas. Hoje, os recursos que restaram para a CEEE não são mais suficientes para pagar integralmente sua dívida, nem para garantir o pagamento das complementações de aposentadoria assumidos pela CEEE.

A tarifa de energia elétrica, tanto nacional como estadual, subiu muito, antes da privatização, para que as empresas se valorizassem para a venda. Em 98, o consumidor paga US\$ 109 por MWh, mais que o dobro pago no início dos anos 90 (US\$ 44 em 1991). A tendência, com a privatização é continuar aumentando, pois as empresas podem reajustar suas tarifas sempre que comprovarem aumentos de custos, e o observado nas empresas já privatizadas é aumentos significativamente superiores à própria inflação.

As críticas ao modelo nacional se aplicam ao Rio grande do Sul, pois o governo Britto, não só tem seguido a risca as orientações do modelo nacional, como também tem se antecipado em algumas medidas, como na desverticalização da CEEE, que foi a primeira empresa do setor no Brasil a ser repartida para privatização.

1.5.3.2 - O Governo Britto

As principais medidas do governo Britto foram as seguintes:

- **Desmonte do quadro funcional da CEEE:** Em 1996-1997, através de PDV e aposentadoria incentivada, quase 5000 eletricitários saíram do quadro de ativos da CEEE. Como a Fundação CEEE só cobre aposentados com mais de 55 anos de idade, o incentivo se deu através de uma "complementação" paga pela CEEE aos que se aposentaram antes dessa idade, pelo INSS, até que atinjam 55 anos. O montante dessa complementação a ser pago pela CEEE será de 716 milhões de reais, no decorrer de 16 anos.

- **Divisão da CEEE para privatização e transferência de toda a dívida para a estatal.**
- **Privatização da Distribuidora Norte-Nordeste e Distribuidora Centro-Oeste:** No leilão de 20 de outubro de 1997, foi vendida a Distribuidora Norte-Nordeste ao grupo VBC – Votorantim, Bradesco e Camargo Correa, e foi vendida a Distribuidora Centro-Oeste à empresa norte-americana AES.
- **Criação da CGTEE, empresa de geração térmica do Estado, abrangendo Candiota e a Usina Térmica de São Jerônimo, com vistas à futura federalização.**
- **Investimentos maciços em propaganda da CEEE e do governo Britto.**
- **Em abril/98, Assinatura do Contrato de Promessa de Venda da Transmissão, para a Eletrobrás, como parte da negociação da dívida mobiliária do Estado. O contrato dá 47% da CEEE para a Eletrobrás, como garantia de uma dívida de 650 milhões de reais, a ser pago até 31 de dezembro de 1999. Porém, já a partir de maio/98 a Eletrobrás assumiu o controle gerencial de toda a área de Transmissão da CEEE, inclusive com diretor indicado.**
- **Investimentos na ampliação de Transmissão e Distribuição:** Ampliações na rede elétrica, ligação elétrica com o extremo sul do Estado, construção de novas subestações, automatização de subestações.
- **Desverticalização total da CEEE, com separação contábil das empresas de Geração Hídrica, Transmissão e Distribuição Sul-Sudeste, que formam a atual CEEE. Em andamento, conclusão prevista para o decorrer desse ano.**
- **Privatização Total da Distribuidora Sul-Sudeste e da Geração Hídrica. Previsto para o próximo ano, pois depende de aprovação de projeto específico a ser aprovado na Assembleia Legislativa.**

1.5.3.3 - As Diretrizes da Política Energética da Frente Popular

A política energética do Estado deve ser um agente fomentador do desenvolvimento harmônico e sustentável de todo o Rio Grande. Isso se dará através de tarifas justas e regulação, que garantam o acesso à energia elétrica de qualidade, a todos os cidadãos.

A geração e a transmissão de energia elétrica, assim como a distribuidora Sul-Sudeste, serão mantidas sob controle do Estado, mas com uma nova abordagem de empresa efetivamente pública, provida de mecanismos de participação dos diversos segmentos da sociedade na definição de suas metas e prioridades. Na geração de energia, continuará sendo permitida a participação de agentes privados, desde que respeitadas as condições de regulação do Estado. O carvão gaúcho se manterá sendo aproveitado para geração, com novas tecnologias. Serão incentivadas tecnologias limpas de produção de energia.

Em relação à distribuição de energia elétrica, dois terços do Estado já estão sob controle de empresas privadas. Assim como nos demais casos de privatizações a Frente Popular tem como diretriz priorizar ações no campo político, econômico, jurídico social e ideológico para assegurar o controle público e social dos serviços privatizados e, num plano estratégico, reverter esta privatização. Para isso, o Governo da Frente Popular irá reavaliar o processo de privatização da empresa, iniciando pela realização de uma ampla auditoria. Neste caso também irá apurar responsabilidades sobre prejuízos ao patrimônio público neste processo de privatização.

A distribuidora Sul-Sudeste, mantida estatal, será dotada de competitividade, para que possa estabelecer um padrão de qualidade no fornecimento de energia. Além disso, o Estado deverá criar com urgência, junto com a sociedade, um órgão regulador forte e representativo, com mecanismos eficientes

de avaliação e punição, para garantir à população energia elétrica no nível de qualidade adequado às suas necessidades.

Para a CEEE estatal, será adotado um projeto de reconstrução, no sentido de retomar para a empresa o conhecimento técnico perdido nas recentes aposentadorias.

1.6 - POLÍTICA DE TURISMO

1.6.1 - IMPACTO DO TURISMO NO CONTEXTO MUNDIAL:

- A atividade turística é uma das mais promissoras da atualidade. Esta constatação é respaldada em diversos estudos realizados em diferentes partes do mundo.
- Desde 1993, o turismo tornou-se o principal item das exportações internacionais, tendo superado os derivados do petróleo, automóveis e eletro-eletrônicos.
- O segmento turístico é responsável por 1 em cada 9 empregos existentes no mundo. ✓
- O Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) prevê que o turismo será líder na geração de empregos no século XXI.

1.6.2 - IMPACTO DO TURISMO NO CONTEXTO NACIONAL:

- A atividade econômica que mais cresce no mundo - o turismo - ainda é uma indústria incipiente no Brasil. De acordo com dados da EMBRATUR, o país registrou, em 1996, a entrada de 2,3 milhões de turistas estrangeiros. Este volume equivale a menos de 5% do número dos 40 milhões de estrangeiros que passaram pela França no mesmo ano.
- Os principais mercados emissores de turistas para o Brasil são os países do Mercosul. Juntos, Argentina, Uruguai e Paraguai somaram 48% dos turistas de 1996. Por esta razão, Porto Alegre figura como sexto portão de entrada de turistas estrangeiros no ranking nacional, sendo superado pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis, Foz do Iguaçu e Salvador.

1.6.3 - IMPACTO DO TURISMO NO CONTEXTO ESTADUAL

- O turismo no Rio Grande do Sul é uma atividade híbrida, alcançando graus de importância distintos, dependendo da região. Em algumas regiões - como na serra e no litoral - é uma das principais atividades econômicas. Em outras - como na fronteira e o no planalto - tem pouca expressão.
- Em linhas gerais, o desenvolvimento turístico gaúcho deixa a dever para os grandes centros receptores do país, como os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, que apresentam fluxos turísticos estrangeiros e provenientes das demais regiões brasileiras.
- A atividade turística no Rio Grande do Sul depende fundamentalmente do fluxo interno do Estado e, em menor medida, do Uruguai e Argentina.
- Segundo dados da Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, o Estado tem servido de corredor de passagem de turistas do Prata, cujo destino são as praias catarinenses.
- O mercado turístico gaúcho é diferenciado do brasileiro. Enquanto no resto do país se sobressaem os atrativos naturais - associados ao clima tropical - no Rio Grande do Sul destacam-se as singularidades relacionadas ao clima temperado: relevo acidentado, vegetação subtropical e a própria presença do frio (com possibilidade de neve na serra). Isso garante uma fatia do mercado nacional a partir de um produto turístico diferenciado. Por outro lado, coloca o turismo gaúcho à margem do mercado nacional, transformando-o em um segmento isolado do restante do país.

1.6.4 - PROPOSTAS DA FRENTE POPULAR PARA O TURISMO NO RS

O Rio Grande do Sul é um Estado privilegiado para a captação de turistas. Considerando o fato de que, a grande massa de turistas estrangeiros que ingressam no Brasil são provenientes dos países do prata,

Argentina e Uruguai (cerca de 52% do contingente de turistas estrangeiros no Brasil) é fundamental estabelecer uma política permanente de divulgação e promoção de todo o Estado, em especial de Porto Alegre, a Capital Brasileira do Mercosul, a fim de que esses turistas tenham um maior tempo de permanência em terras gaúchas. Portanto, a Frente Popular propõe:

- Criar condições de infraestrutura básica para as regiões com potencial turístico, mas que ainda não dispõem de condições objetivas para acolher importantes massas de turistas, como é o caso da região das Missões, cujo potencial é extraordinário;
- Estimular a constituição de Câmaras Regionais de Turismo, a fim de acolher projetos e sugestões sobre o encaminhamento da Política Estadual de Turismo, objetivando democratizar a formulação política e, ao mesmo tempo, constituir núcleos dinamizadores da atividade turística;
- Incentivar o desenvolvimento do turismo náutico, mediante ações concretas que envolvem o Estado e municípios, especialmente, Rio Grande, Pelotas, São Lourenço e Porto Alegre, com o estudo e implantação de "marinas", condição essencial para que esse tipo de atividade possa ser desenvolvida;
- Incrementar o turismo ecológico, criando condições para que essa atividade seja incrementada em nosso Estado;
- Desenvolver o "turismo rural", através de trabalhos de orientação e incentivo a que essa atividade se incremente no interior do Estado e na Região Metropolitana;
- Promover viagens de familiarização (famtur) com agentes de viagens e operadores de turísticos com o objetivo de estimular a comercialização Estado, tanto nacionalmente como junto aos países do Mercosul;
- Planejar, criar e veicular campanhas institucionais e publicitárias visando a conscientização turística – local – e fixação da imagem e venda do Estado enquanto destino turístico permanente; (trabalhar todas as estações do ano).
- Intensificar a participar de todas as regiões do Estado em missões comerciais, feiras e eventos do setor turístico, ou seja, em "workshops", congressos da ABAV, ABRAJET, Festival de Turismo de Gramado e em outros eventos de importância, para a divulgação do Estado do Rio Grande do Sul.;
- Consolidar a posição de Porto Alegre enquanto sede de grandes eventos nacionais e internacionais, incrementando o apoio institucional a eventos de terceiros sediados em Porto Alegre;
- Apoiar e consolidar a imagem turística da Serra Gaúcha, tanto Gramado e Canela, como Bento Gonçalves, Garibaldi, Caxias, Farroupilha, Nova Petrópolis. Divulgar os produtos turísticos já consolidados, tais como a "Rota Romântica" a "Rota da Uva e do Vinho" e outros roteiros que forem formatados.;
- Apoiar a formatação de produtos turísticos de todas as regiões do Estado;
- Ampliar a atuação de qualificação de recursos humanos envolvidos com a atividade turística do Estado. Tal ação deverá ser implementada em participação solidária com entidades ligadas à atividade e com os municípios;
- Consolidar o relacionamento com o mercado turístico e entidades afins, com o objetivo de realizar ações conjuntas, como intercâmbios, convênios, etc.;
- Municipalizar o sistema de informações turísticas do Estado, apoiando os municípios e possibilitando que os mesmos tenham materiais de divulgação do Estado.

1.7 – Atividades Econômicas Específicas

Paralelamente há um conjunto de atividades econômicas que estão esquecidas pelo Governo do estado e poderão servir como importantes fatores de desenvolvimento de regiões específicas do nosso estado. Assim caberá a Frente Popular, conjuntamente com os COREDES identificar e incentivar estas potencialidades.

Neste sentido citamos como exemplos a Pesca e o aproveitamento dos Recursos Minerais.

1.7.1 - Pesca e o aproveitamento das águas

A biodiversidade e a amplitude da área coberta pelas Lagoas e rios da região indica um significativo potencial de desenvolvimento econômico sustentável. Para isso é importante não só a

criação das condições para a dinamização do transporte fluvial mas também o apoio a atividade pesqueira.

Particularmente com relação a pesca, a ação da Frente Popular terá as seguintes diretrizes:

- ◆ Reunir as entidades representativas do setor para a formulação de políticas para a pesca;
- ◆ Atacar a chamada "pirataria pesqueira" praticada por navegadores de outros estados;
- ◆ ordenação e administração das pescarias no estuário da Lagoa dos Patos.
- ◆ buscar parâmetros que permitam controlar: equipamentos de pesca; artes predatórias; safras com períodos definidos; áreas de criadouros e/ou acesso ao ambiente estuarino; limitação da área estuarina;
- ◆ fomentar formas alternativas de produção que permitam a sobrevivência econômica das populações pesqueiras;
- ◆ bem como programas de Educação Ambiental e capacitação de mão-de-obra.

1.7.2 - Recursos Minerais

O Brasil possui um dos maiores potenciais minerais do mundo, o RS mesmo sem ter o vulto mineral de outros estados, não foge a regra de possuímos grandes riquezas ainda não dimensionadas e estudadas bem como outras já conhecidas e exploradas como o carvão e areia.

No entanto, esses recursos minerais são importantes e se forem convenientemente pesquisados e racionalmente explorados, poderão contribuir de modo significativo para o desenvolvimento econômico do estado. O valor da produção mineral Brasileiro (PMB), referente a produção de matéria-prima mineral e concentrados somado a indústria sequencial de transformação responde por cerca de 30% da produção industrial e das exportações Brasileiras.

Fato este, que torna estratégico para o desenvolvimento e economia do estado, o dimensionamento de seus recursos minerais.

O RS é conhecido por ter as maiores jazidas de carvão do Brasil, além de ter em seu solo reservas: de cobre, prata, chumbo, zinco, ouro, estanho, tungstênio, titânio e xisto pirobetuminoso minas em exploração de caulim, calcário e gemas, assim como pedras ornamentais, areia industrial e de construção civil, turfas e águas minerais, só para citar os conhecidos.

Particularmente com relação a ametistas e Ágatas podemos dizer que o Rio Grande do Sul é uma das maiores províncias produtoras destas gemas e diversas variedades das mesmas (opalas, calcedônias, citrino). De 8 a 10.000 trabalhadores tem atividade, permanente ou temporária, na extração destes recursos, geralmente realizada de forma mais ou menos rudimentar. Ametista do Sul e Salto do Jacuí (ágatas) são os principais municípios produtores, entre diversos outros (Soledade, Lajeado, Quaraí, etc.). Este setor sempre foi inteiramente privatizado, resumindo-se a ação governamental à questões ambientais e de segurança no trabalho, por um lado, e fiscalização tributária (mal executada) por outro. Vendemos ao exterior (Taiwan, Japão, Alemanha) as pedras em bruto e, depois de sua transformação, aumentam seu valor em 10 a 20 vezes. Faz-se necessária a intervenção governamental para criar uma indústria de produtos finais que traria as seguintes vantagens:

- a) criação de empregos (5 a 10 mil) junto às regiões produtoras, as quais seriam de melhor qualidade e menos insalubres do que a lavra das gemas;
- b) aumento da renda auferida, pela agregação de valor e maior facilidade de fiscalização tributária sobre os produtos finais.

Apesar destas características do setor de mineração do Estado dois fatores, fortemente negativos, tem lançado sombras sobre o futuro da mineração: a drástica queda nos investimentos em exploração mineral (prospecção e pesquisa) e os sinais de estagnação da produção mineral gaúcha na última década.

Desta forma, é premente que o estado assuma o papel de gerenciador de seu patrimônio mineral e energético, para tanto, o estado através de seus órgãos e instituições como a CRM (Companhia Riograndense de Mineração), deve: retomar a pesquisa e o mapeamento geológico do estado, afim de aprofundar o conhecimento de seu solo e delimitar as áreas de ocorrências minerais.

A partir do potencial mineral conhecido, deve o estado gerenciar, fomentar, fiscalizar e induzir a atuação empresarial e estadual do setor. Para isso deveremos:

- Desenvolver uma política de planejamento e fomento a atividade,

- Investimento em infra-estrutura e formação de recursos humanos, com o objetivo de criar as bases para o fomento à iniciativa mineral
- Dotar o estado de um Plano Diretor regional e estadual para a mineração afim de desenvolver as vocações minerais das diferentes regiões do Estado.
- Criar /desenvolver uma incubadora tecnológica voltada ao setor da mineração que busque o desenvolvimento de tecnologias de aproveitamento e extração mineral.
- Fomentar a instalação de indústrias de conformação.
- Elaborar estudo sobre taxas e alíquotas visando priorizar a exportação dos produtos já elaborados
- Incentivar a realização de estudos de mercado (interno e externo).
- Atrair artesãos e empresas familiares do exterior, já experientes no processamento, através de facilidades e financiamentos para a sua transferência ao Rio Grande do Sul.
- Apoiar ao desenvolvimento do trabalho da Escola Técnica de Lajeado.

2 – RENDA PARA AS FAMÍLIAS NO CAMPO E REFORMA AGRÁRIA

2.1 - DIAGNÓSTICO: Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul

A pequena produção familiar no Rio Grande do Sul, originária do processo de colonização por imigrantes europeus, a partir do século passado, tem seu desenvolvimento histórico condicionado ao modelo preexistente de ocupação econômica dos solos, considerados os aspectos políticos, físicos e tecnológicos, e a dinâmica da consolidação do capitalismo no Brasil.

De um lado, a ocupação do solo Riograndense se dá, num primeiro momento, por motivações de estratégia militar, o que leva os portugueses a se estabelecerem muito próximos às províncias do Prata. Nessas regiões (sul, campanha e fronteira oeste do estado), a topografia e cobertura vegetal dos solos mostraram-se propícias ao desenvolvimento da pecuária, segundo um modelo de exploração extensiva em grandes propriedades rurais.

Por outro lado, a colonização é desencadeada visando uma base de sustentação política ao poder central do Império e, também, objetivando uma possível onda de crescimento populacional e econômico. As regiões para onde foi direcionada a colonização não a colocou em contraposição ao latifúndio, nem em termos de posse da terra, nem em termos de concorrência por mercados, pois ela se deu em terrenos “dobrados”, com mata espessa, locais inadequados à pecuária extensiva.

Assim, o desenvolvimento da pequena produção familiar no Rio Grande do Sul se origina e se consolida sem maiores conflitos com a estrutura de poder e de posse da terra no estado. Mais do que isso, seu desenvolvimento, como é sabido, cumpriu importante papel no fornecimento de produtos alimentares aos trabalhadores assalariados, e, ainda, fornecimento de gêneros alimentícios às populações urbanas do centro do País.

Postas essas premissas, pretende-se estabelecer que nunca houve de parte do poder político, dos governos que se sucederam ao longo de nossa história, uma estratégia de desenvolver a pequena produção familiar como paradigma sócio-produtivo de uma dinâmica onde houvesse produção agrícola sem exploração da mão-de-obra, ou mesmo a tentativa de chegar a alternativas de produção e de renda às verificadas nos latifúndios.

Dessa forma, o desenvolvimento da pequena produção familiar sempre foi estritamente dependente e restrito ao modo com que a burguesia rural e urbana do País articularam seus interesses com os das metrópoles externas.

É claro que com o grande avanço da indústria e a explosão demográfica nas áreas urbanas, cada vez um maior volume de mercadorias passou a ser “requisitado do campo”. Contudo, essas mercadorias, por certo, não se destinam a “melhorar a vida das pessoas”, mas sim a garantir um custo de manutenção e de reprodução da força de trabalho compatível com a taxa de lucro ambicionada pela burguesia.

2.1.1. População Rural do RS

Dados recentemente divulgados pelo IBGE demonstram queda da população rural do estado de 23,4% em 1991 para 21,3% em 1996. São pelo menos 85 mil pessoas que deixaram o campo gaúcho nesse período de cinco anos.

TABELA 1: POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL DO RIO GRANDE DO SUL - 1960/1996.

POPULAÇÃO	1960	1970	1980	1991	1996
TOTAL	5.448.000	6.664.891	7.773.837	9.135.479	9.637.682
URBANA	2.445.000	3.553.006	5.250.940	6.994.134	7.581.230
RURAL	3.003.000	3.111.885	2.522.897	2.141.345	2.056.452
PORCENTAGEM RURAL/TOTAL	55,1 %	46,7 %	32,5 %	23,4 %	21,3 %

Segundo declaração do secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Guilherme Dias, em palestra realizada no BNDES, Rio de Janeiro, em 21 de maio de 1997, nos dois primeiros anos do governo FHC (1995-96) deixaram de existir 400 mil propriedades rurais no Brasil.

Integrantes do Governo FHC (Ministro Pedro Malan, por exemplo) afirmam que o Brasil deve buscar um modelo agrícola semelhante ao dos Estados Unidos, onde em torno de 3% da população trabalha no campo. Segundo este Ministro, então, hoje o Rio Grande do Sul deveria ter uma população rural de apenas 289 mil habitantes. Isso significa a necessidade de um êxodo rural de 1,767 milhão de pessoas, número que não encontra similar mesmo considerando o período 1960-96 (quase quarenta anos).

A posição expressa pelo governo FHC sugere alguns questionamentos:

- Que projeto de democracia para o País alicerça um modelo de desenvolvimento que considera que 1,767 milhão de pessoas devem sair do campo gaúcho?
- Que empenho no processo de Reforma Agrária podemos esperar de governos que consideram que a população rural é excessiva e deve se reduzir drasticamente nos próximos anos? Que apoio de políticas públicas os agricultores familiares podem obter?

Também é necessário ressaltar o processo de envelhecimento e masculinização que está ocorrendo na população rural gaúcha. O êxodo rural tem provocado a saída de jovens, principalmente, e, entre esses, das mulheres jovens. Assim, em algumas regiões do estado é facilmente identificado que no campo permanece uma população de idade mais avançada. Também é facilmente observável que meninas na adolescência já buscam uma alternativa de trabalho/estudo na cidade, afastando-se do meio rural.

2.1.2. Estrutura Fundiária Gaúcha

Apresentamos abaixo os dados sobre a estrutura fundiária do estado, presentes no Censo Agropecuário de 1995/96 recentemente divulgado pelo IBGE.

TABELA 2: ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL - 1995/96.

ESTRATO DE ÁREA (ha)	ESTABELECIMENTOS			ÁREA		
	NÚMERO	%	ACUM.	HECTARES	%	ACUM.
MENOS DE 10	150.679	35,0	35,0	743.402	3,4	3,4
DE 10 A 20	118.205	27,5	62,5	1.838.651	7,5	10,9
DE 20 A 50	99.146	23,1	85,6	2.929.833	13,4	24,4
DE 50 A 100	27.554	6,4	92,0	1.881.909	8,5	32,9
DE 100 A 200	14.349	3,3	95,3	1.974.216	9,1	42,0
DE 200 A 500	11.600	2,7	98,0	3.572.702	16,4	58,3
DE 500 A 1000	4.778	1,1	99,2	3.268.175	15,0	73,3
DE 1000 A 10000	3.058	0,7	99,9	5.608.919	25,7	99,1
DE 10000 E MAIS	16	0,0	99,9	205.081	0,9	100,0
SEM DECLARAÇÃO	575	0,1	100,0	0	0,0	100,0
TOTAL	429.958	100,0		21.800.887	100,0	

Fonte: IBGE, 1998.

Os agricultores que vivem em áreas menores que 50 hectares representam 81% do pessoal ocupado na agricultura, somando 1,1 milhão de pessoas. Distribuem-se em 368 mil estabelecimentos

agrícolas (entre arrendatários, proprietários, meeiros e posseiros), somando uma área de 5,3 milhões de hectares. Ocupam 85,6% dos estabelecimentos e 24,4% da área do estado do Rio Grande do Sul.

Os estabelecimentos menores que 20 hectares somam 268,9 mil, ocupando na atividade um total de 780 mil pessoas.

O nível de concentração da terra no estado é evidente quando observamos que a área ocupada com estabelecimentos até 50 hectares equivale a 24,4% da área do estado (368,0 mil estabelecimentos), menor que a área ocupada pelos estabelecimentos que possuem mais de 1.000 hectares - 27,5% - e que somam apenas 3 mil estabelecimentos (0,7% do total).

No quadro adiante é possível visualizar a transformação da estrutura fundiária gaúcha entre os anos de 1985 e 1995/96.

TABELA 3: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA GAÚCHA NO PERÍODO 1985 E 1995/96.

ESTRATO DE ÁREA (ha)	ESTABELECEMENTOS				ÁREA (mil hectares)			
	1985	1995/96	QUEDA		1985	1995/96	QUEDA	
			Nº	%			Nº	%
MENOS DE 50	430.349	368.030	-62.319	-14,5	6.065.310	5.309.886	755.42	-12,5
MENOS DE 10	181.777	150.679	-31.098	-17,1	874.989	743.402	131.58	-15,0
DE 10 A 20	135.464	118.205	-17.259	-12,7	1.859.307	1.636.651	222.66	-12,0
DE 20 A 50	113.108	99.146	-13.962	-12,3	3.331.014	2.929.833	401.18	-12,0
DE 50 A 100	30.768	27.554	-3.214	-10,4	2.075.575	1.861.909	213.67	-10,3
DE 100 A 500	27.225	25.949	-1.276	-4,7	5.747.122	5.548.918	200.20	-3,5
DE 500 A 1000	4.908	4.778	-130	-2,6	3.385.945	3.268.175	117.77	-3,5
1000 E MAIS	3.329	3.072	-257	-7,7	6.547.737	5.814.000	733.74	-11,2
SEM DECLARAÇÃO	593	575	18		0	0		
TOTAL	497.172	429.958	-67.214	-13,5	23.821.689	21.800.887	2.020.80	-8,5

Fonte: IBGE, 1998.

O dado preocupante é a queda no número total de estabelecimentos de 497.172 para 429.958. Foram 67.214 estabelecimentos que deixaram de existir, significando uma redução total de 13,5%. Esta redução ocorreu principalmente no extrato de área entre zero e 50 hectares, responsável por 92,7% dessa redução. O extrato entre zero e 10 hectares contribuiu com 46,3% da redução total.

Esses dados reforçam como tem sido tímida as ações referentes a reforma agrária. Foram 67,2 mil propriedades que deixaram de existir no período entre 1985 e 96, quando foram assentadas apenas 6,2 mil famílias nos governos que se sucederam desde o final da década de 70. Essa realidade demonstra a necessidade de acelerar a reforma agrária e de estancar o processo de desagregação da agricultura familiar.

Adiante é ressaltada a significativa participação dos estabelecimentos que possuem até 50 hectares de área na produção gaúcha de alguns produtos agrícolas. Os dados referem-se ao ano agrícola de 1995/96.

TABELA 4: PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECEMENTOS DE ATÉ 50 HA NO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA GAÚCHA - 1995/96.

PRODUTO	PORCENTAGEM DO VALOR DA PRODUÇÃO
FUMO	95 %
UVA	89 %
AVES	90 %
FEIJÃO	82 %
MILHO	60 %
SUINOS *	80 %
LEITE	78 %
SOJA	34 %
BOVINOS *	32 %
TRIGO	31 %
ARROZ	6 %

FONTE: IBGE, 1998.

* Porcentagem do Efetivo.

2.1.3. Pobreza Rural

A tabela adiante demonstra que a pobreza se concentra no meio rural. Mesmo possuindo apenas 23,4% da população gaúcha (1991), o meio rural concentrava 57,1% do total das pessoas indigentes do estado. De um total de 1,5 milhão de pessoas indigentes no Rio Grande do Sul, 876 mil se encontravam no campo. Essas pessoas compunham 257,7 mil famílias indigentes.

TABELA 5: PESSOAS E FAMÍLIAS INDIGENTES, GRAU DE INDIGÊNCIA E PARTICIPAÇÃO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, NO RIO GRANDE DO SUL - 1990.

ESTADO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	PESSOAS INDIGENTES	PARTICIPAÇÃO DE INDIGÊNCIA (%)	GRAU DE INDIGÊNCIA (%)	FAMÍLIAS INDIGENTES
RIO GRANDE DO SUL	1.534.895	100,0	17,0	520.311
METROPOLITANA	225.946	14,7	7,5	87.280
URBANA	432.979	28,2	13,2	175.329
RURAL	875.971	57,1	32,3	257.701

FONTE: IPEA. MAPA DA FOME I, 1990.

Estudos realizados pela Fundação de Economia e Estatística indicam que a pobreza rural gaúcha assume contornos peculiares em função de duas áreas distintas do estado: a metade sul e a metade norte.

A metade sul apresenta uma situação de pobreza mais intensa, com índices de carência bem acima da média estadual, mas em números absolutos menores. Nesta região existe uma correlação positiva entre carência social e concentração fundiária: a carência social é maior onde predomina o latifúndio.

Mas é nas regiões de pequena propriedade, na metade norte, onde a pobreza rural atinge maior magnitude e concentração. Nessa região o número de pobres é superior em comparação às outras regiões do estado. Esta região compreende principalmente a Depressão Central (Santa Maria, Cachoeira do Sul, Montenegro), região de Soledade e Alto Uruguai.

2.1.4 - Integração à Agroindústria

O golpe militar de 64 implicou na solução do impasse existente desde meados da década de 50 frente aos caminhos possíveis para modernizar a agricultura brasileira. Foi descartada a possibilidade da democratização do acesso à terra através da Reforma Agrária, sendo adotado o processo que ficou conhecido como "modernização conservadora" da agricultura, já que não se propunha a alterar a estrutura fundiária do País.

A modernização da agricultura foi desenvolvida a partir do modelo da “revolução verde”, com a intensificação da produção agrícola baseada na utilização de produtos industriais de origem química (fertilizantes, herbicidas, inseticidas e fungicidas) e mecânica (tratores e colheitadeiras).

Um segundo momento deste processo de modernização, ocorrido principalmente a partir da segunda metade da década de 70, é a consolidação da indústria que se utiliza da matéria-prima de origem agrícola, a chamada agroindústria. Uma das características desse processo de consolidação é o estabelecimento de fortes vínculos entre a agroindústria e os agricultores que lhe fornecem a matéria-prima agrícola, conhecida como *integração*.

Grande parte daqueles produtos agrícolas em que a agricultura familiar possui importância, ocorre em estreita associação com a agroindústria na forma de *integração*. Na tabela adiante é possível visualizar o número de agricultores gaúchos que produzem integrados à agroindústria.

TABELA 6: PRODUTORES INTEGRADOS À AGROINDÚSTRIA NO RIO GRANDE DO SUL

PRODUTO	NÚMERO DE PRODUTORES
LEITE	85.000
FUMO	75.000
UVA	17.000
SUINOS	20.000
AVES	7.600

FONTE: Estimativas FETAG.

O processo de modernização da agricultura brasileira em curso reforça a tendência de exclusão crescente dos pequenos agricultores. Exclusão daqueles que não se integraram à agroindústria e não aumentaram os níveis de tecnificação de suas atividades. Mas, também, exclusão de parcela significativa daqueles que se integraram à agroindústria, tendo em vista o caso da realocação de plantas industriais de empresas integradoras e as exigências de aumento da escala de produção dos integrados.

Em contraposição à falta de apoio aos agricultores familiares, o governo Brito tem dispensado uma atenção especial às grandes agroindústrias gaúchas. O FUNDOPEM - Fundo Operação Empresa, é um incentivo fiscal onde a empresa beneficiada deixa de pagar parcialmente ou totalmente o ICMS num período de até 8 anos. A lei de criação desse incentivo previa que ele fosse concedido para investimentos prioritários e geradores de emprego. Mas, no atual governo esse objetivo ficou esquecido, sendo concedido para indústrias fabricantes de produtos prejudiciais à saúde, como o fumo, e para investimentos que geram redução de postos de trabalho.

Em cinco anos e meio (junho de 89 a dezembro de 94) foram, através do Fundopem, concedidos benefícios no valor de US\$ 199 milhões. Já o governo Brito concedeu no período de janeiro de 95 a julho de 97 (2,5 anos) um total de US\$ 1,5 bilhão em benefícios. Desses, R\$ 1,1 bilhão (74%) foram destinados a duas empresas fumageiras: a Souza Cruz (R\$ 860 milhões) e a Philip Morris (R\$ 227 milhões).

2.1.5 - O Setor Público Agrícola Estadual

A estrutura pública agrícola estadual é composta pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) e suas vinculadas, a quem cabe elaborar, coordenar e executar a política agrícola estadual; pela Secretaria da Ciência e Tecnologia, através da FEPAGRO (Fundação de Pesquisa Agropecuária), a quem cabe executar a pesquisa; e pelo BANRISUL (Banco do Estado do Rio Grande do Sul), a quem toca a aplicação do crédito rural.

As principais atribuições da Secretaria da Agricultura e Abastecimento são de preservação e conservação de recursos naturais renováveis, assistência técnica e extensão rural, defesa sanitária, vegetal e animal, assentamento e reassentamento agrário, armazenamento, abastecimento e discriminação e legalização de terras públicas. Para tanto, está estruturada da seguinte forma:

- 1) Órgãos de Assistência e Assessoramento Direto ao Secretário
 - a) gabinete;
 - b) assessoria jurídica;
 - c) assessoria técnica e planejamento agropecuário;

- d) assessoria de comunicação social;
- e) assessoria do Programa de Apoio a novos produtos agropecuários.
- 2) Órgão de organização e administração de exposições nacionais e internacionais
 - a) Parque de Exposições Assis Brasil.
- 3) Órgão de direção superior
 - a) Diretoria-Geral
- 4) Órgãos de Execução
 - a) Departamento de Produção Animal;
 - b) Departamento de Produção Vegetal;
 - c) Departamento de Comandos Mecanizados;
 - d) Departamento Agrário de Cartografia e Cooperativismo;
 - e) Departamento de Recursos Naturais Renováveis;
 - f) Depto. de Desenvolvimento e Treinamento Profissional de Agricultores.
- 5) Órgão de Apoio Administrativo
 - a) Departamento Administrativo

Vinculam-se à SAA as seguintes entidades:

- a) Instituto Sul Rio-Grandense do Arroz - IRGA;
- b) Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA;
- c) Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul - CEASA;
- d) Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul - FZB;
- e) EMATER, que é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e de utilidade pública, que presta serviços à SAA.

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento possui alguns Fundos, destinados ao financiamentos dos estabelecimentos familiares, compra de terra para trabalhadores rurais sem terra, financiamento de sementes, desenvolvimento da vitivinicultura e de programas de florestamento e reflorestamento. São eles o FEAPER (Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais, que inclui o programa TROCA-TROCA), FUNTERRA, FUNDOVITIS e FUNDEFLO. Existe também o FEASP (Fundo de Apoio ao Setor Público Agrícola), para onde convergem as receitas próprias da SAA. Em 1997 também começou a ser implementado o PRÓ-RURAL 2000, programa de US\$ 208,4 milhões que possui um financiamento do Banco Mundial de US\$ 100 milhões. Estes recursos serão aplicados em 6 anos e se destinam ao Alívio à Pobreza e ao Manejo dos Recursos Naturais. Por outro lado, o programa PRÓ-GUAIBA possui US\$ 20 milhões para aplicar no estabelecimento de microbacias hidrográficas na bacia do Guaíba.

Finalmente, cabe ressaltar que a atual administração estadual constituiu Câmaras Setoriais (arroz, trigo, milho, soja, leite, erva-mate, ovinos, carne bovina, carne suína, aves, fumo e pescado) "com o objetivo de mobilizar os segmentos produtivos para discutir as questões que afetam a competitividade".

A FEPAGRO é o órgão estadual a quem compete a Coordenação do Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária, do qual fazem parte outras entidades públicas (EMBRAPA e Universidades) e privadas (FECOTRIGO, Universidades Particulares). Possui 22 bases físicas no interior do Estado, entre Centros de Pesquisa e Estações de Pesquisa.

Quanto ao BANRISUL, deve-se ressaltar que, por conta da aplicação de 25% dos depósitos compulsórios em crédito rural, esta instituição tem à sua disposição em tomo de R\$ 70 milhões anuais para esse fim.

Nos seus 62 anos de existência, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento tem sido muito mais uma expressão da força política do latifúndio e da agricultura empresarial do que um suporte para a agricultura familiar e um órgão para solucionar a problemática crescente do contingente de agricultores sem terra. Prova disto é o gasto anual de recursos públicos para manter o Parque de Exposições de Esteio, que nada mais é do que uma vitrine para viabilizar grandes lucros privados, de cabanheiros de matrizes e reprodutores e de indústrias de insumos e máquinas agrícolas. Outro indicativo das prioridades que norteiam a ação da pasta é a existência de um instituto, especificamente para cuidar das questões atinentes ao arroz irrigado, quando sabidamente as ações referentes ao feijão, cebola, uva, milho, trigo, batata, leite e outros que são a base da agricultura familiar estão relegados a um plano secundário. Por outro lado, alguns órgãos e atividades que direcionam suas ações preferencialmente aos agricultores familiares, o fazem de maneira restrita e precária.

Afora esta forma de atuação do Setor Público Agrícola Estadual, problemas de ordem de pessoal, orçamentaria e de estrutura dos órgãos que o compõem, impedem que seu desempenho seja mais qualificado na direção de resolver a crítica situação por que passam os agricultores familiares e os trabalhadores rurais sem terra do estado.

Assim, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento de um lado é estruturada de forma excessivamente departamentalizada e com uma matriz que não raro leva a atividades sem responsáveis. Também é regra geral existirem em um mesmo departamento funções de fomento e treinamento de agricultores, ao lado de funções de fiscalização do mesmo agricultor. Cabe ressaltar que os departamentos hoje existentes (produção animal, produção vegetal, comandos mecanizados, recursos naturais renováveis e cartografia e cooperativismo, treinamento de agricultores), da forma como estão estruturados e são gerenciados, não atendem de forma adequada as questões atinentes aos agricultores familiares e a reforma agrária.

Ainda no tocante às limitações enfrentadas pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, cabe ressaltar a questão do pessoal. Os funcionários da SAA têm como parâmetro salarial o quadro dos Técnicos Científicos e Quadro Geral do Estado, que no atual cenário de salários, situam-se entre os mais baixos da escala estadual. Estes baixos salários geram um forte descontentamento no quadro funcional, agindo como desestímulo ao bom andamento das atividades. Muitas vezes são levados a desenvolver atividades paralelas, como forma de complementação da renda familiar.

Considerando-se, também, a execução do PDV (Plano de Demissões Voluntárias) e o fato que há muito tempo não é realizado concurso público para provimento de cargos (exceto de veterinários para a inspeção animal), tem ocorrido sensível esvaziamento nos quadros de pessoal da Secretaria, com tendência a um agravamento preocupante nos próximos anos, pois a maioria do quadro de funcionários encontra-se próximo a aposentadoria. No caso da FEPAGRO, é previsto até o final de 1998 um processo massivo de aposentadorias, o que levará este órgão a ficar praticamente sem funcionários. O governo Brito, através da Lei N° 10.824, extinguiu 379 cargos técnicos da Secretaria da Agricultura que estavam vagos.

Vale também uma referência às dotações orçamentárias e a execução das mesmas, especialmente no que diz respeito a Secretaria da Agricultura e Abastecimento. Assim, no período de 87/90, a média do orçamento da SAA foi de R\$ 69,4 milhões, correspondendo a 1,25% do orçamento geral do Estado; de 91/94 foi de R\$ 121,2 milhões, 1,97% do orçamento geral do Estado, e o de 95/97 foi de R\$ 104 milhões, 1,24% do orçamento do Estado, conforme visualizado no quadro adiante.

TABELA 7: PARTICIPAÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO NO GASTO GERAL DO GOVERNO DO ESTADO - 1987/1997.

	PERÍODO 1987-90	PERÍODO 1991-94	PERÍODO 1995-97
VALOR MÉDIO GASTO ¹	R\$ 69,4 MILHÕES	R\$ 121,2 MILHÕES	R\$ 104 MILHÕES
PERCENTUAL SOBRE GASTO GERAL	1,25 %	1,97 %	1,24 %

¹ Valores corrigidos para janeiro de 1998.

FONTE: Balanço Geral do Estado e Coordenadoria da Bancada do PT/RS.

Analisando a estrutura do orçamento, verifica-se que os programas destinados à agricultura familiar e aos agricultores sem-terra, como o FUNTERRA, FEASP, FEAPER e TROCA-TROCA, receberam apenas 11,9% (R\$ 12,4 Mi) do total do orçamento da Secretaria. O restante dos recursos destinam-se a pessoal e encargos sociais, despesas correntes e outras despesas de capital (onde inclui os gastos com o Parque de Exposições de Esteio).

Por outro lado, CESA e EMATER, órgãos vinculados e/ou associados a SAA, tiveram suas atuações bastante prejudicadas no Governo Brito. A EMATER muito mais foi utilizado para desenvolver política partidária do que para cumprir com sua função. Além disto, toma-se problemático para os seus técnicos a tarefa de elaboração de projetos como o PRONAF e o PRÓ-RURAL, ocupando quase a totalidade do seu tempo em tarefas burocráticas, em detrimento das atividades de extensão rural. Quanto a CESA, há clara

intenção de parte do Governo, de se desfazer dela, expressa na tentativa de venda e arrendamentos de unidades aliada à falta de uma política agressiva na busca de produtos para estoque. Por conta dessa política, a empresa teve um dos piores desempenhos de todos os tempos com os estoques médios baixando a 11% da sua capacidade total.

2.2 - DIRETRIZES: Propostas Gerais da Frente Popular

2.2.1. Modelo de Desenvolvimento

A Frente Popular propõe um modelo de desenvolvimento econômico-social para o País onde parte significativa e crescente da oferta de produtos agrícolas tenha por base a agricultura familiar. Isso significa uma opção de desenvolvimento que considera estratégico do ponto de vista social, político, econômico, cultural e ambiental, o fortalecimento das unidades familiares agrícolas. Assim, ao invés de paralisar-se em um debate sobre a viabilidade econômica da produção familiar frente à grande produção, o Estado fornecerá o apoio necessário para garantir o fortalecimento desse importante setor.

A Frente Popular propõe, então, a inversão de prioridades no que diz respeito às políticas públicas para a agricultura, entendendo que até o momento estiveram voltadas preferencialmente aos setores patronais da agricultura, que tiveram a rentabilidade de seu negócio garantida por políticas públicas que os privilegiavam.

Nesse contexto, a Reforma Agrária, além de sua importância política, cumpre o importante papel de reforçar a agricultura familiar, enquanto processo permanente de criação de novas unidades familiares, fazendo crescer numericamente este setor e também corrigindo distorções como reconcentração da terra.

Treze Diretrizes para um Projeto de Desenvolvimento Rural

- 1) *Nosso Projeto de Desenvolvimento Rural está voltado para o campo, para o rural, mas não é isolado do conjunto da sociedade: está articulado com o conjunto dos trabalhadores e com outros projetos específicos (por exemplo: industrial, energético...) na construção de um projeto político da classe trabalhadora, é parte da luta pela transformação da sociedade.*
- 2) *A construção do nosso Projeto de Desenvolvimento articula propostas, ações e políticas de curto, médio e longo prazos, buscando a cada experiência pontual e localizada a coerência com a utopia/sonho que perseguimos, travando a cada momento a disputa pela hegemonia dos trabalhadores na sociedade.*
- 3) *A construção do nosso Projeto de Desenvolvimento é um processo permanente, resultante da combinação das experiências concretas vividas pelos trabalhadores com a reflexão e elaboração políticas.*
- 4) *Na construção do nosso Projeto de Desenvolvimento nos propomos a reverter as diretrizes do atual modelo econômico, incorporando os trabalhadores na implantação de um modelo de desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável, capaz de garantir a preservação dos recursos naturais para o uso das gerações futuras e de transformar as relações entre homens, mulheres, jovens, crianças e idosos, valorizando a todos e incorporando seus diferentes anseios.*
- 5) *Nosso Projeto de Desenvolvimento se baseia no fortalecimento da agricultura familiar e leva em conta as diferenciações existentes entre esses agricultores, rejeitando todas as formas de seleção e exclusão.*
- 6) *A construção do nosso Projeto de Desenvolvimento articula propostas, ações e políticas em três esferas:*
 - no nível "macro": os estados, região Sul, nacional e internacional;
 - no nível "micro": a unidade familiar;
 - em um nível intermediário, as micro-regiões, englobando os municípios: aí tratamos dos Projetos Regionais de Desenvolvimento.
- 7) *A concepção que guia a elaboração e construção do nosso Projeto de Desenvolvimento parte da compreensão de que as pessoas que compõem a unidade familiar se movem por duas lógicas, diferentes mas complementares: a necessidade da produção para o mercado, que garante a renda monetária; e a necessidade de garantir o bem estar e qualidade de vida aos diferentes membros da família. Essas duas dimensões, da produção e da reprodução, englobam o conjunto das questões relativas à vida dos agricultores familiares (homens, mulheres, jovens, crianças e idosos). Por isso devem ser contempladas com o mesmo grau de importância nas propostas, ações e políticas que*

desenvolvemos na construção de nosso Projeto de Desenvolvimento. Não podemos, assim, restringir o Projeto de Desenvolvimento à esfera da produção, ainda que a partir de tecnologias que preservem o meio ambiente: a vida e as necessidades das pessoas não se restringem às necessidades econômicas. Nesse sentido, nosso Projeto de Desenvolvimento deve, em suas propostas, ações e políticas, contemplar o ser humano de forma global.

- 8) A construção do nosso Projeto de Desenvolvimento deve se guiar pelo respeito às diversidades culturais, sociais, políticas, econômicas e ambientais das diferentes regiões e promover a construção das bases culturais de um novo tipo de desenvolvimento, resgatando valores como a solidariedade e a cooperação e estabelecendo novas relações: entre o ser humano e a natureza; entre as pessoas de diferentes sexos, idades e raças;
- 9) A democratização do acesso à terra e demais meios de produção (inclusive crédito), através da Reforma Agrária, constitui-se em uma das principais bases deste Projeto de Desenvolvimento;
- 10) A busca da Segurança Alimentar é outro objetivo a ser perseguido, desenvolvendo esforços no sentido do País garantir o direito ao acesso à alimentação básica, atingindo sua auto-suficiência na produção de alimentos para a população brasileira;
- 11) Outro objetivo é a busca de agregação de valor ao produto agrícola através do estabelecimento de pequenas e médias agroindústrias, preferencialmente de caráter associativo, estabelecendo apoios para sua constituição através de crédito e outras ações do Estado ao longo da cadeia produtiva, no sentido de remover os principais obstáculos a constituição destas iniciativas;
- 12) Apoio à constituição e fortalecimento de um Mercado Solidário entre produtores e consumidores, visando o estreitamento de relações e redução da intermediação de produtos agrícolas;
- 13) O desenvolvimento rural deve sustentar-se na Cooperação e Solidariedade.

2.2.2. Agricultura Familiar

A agricultura familiar, apesar da sua importância histórica, nunca mereceu uma atenção que se configurasse como uma estratégia de desenvolvimento rural. Apesar disso, ela continua sendo um setor dinâmico e eficiente.

A opção da frente Popular pela agricultura familiar se fundamenta na sua importância econômica, social e cultural e também no potencial que ela representa na perspectiva de um desenvolvimento sustentável, economicamente viável e socialmente justo.

Os principais países desenvolvidos tomaram esta opção em um momento de sua história. E esta opção constituiu-se em base de seu desenvolvimento.

Estudos realizados pela FAO/INCRA estimaram a importância da agricultura familiar no Brasil. Nas tabelas a seguir é possível visualizar alguns dados levantados.

TABELA 8: PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E NA ÁREA OCUPADA NO BRASIL E SUL DO BRASIL - 1985.

	ESTABELECIMENTOS			ÁREA (mil hectares)		
	TOTAL	FAMILIAR	%	TOTAL	FAMILIAR	%
BRASIL	5.801.809	4.339.053	74,8	374.925	83.077	22,2
SUL	1.198.542	918.827	76,7	47.940	17.509	36,5

Fonte: FAO/INCRA, PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: DOSSIE ESTATISTICO, 1996.

TABELA 9: PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO VALOR DA PRODUÇÃO E NO VALOR DOS FINANCIAMENTOS NO BRASIL E SUL DO BRASIL - 1985.

	VALOR DA PRODUÇÃO (Cz\$ mil)			VALOR FINANCIAMENTOS (Cz\$ mil)		
	TOTAL	FAMILIAR	%	TOTAL	FAMILIAR	%
BRASIL	196.705.537	55.085.060	28,0	23.111.719	2.479.000	10,7
SUL	59.075.718	25.375.627	43,0	8.187.571	1.612.220	19,7

Fonte: FAO/INCRA, 1996.

TABELA 10: PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PESSOAL OCUPADO E NO VALOR DA PRODUÇÃO POR HECTARE NO BRASIL E SUL DO BRASIL - 1985.

	PESSOAL OCUPADO (mil pessoas)			VALOR DA PRODUÇÃO POR HECTARE (Cz\$)	
	TOTAL	FAMILIAR	%	TOTAL	FAMILIAR
BRASIL	23.395	13.913	59,5	524,7	663,1
SUL	4.490	2.945	65,6	1.232,3	1.449,3

Fonte: FAO/INCRA, 1996.

Este estudo demonstra a importância econômica e social da agricultura familiar e o potencial que possui na perspectiva de um desenvolvimento sustentável. Entre outros, esta sustentabilidade da agricultura familiar se justifica pelo fato da unidade de produção familiar:

- ser mais flexível econômica e tecnologicamente e possuir maior capacidade (em um ritmo mais rápido) de adaptação a condições de clima e solo e a mudanças tecnológicas e de mercado;
- possuir maior capacidade de geração de renda por unidade de área;
- não se basear na exploração do Homem pelo Homem, portanto, na lógica do assalariamento e da exclusão dos agricultores;
- possuir um maior potencial de geração de emprego (estudos indicam que a agricultura familiar viabiliza um emprego a cada 9 hectares, enquanto a agricultura patronal precisa de 60 hectares para criar um emprego);
- possuir maior potencial de usar e combinar tecnologias que preservem os recursos naturais, sendo a mais apta para práticas de cultivo baseados nos princípios da agroecologia.

Um conjunto de políticas, voltadas para o conjunto dos sistemas produtivos, pode transformar a agricultura familiar numa estratégia de desenvolvimento rural, estimulando um desenvolvimento integral das unidades de produção familiar. São elas:

- 1) diferentes políticas de crédito (fundo estadual);
- 2) seguro rural;
- 3) assistência técnica;
- 4) pesquisa;
- 5) mecanismos de mercado (fornecimento, produtos para mercado interno, comercialização, controle de preços).

O estudo da FAO/INCRA define agricultura familiar a partir de três características centrais: "a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva".

Devido à impossibilidade dos censos agrícolas e demográficos oferecerem dados que permitissem a quantificação imediata do peso social, econômico e territorial da agricultura familiar, o estudo definiu critérios que buscam diferenciar a agricultura familiar da patronal, a partir das características centrais acima relacionadas.

Outros programas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o FEAPER (Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais) definem seus beneficiários a partir de critérios que buscam contemplar as características centrais do que se denomina, grosso modo, agricultura familiar.

Mesmo sendo consenso em amplos setores partidários a necessidade de buscarmos um modelo de desenvolvimento que privilegie a agricultura familiar, notadamente naqueles que atuam na agricultura, ao tentarmos precisar o que é agricultura familiar também surgem diferenças em critérios, ênfases e nuances. Esta é uma questão sobre a qual a necessidade de precisão toma-se fundamental apenas na elaboração de programas de ação, quando a definição de um público beneficiário mais restrito o exige.

2.2.3. Reforma Agrária

A Reforma Agrária possui uma importância política muito grande. Por um lado, na conjuntura do último período a luta pela Reforma Agrária conseguiu aglutinar a oposição ao governo FHC, promovendo a retomada do movimento popular e sindical. Por outro, a Reforma Agrária possui o papel histórico de promover a democratização do acesso à terra, quebrando o poder político que a propriedade da terra confere a setores tradicionais (burguesia agrária) e modernos da sociedade brasileira (multinacionais, bancos, empresários urbanos).

A Reforma Agrária também possui uma grande importância no aspecto econômico-social, principalmente ao contribuir para promover o "rejuvenescimento" da agricultura familiar e a implantação de uma nova estrutura de produção para o campo.

Na campanha presidencial, Fernando Henrique Cardoso estabeleceu como meta de seu governo o assentamento de 280 mil famílias sem-terra. Três anos se passaram e não alcançou 104 mil, segundo dados desse mesmo governo. Hoje, em plena campanha para a reeleição, acena com a promessa de assentar 1 milhão de famílias em um próximo mandato. Essa meta seria atingida com a chamada "reforma agrária de mercado", sem desapropriações de terra. Lembremos da declaração do secretário de Política Agrícola, Guilherme Dias, que afirmou que nos dois primeiros anos do governo FHC (1995-96) deixaram de existir 400 mil propriedades rurais no Brasil.

No Rio Grande do Sul, Brito não desenvolveu qualquer iniciativa na implementação da Reforma Agrária. A Reforma Agrária foi tratada como caso de polícia. O negociador governamental das questões agrárias sempre foi o Secretário da Segurança, ao invés do Secretário da Agricultura ou mesmo o próprio Governador.

A Frente Popular, ocupando o executivo estadual, desenvolverá uma atuação decidida na viabilização da Reforma Agrária em nosso estado.

Por um lado, somará esforços ao Governo Lula/Brizola no sentido de garantir que o País desenvolva um processo de democratização do acesso à terra que mereça ser chamado de Reforma Agrária. É a esfera federal que possui o conjunto dos instrumentos econômicos e jurídicos para promover a Reforma Agrária. A política nacional de Reforma Agrária deverá dar maior prioridade aos estados do Sul (Rio Grande do Sul). Dessa forma estará corrigindo o viés dos governos anteriores, que têm atuado mais nas regiões de fronteira agrícola, chamando de Reforma Agrária os processos de colonização que desenvolvem.

O governo da Frente Popular terá como prioridade de seu governo o desenvolvimento de ações de Reforma Agrária, conforme expresso na própria Constituição Estadual. Em seu artigo 180, é indicado que "O Estado com vista à promoção da justiça social, colaborará na execução do plano nacional de reforma agrária e promoverá a distribuição da propriedade rural em seu território".

O governo da Frente Popular irá utilizar todos os instrumentos disponíveis em nível estadual para a realização da Reforma Agrária, o que não foi feito pelo atual governo.

2.2.4. Agricultura Empresarial

As políticas públicas para a agricultura desenvolvidas pelos diversos governos do Rio Grande do Sul tem priorizado, historicamente, os grandes latifúndio e a agricultura empresarial. Prova disso é a estrutura governamental existente para tratar especificamente de culturas e criações desenvolvidas por esses setores e o apoio político para suas reivindicações relativas a preços e perdões de dívidas. O mesmo não ocorre em relação à agricultura familiar.

Conforme reivindicações do próprio setor, o governo da frente popular buscará não interferir no mercado dos produtos característicos dessa agricultura empresarial. Assim, consideramos que esse setor deve competir no chamado "livre mercado", buscando eficiência em suas atividades e competitividade no mercado nacional e internacional.

No caso específico dos médios agricultores, que praticam uma agricultura empresarial, capitalizada, mas enfrentam os problemas decorrentes de sua escala de produção que se torna insuficiente frente às novas exigências de mercado, o governo da frente popular buscará desenvolver ações pontuais de apoio.

No caso específico de produtos de interesse em termos de segurança alimentar, é possível conceber políticas, temporárias ou permanentes, de apoio ao produto. Seria o caso de políticas de sustentação de preço (aquisição e formação de estoques reguladores), disponibilização de crédito com

juros reais mas não extorsivos, seguro agrícola, pesquisa agrícola e difusão de tecnologias. Essas políticas também contemplarão os agricultores empresariais.

2.3 - Políticas Públicas para a Agricultura

As políticas públicas do governo da Frente Popular terão como objetivo a geração de empregos e melhoria das condições de vida dos agricultores familiares e dos excluídos do campo. Terão caráter massivo, não paternalista e se centrarão no fortalecimento da agricultura familiar e na implantação da Reforma Agrária.

Além de redirecionar e/ou ampliar as políticas públicas já existentes, a Frente Popular implementará outras já amadurecidas no debate com as organizações dos agricultores, bem como as que serão construídas com a participação popular durante os quatro anos de gestão.

Embora interligadas, as políticas setoriais na área da agricultura podem ser classificadas em cinco grupos: política de reforma agrária, políticas de produção, políticas de agroindustrialização, políticas de abastecimento e segurança alimentar, políticas de formação, extensão e pesquisa.

2.3.1 - Política de Reforma Agrária

Reforma agrária e desenvolvimento econômico estão sempre juntos, são os dois lados da mesma moeda. Na maioria dos países mais desenvolvidos do mundo, a reforma agrária foi base para o desenvolvimento que eles apresentam hoje. E a agricultura desses países é organizada numa estrutura de posse da terra absolutamente menos concentrada do que no Brasil.

A reforma agrária é uma avanço do desenvolvimento econômico e da qualidade de vida através de diversos aspectos:

- 1) baseado no regime de exploração familiar, os assentamentos absorvem mais força de trabalho;
- 2) como o objetivo da produção dos assentados é o bem-estar da família, e não a especulação, eles reinvestem seus excedentes em meios de produção e em bens de consumo. Desta forma, ao mesmo tempo, não ocorre a exploração de assalariados (e o subconsumo) e cresce o consumo familiar, com a aplicação dos excedentes no aumento da capacidade produtiva;
- 3) os assentamentos dinamizam a economia rural e urbana, porque provocam maior geração e circulação de riquezas nos espaços locais;
- 4) a ampliação da oferta de alimentos, segundo um modelo alternativo de produção e agroindustrialização dos assentamentos, garante o abastecimento alimentar a preços mais baixos, pois a sociedade deixa de pagar lucros extraordinários aos grandes oligopólios. Assim, a economia cresce como um todo e novos investimentos são viabilizados, porque os salários passam a ter maior poder de compra e porque há abundância de alimentos.

O descaso e a omissão do governo estadual têm levado a miséria, a violência e o desespero ao campo do Rio Grande. O governo Brito não assentou uma única família de sem-terra, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias que enviou à Assembleia Legislativa não prevê qualquer proposta nesse sentido para 1999. Outros exemplos do descaso são os seguintes:

- 1) o governo Brito deixou de aplicar R\$ 7,6 milhões no FUNTERRA, recurso que estava destinado ao fundo nos orçamentos dos anos de 95, 96 e 97;
- 2) apenas 1.890 famílias foram assentadas desde o final da década de 70 pelos governos estaduais que se sucederam;
- 3) o governo Brito descumpriu a Constituição Estadual em relação à reforma agrária:
 - no artigo 180 da Constituição Estadual onde indica que "O Estado com vista à promoção da justiça social, colaborará na execução do plano nacional de reforma agrária e promoverá a distribuição da propriedade rural em seu território";
 - no artigo 14 das disposições transitórias onde estabelece que "No prazo máximo de um ano da promulgação da Constituição, o Estado promoverá as ações discriminatórias das terras devolutas rurais e urbanas" destinando-as para assentamentos agrários e comunidades indígenas;

- no artigo 183 da Constituição Estadual, que prevê a destinação de 5% do crédito dos bancos oficiais para a aquisição de terras.

A reforma agrária é uma demanda histórica que foi resgatada através da criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Os partidos da Frente Popular sempre compartilharam essa luta pela terra desenvolvida pelo MST, respeitando sua autonomia enquanto um movimento social organizado.

Nas administrações populares, este apoio efetivo foi assumido na viabilização de repasses de recursos orçamentários municipais para investimentos em infra-estrutura de produção (secadores de grãos, silos de armazenagem, construção de redes elétricas, poços artesianos). Desenvolvemos ações de apoio aos agricultores assentados e suas organizações, através de:

- incentivo à agroindustrialização artesanal;
- feiras de produtos agroecológicos e comercialização direta aos consumidores;
- melhoria nas estradas para melhor atender tanto ao escoamento dos produtos como ao transporte escolar;
- melhoria da infra-estrutura dos assentamentos, com a construção de açudes, obras de drenagem, terraplanagem, patrulhas agrícolas.

No Congresso Nacional e Assembleia Legislativa nossos parlamentares têm lutado para que o orçamento da União e do Estado contemplem a reforma agrária com recursos mais significativos. Igualmente têm pressionado para que sejam acionadas outras fontes de arrecadação de terras, como execução dos grandes devedores do crédito rural e o levantamento de terras devolutas.

O Governo Democrático Popular de Olívio, Rosseto e Bisol têm compromisso com a reforma agrária, apresentando o seguinte conjunto de propostas:

- assentar 10 mil famílias durante seus quatro anos como responsabilidade do governo estadual;
- cumprir os artigos da Constituição Estadual referentes à reforma agrária (artigos 180, 181, 182 e 183);
- apoiar a manutenção e viabilização dos assentamentos rurais que forem implantados, através de projetos de desenvolvimento rural, investindo também nos assentamentos já realizados pelos governos estaduais anteriores e que se encontram em estado precário, abandonados, sem nenhum apoio governamental.

Assim, as ações se desenvolverão em dois sentidos: na arrecadação de terras para a realização dos assentamentos e na montagem das condições para que os assentados possam obter progresso econômico e social.

O principal instrumento para a arrecadação de terras será as desapropriações de latifúndios improdutivos. Gestões serão efetivadas para que a União acelere a identificação destas áreas e proceda a sua rápida desapropriação. O governo estadual atuará em caráter complementar na arrecadação de terras e para tanto acionará quatro instrumentos:

- execução das dívidas dos grandes devedores do crédito rural do BANRISUL;
- discriminação das terras públicas e devolutas conforme determina o artigo 14 das disposições transitórias da Constituição Estadual;
- destinação de 5% das operações de crédito do BANRISUL conforme determina artigo 183 da Constituição Estadual;
- e o uso de verbas orçamentárias através do FUNTERRA.

Assim iremos proporcionar:

- perspectiva de vida digna para 10 mil famílias rurais excluídas do modelo vigente;
- geração de 25 mil empregos diretos;
- garantia de subsistência para mais de 40 mil pessoas no campo, viabilizando-lhes condições para o desenvolvimento econômico-social.

2.3.2. Políticas de Produção

Apesar da sua importância histórica, a agricultura familiar nunca mereceu uma atenção que contemplasse o seu caráter estratégico para o desenvolvimento rural. Mesmo assim, ela continua sendo um setor dinâmico e eficiente. A opção do Governo Democrático Popular pela agricultura familiar se

fundamenta na sua importância econômica, social e cultural e também no potencial que ela representa na perspectiva de um desenvolvimento sustentável, economicamente viável e socialmente justo. Para essa população de mais de um milhão de pessoas vinculada à agricultura familiar no Rio Grande do Sul, temos ações concretas a propor e executar.

As políticas de produção, como crédito rural subsidiado, garantia de preços mínimos e seguro agrícola, são fundamentais para a manutenção e o fortalecimento da agricultura familiar, como base do desenvolvimento rural gaúcho e brasileiro.

O descaso dos governos Britto e FHC com a agricultura familiar ameaça não apenas esta unidade produtiva, mas promove o êxodo rural, com suas conseqüências nas cidade, comprometendo o abastecimento alimentar. O governo Britto propagandeia como um feito a destinação de recursos federais do PRONAF para o estado, mas na verdade, a criação deste programa e o aumento do volume de recursos a ele destinado é fruto da luta da CUT-CONTAG nos últimos anos. O descaso dos governos Britto e FHC se traduz em:

- a) cerca de 85 mil pessoas deixaram o campo gaúcho entre os anos de 1991 e 1996;
- b) no Rio Grande do Sul, para cada família de agricultor assentado 18 engrossaram o êxodo rural;
- c) o número de trabalhadores ocupados na agricultura gaúcha foi reduzido em 250 mil pessoas entre os anos de 1992 e 1996;
- d) o governo Britto não aplicou no FEAPER os recursos previstos no orçamento;
- e) o PRONAF tem sido destinado aos agricultores integrados, limitando sua função social e beneficiando as grandes agroindústrias, uma vez que estas ficam desoneradas do financiamento aos seus integrados.
- f) o PRÓ-RURAL 2000 está sendo apresentado como a salvação dos agricultores familiares empobrecidos, mas revela-se um programa eleitoreiro e de repercussão duvidosa. Verifica-se que:
 - a coordenação do programa não aceitou discutir com Universidades, ONGs, FETAG, CUT, que reivindicavam conhecer e propor melhorias ao programa;
 - apesar de Britto alardear como instrumento de "alívio à pobreza", o programa não apresenta qualquer base científica de sua viabilidade para reduzir a pobreza no meio rural gaúcho;
 - apenas 75% dos recursos chegarão efetivamente aos agricultores, isto equivale a uma média de recursos por família beneficiada de menos de R\$ 200/família/ano.
 - apesar de pretender ser um programa de abrangência estadual, até junho desse ano o PRÓ-RURAL 2000 havia repassado recursos para apenas 11% dos municípios gaúchos, tendo sido aplicado em torno de R\$ 5 milhões, contemplando pouco mais de 4 mil famílias;
- g) o governo Britto está apressando a destruição do FEPAGRO, CESA, CEASA, Escolas Agrícolas, Ensino Fundamental e já extinguiu a CINTEA;
- h) o governo do estado tem utilizado a EMATER como instrumento de sua reeleição;
- i) o governo Britto apenas assiste à destruição da triticultura no RS, nada fazendo junto ao seu amigo FHC para revitalizá-la;
- j) o governo Britto apenas assiste ao aviltamento dos preços recebidos pelos agricultores integrados (fumo, leite, frango), oferecendo apoio e dinheiro às multinacionais que exploram os agricultores.

Os partidos da Frente Popular, nas administrações municipais, no movimento social e nos legislativos têm desenvolvido ações para o fortalecimento da agricultura familiar.

Nas prefeituras onde somos governo, com a participação dos agricultores, vêm sendo implantados programas de incentivo às formas cooperativas de produção, à incorporação tecnológica e a um modelo auto-sustentado através de:

- criação e fortalecimento dos Conselhos e Fundos Municipais de Agricultura;
- programas diferenciados para agricultores em função da renda, incentivando as formas cooperativas de produção;
- implantação de programas de recuperação e conservação do solo, piscicultura, fruticultura, reflorestamento, horticultura e outros;
- fortalecimento do parque de máquinas pesadas, objetivando atender as demandas das propriedades e comunidades.

Os partidos da Frente Popular estão integrados na luta das organizações de agricultores familiares, que têm insistentemente lutado por uma política agrícola diferenciada, com destaque para o crédito subsidiado, seguro agrícola e crédito de emergência para a agricultura familiar.

No legislativo estadual, os parlamentares da Frente Popular têm se destacado pela insistente apresentação de propostas de criação do seguro agrícola e por iniciativas que beneficiem a agricultura familiar, como o projeto "Amanhã da Agricultura".

Os compromissos do Governo Democrático Popular objetivam a manutenção do emprego de um milhão de pessoas no campo gaúcho, com a recuperação da respectiva renda agrícola.

As ações do Governo da Frente Popular neste sentido, buscarão estimular iniciativas de produção *solidária*, na forma de associações ou cooperativas, visando superar limitações de escala de produção, racionalização de tarefas no processo produtivo, com gestão transparente e democrática, onde o resultado econômico é apropriado pelo conjunto dos participantes.

a) Crédito

Das políticas de produção, o crédito, tanto para custeio como para investimento, é da maior importância. Quatro são as fontes de recursos para implementar a política de crédito rural: recursos compulsórios, recursos de programas já existentes, recursos orçamentários e recursos novos a serem buscados.

Os recursos compulsórios para o crédito rural são definidos pelo Banco Central. Ele determina que 25% dos depósitos compulsórios sejam aplicados em crédito rural. Assim, o BANRISUL dispõe em torno de R\$ 70 milhões anuais para aplicar obrigatoriamente no crédito rural (média do período 1991-94). O Governo da Frente Popular tornará os recursos do Crédito Rural do BANRISUL acessíveis aos agricultores familiares, redefinindo seu custo e condições de pagamento, pois o crédito subsidiado é condição para o desenvolvimento da agricultura familiar. Esses recursos, ao invés de serem alocados seguindo critérios clientelistas, como fazem os governos tradicionais, terão como lógica o cumprimento da função social de um banco público. Integrarão, portanto, o bolo de recursos cuja alocação será democraticamente discutida no orçamento participativo.

Os programas existentes sustentados por recursos não estaduais, como PRONAF e PRÓ-RURAL 2000, serão incrementados sob a lógica da Administração Popular. Serão rediscutidos com as organizações dos agricultores familiares, já que muitos de seus aspectos, especialmente no PRÓ-RURAL 2000, foram impostos de forma autoritária. São programas que precisam se tornar viáveis para um número cada vez maior de agricultores familiares, ampliando o alcance social dos mesmos.

No que se refere aos recursos orçamentários, o FEAPER e o FEASP desempenharão um papel mais importante do que vêm tendo. Estes fundos alavancarão ações prioritárias, que serão definidas pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural. Programas como o da verticalização da produção, agroecologia, troca-troca, cooperação agrícola, terão nesses fundos uma das fontes de financiamento. Todos os programas terão concepção democrática, o que vale dizer que contemplarão as reais necessidades dos agricultores familiares. Assim o troca-troca poderá ter uma mudança de rumo no sentido de financiar também os insumos bem como sementes de outras culturas como feijão, mandioca, milho variedade, etc...

A Frente Popular terá uma política agressiva na busca de mais recursos para o desenvolvimento da agricultura familiar tanto no que refere as atuais fontes de financiamento bem como na busca de novas fontes. O FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), formado com recursos dos trabalhadores, será uma das fontes a ser utilizada, já que o incentivo à agricultura familiar é benefício para os trabalhadores em geral, tanto pelos empregos que gera quanto pelos alimentos básicos que produz.

O Governo Democrático e Popular assume os seguintes compromissos:

1- Beneficiar 200 mil famílias de agricultores empobrecidos com Crédito de Investimento Emergencial, através da constituição de um fundo de emergência para a recuperação da agricultura familiar viabilizado pelo governo Olívio/Rossetto/Bisol;

2- Beneficiar 170 mil famílias com o Crédito de Investimento para o fortalecimento da Agricultura Familiar, viabilizado pelo governo Olívio/Rossetto/Bisol.

b) Seguro Agrícola

A venda da Companhia União de Seguros Gerais, realizada pelo Governo Britto, colocou um obstáculo adicional para a implantação do seguro agrícola estadual. Como o governo democrático popular realizará auditoria nas privatizações efetivadas no Governo Britto, não está descartada a hipótese do estado reaver a companhia.

Mesmo que não ocorra tal reversão, o seguro será implantado pelo governo da Frente Popular. Neste caso, as questões fundamentais como abrangência, gradualidade, público alvo, atividades seguradas, carências, serão definidas a partir da discussão com as entidades representativas dos agricultores, tendo por base os projetos já apresentados pelo PT na Assembleia Legislativa e apoiados pelo conjunto dos partidos da frente popular.

A implantação do seguro agrícola poderá ocorrer, por exemplo, através de licitação pública, *definindo a empresa com melhor proposta, oferecendo um serviço por um menor prêmio e menor franquia.*

O Governo de Olívio e Rosseto assume o compromisso de criar o seguro agrícola constituindo um fundo estadual do seguro agrícola para cobrir as indenizações.

c) Política de Produção de Leite

A atividade leiteira, quer por sua importância econômica e social para os agricultores familiares, quer pelo abandono a que foi relegada pelos últimos governos, quer pelo monopólio que se estabeleceu após o fechamento da indústria estatal, quer pela sua inviabilidade frente aos mercados globalizados, terá especial atenção no Governo Democrático e Popular.

A atuação governamental terá forte ênfase na intervenção sobre os preços recebidos pelos agricultores, pois os mesmos vêm sendo progressivamente achatados, ao mesmo tempo em que aumenta a diferença entre o que é pago ao agricultor e o que é pago pelo consumidor final. Há, portanto, uma clara indicação de que os lucros auferidos pelas duas grandes empresas compradoras do produto estão aumentando.

Ao mesmo tempo, as instalações e equipamentos estatais da extinta Corlac serão colocadas a serviço do fortalecimento de uma indústria de laticínios cooperativada com força suficiente para balizar o mercado. A instalação de micro usinas também será estimulada.

Além disso, a atividade será estimulada, através de formas acessíveis de melhoria genética dos plantéis, viabilização de tecnologias adaptadas e disponibilização de crédito adequado.

Atividades tradicionalmente não incluídas nos incentivos governamentais, como, pesca/piscicultura, fruticultura, olericultura, florestamento/reflorestamento, ovinocultura consorciada nos pequenos estabelecimentos, entre outros, serão também objetos de ações específicas.

2.3.3. Política Agroindustrial

Desde o início da década de 80, os preços dos produtos agrícolas têm apresentado queda. Isso tem causado a redução da renda agrícola, principalmente dos pequenos agricultores familiares, que têm pouco apoio de políticas públicas para se adequar à nova realidade.

Atualmente os alimentos industrializados possuem uma forte concentração na oferta. Como exemplos podemos citar o caso do leite, onde apenas duas empresas detêm aproximadamente 93% do mercado gaúcho, ou o caso das aves, onde as três maiores empresas do setor detêm 55% do mercado nacional de carnes industrializadas e 78% do mercado nacional de congelados.

Nesse contexto, é fundamental incentivar a "agregação de valor" ao produto agrícola, compensando a queda dos preços e a produção de volumes pequenos frente às novas escatas de produção impostas pelo mercado. Essa agregação de valor é obtida através do beneficiamento ou transformação agroindustrial do produto agrícola em espaços próximos à unidade de produção.

O governo Britto ficará caracterizado como aquele que travou o desenvolvimento desse setor, principalmente através de impedimentos de ordem sanitária. Vejamos:

a) apesar do discurso oficial favorável às pequenas agroindústrias, pouco tem sido feito pelo governo para incrementar esse setor da economia. Pelo contrário, a ação do governo tem inviabilizado a

permanência dessas pequenas empresas no mercado. As normas de inspeção industrial e sanitária, principalmente aquelas referentes às exigências quanto a construções, instalações e equipamentos, constituem um dos principais entraves para o surgimento e fortalecimento das pequenas agroindústrias;

b) o governo desenvolve ações contraditórias. Por um lado, o desenvolvimento de cursos para a transformação artesanal de produtos de origem animal e vegetal (ação tradicional da EMATER e, recentemente, incorporada no programa de capacitação de agricultores) e, por outro, a ação fiscalizadora do CISPOA (responsável pela inspeção de produtos de origem animal) suspendendo as atividades de diversas pequenas agroindústrias que tentavam transformar produtos de origem agrícola;

c) o governo Britto jamais manifestou a intenção de alterar essa situação. Ao contrário, aponta para o recrudescimento do fechamento de pequenas unidades, demonstrando o compromisso desse governo com os grupos que controlam os grandes frigoríficos, beneficiados pelos incentivos públicos do seu governo.

Nos governos da Frente Popular, em nossa participação no movimento social e nos legislativos, temos lutado pelo apoio, criação e desenvolvimento da pequena agroindústria.

A administração popular do Distrito Federal criou o PROVE (Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar), uma das iniciativas mais bem sucedidas na viabilização da inclusão social, a partir da disseminação de pequenas agroindústrias familiares. Este é um exemplo seguido em outras cidades onde somos governo, como Blumenau (SC), Caxias do Sul e Hulha Negra (RS).

Também temos apoiado iniciativas dos agricultores familiares na sua associação com o objetivo de industrializar suas produções como forma de aumentar a sua renda. O lema "produzir, industrializar e comercializar" representa bem esse movimento. Várias famílias de agricultores assentados constituíram suas agroindústrias com o mesmo propósito.

No legislativo federal e estadual, nossa atuação parlamentar tem buscado uma adequação da atual legislação sanitária, de forma que viabilize a constituição de pequenas agroindústrias familiares.

O Governo Democrático Popular tem o compromisso de desenvolver um programa de agroindustrialização solidária, aos moldes do Prove/DF, beneficiando 30 mil famílias de agricultores na constituição de agroindústrias familiares.

Para tanto, pretendemos desenvolver as seguintes iniciativas:

- legislação sanitária: edição do regulamento da Lei nº 10.691, de 09/01/96, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, considerando a especificidade dada pela dimensão dos empreendimentos (critérios diferenciados para agroindústrias de pequeno, médio e grande porte);
- buscar, na esfera federal, uma legislação sanitária que efetivamente resguarde os consumidores e que permita a inclusão de pequenas agroindústrias no processo de geração de valor;
- pesquisar, desenvolver e difundir plantas industriais, equipamentos e processos produtivos que permitam produção a custos competitivos, com sustentabilidade ambiental e reduzida necessidade de capital;
- capacitar os agricultores envolvidos em gestão de negócios associativos, apoiando-os na constituição de centrais de abastecimento de meios de produção e de comercialização;
- apoiar os agricultores na pesquisa e conquista de mercados sensíveis às características dos produtos da agricultura familiar, envolvendo ONGs e organizações de trabalhadores, inclusive de outros países.

Assim iremos proporcionar:

- manutenção de 120 mil pessoas no campo gaúcho com nova perspectiva de geração de renda a partir da atividade agrícola;
- geração de 80 mil empregos diretos;
- benefício direto a 30 mil famílias de agricultores, com garantia de agregação de valor ao produto agrícola e aumento da renda familiar.

2.3.4. Política de Segurança Alimentar e Abastecimento

O requisito básico para a segurança alimentar é a produção suficiente, estável, autônoma, sustentável e equitativa de todos os alimentos que compõem as cestas básicas predominantes nas diversas regiões do país.

No caso do Brasil, ao contrário de muitos outros países, não existem impedimentos insuperáveis ao aumento sustentado da produção de alimentos que possibilite uma adequada alimentação para todos. No entanto, a maioria da população enfrenta enormes dificuldades para se abastecer através do mercado, por não dispor de renda suficiente. O Brasil apresenta a segunda pior distribuição de renda do mundo.

A ação do governo Brito, em termos de abastecimento e segurança alimentar é totalmente ineficiente e no limite pode-se dizer que nada foi feito. Pelo contrário, além de não concretizar nenhuma ação consistente, a atual administração estadual não utilizou adequadamente os instrumentos públicos para elaborar uma política de abastecimento como a CEASA e a CESA. Já no início da administração, Brito abriu mão das CEASAs regionais (Caxias do Sul, Santa Maria, Santo Ângelo, Ijuí e Passo Fundo), aliando-as de um processo de elaboração de uma política estadual descentralizada de abastecimento. Quanto à CESA, várias tentativas têm sido feitas para a venda ou aluguel de unidades armazenadoras. Não é por nada que os silos e armazéns da companhia mantiveram os mais baixos graus de ocupação de toda sua existência.

Para a Frente Popular abastecimento e segurança alimentar são políticas de governo há muito tempo. As prefeituras municipais administradas pelo Partido dos Trabalhadores têm desenvolvido ações claras, determinadas e articuladas, envolvendo produtores de alimentos aos consumidores.

O Programa Municipal de Abastecimento da Prefeitura de Porto Alegre, por exemplo, desencadeia um conjunto de ações que vão desde Feiras Modelos (que, aliás, a população de Porto Alegre elegeu como o quinto melhor serviço prestado), Pontos de Oferta, Compras Coletivas até o fomento à produção ecológica de alimentos.

No Governo de Lula/Brizola, a segurança alimentar será um objetivo nacional, envolvendo todos os níveis do governo e comprometendo todos os segmentos sociais.

Em conjunto com a distribuição assistencial de gêneros alimentícios, os programas fomentarão o nascimento da organização social dos assistidos, por categorias, bairros, assentamentos ou outras formas de agrupamentos. A organização associativa favorece o trabalho imediato de atendimento, assim como é berço para as ações de desenvolvimento de médio e longo prazos a serem implementadas.

Além das ações contra a fome, voltadas para grupos específicos da sociedade, como idosos, crianças e escolares, gestantes e mães nutrízes, será incorporada a preocupação de atender as numerosas pessoas e famílias à margem desses grupos.

O Governo Democrático e Popular de Olívio/Rossetto tem compromisso com esses objetivos, desenvolvendo-os na esfera estadual.

O Rio Grande do Sul, graças ao potencial de produção que possui em terras apropriadas e disponíveis e em mão-de-obra qualificada, pode fazer a sua parte na segurança alimentar. Neste aspecto, merece especial destaque a produção de trigo. Nos últimos anos, o Rio Grande do Sul deixou de plantar um milhão de hectares. Outros alimentos, como feijão, arroz, batata, milho e leite, também oferecem possibilidades concretas de aumento da produção, tanto pela expansão da área cultivada como pela massificação do uso de tecnologias disponíveis.

O governo da Frente Popular desenvolverá ações, visando assegurar o abastecimento e propiciar benefícios diretos e indiretos às diversas categorias de consumidores.

Abastecimento

a) O governo da frente popular implantará ações identificadas como reguladoras do mercado de alimentos para garantir oferta constante de produtos básicos e formas alternativas de comercialização, operados por produtores ou comerciantes tradicionais, mas sob critérios públicos, criando referenciais de qualidade e preços à população.

No âmbito do abastecimento, desenvolveremos as seguintes ações:

- implantação de um programa estadual de abastecimento alimentar com ações reguladoras de mercado e ações promotoras da produção rural e agroindustrial gaúcha;
- fomento, apoio e qualificação das iniciativas locais de produção e abastecimento alimentar em conjunto com prefeituras e entidades representativas dos agricultores, implantando

equipamentos públicos de abastecimento como feira do produtor, feira modelo, varejão popular, entre outros, com preços de referência controlados;

- *qualificação das atividades do consumo alimentar, através da criação da cesta básica de alimentos, restaurantes populares e sistema de informação de preços do custo dos alimentos básicos;*
- *melhor utilização das estruturas da Cesa e Ceasa, através da constituição de estoques reguladores, da participação solidária com os municípios e comunidades regionais para estudo e viabilização dos mercados regionais e diversificação das atividades comerciais da Ceasa;*
- *apoio à armazenagem comunitária, através do incentivo a construção de secadores e microsilos para a agricultura familiar com o apoio da CESA e EMATER, visando a redução das perdas na produção de grãos.*

b) No âmbito do programas institucionais, desenvolveremos as seguintes ações:

- *planejamento centralizado das demandas governamentais de alimentos, como ação social, creches, escolas, hospitais, presídios e refeitórios institucionais, articulando o sistema de compras à produção local/regional, priorizando aquisição direta dos produtores, associações e cooperativas;*
- *garantir os repasses constitucionais para a alimentação escolar, garantindo alimentos para todos os estudantes gaúchos de primeiro grau;*
- *qualificar a política de alimentação escolar no estado, através da adoção de cardápios atrativos e adequados aos hábitos alimentares regionais e propiciando compras localizadas. Promover a melhoria das cozinhas escolares, de forma a dotá-las de equipamentos e mão-de-obra qualificada.*

Segurança alimentar

O governo da Frente Popular desenvolverá as seguintes ações no campo da segurança alimentar:

- a) *projetos de caráter compensatório, com objetivo de atender gestantes, nutrízes, lactentes, crianças e famílias em grupos de risco e a população em grau de pobreza, de forma integrada com a sociedade civil, organizações não governamentais e prefeituras municipais;*
- b) *retomar a produção do trigo aos patamares de meados da década de 80, com o incremento de 800 mil hectares. Outros alimentos, como feijão, arroz, batata, milho e leite, também oferecem possibilidades concretas de aumento da produção, tanto pela expansão da área cultivada como pela massificação do uso de tecnologias disponíveis.*

2.3.5. Formação, Extensão e Pesquisa

Considerando um governo que possua como diretrizes básicas de sua ação no campo o fortalecimento da agricultura familiar e a realização da reforma agrária em seu território, a discussão sobre formação para agricultores, extensão rural e assistência técnica e pesquisa agrícola deve partir de duas perspectivas básicas, norteadoras. São elas:

- *relação com os agricultores*
- *modelo tecnológico*

Na relação com os agricultores devemos repensar o modelo onde os agricultores(as) são considerados meros receptores de informações e tecnologias difundidas pelos técnicos. As pessoas que vivem a agricultura familiar são detentoras de um saber que lhes permitiu existir até o momento e que deve ser respeitado e considerado.

No Governo da Frente Popular as soluções serão construídas coletivamente, a partir do conhecimento técnico e do saber acumulado dos agricultores(as) envolvidos. As soluções não existem externamente, são fruto de um processo que necessita do engajamento dos diversos atores. Dai a importância da participação popular nos Conselhos de Desenvolvimento.

Quanto ao modelo tecnológico, pode-se dizer que ele sustentou o processo de modernização conservadora do rural brasileiro, assentando suas técnicas de produção genericamente no pacote: mecanização intensa, agrotóxicos, NPK sintético e biotecnologia. O absurdo desse pacote pode ser resumido na conceito de soja transgênica, onde a alteração genética se dá no sentido de fazer com que a planta resista aos herbicidas, ou seja, envenenar o solo não é problema desde que seja lucrativo.

A agricultura moderna, agora já incorporada a biotecnologia, constrói um sistema de produção "insustentável", tanto *ecológica* como *socialmente*.

Do ponto de vista ambiental há uma crescente degradação e contaminação dos recursos e da natureza: flora, fauna, clima, água e solos. Todos são considerados "fatores de produção", que devem ser explorados ao máximo e no curto prazo para que a agricultura seja "competitiva".

Do ponto de vista social há uma crescente expulsão das famílias do meio rural, pois tanto a *motomecanização* como os *agrotóxicos* tem como resultado a redução paulatina dos requerimentos de força de trabalho humana. Como exemplo disso, pode-se tomar a cultura do arroz irrigado no RS, que, de acordo com as estatísticas do IRGA, somente entre 1974 e 1982 reduziu a contratação de mão-de-obra em aproximadamente 58%.

Veja-se então: a agricultura atual está degradando o ambiente e encharcando-o de *agrotóxicos*, além de expulsar o homem do campo (o êxodo rural no RS foi de aproximadamente 1 milhão de pessoas entre 1960 e 1996).

É claro que não é esse o progresso tecnológico que a Frente Popular quer construir. O governo da frente popular desenvolverá uma ação ativa no sentido de que a agricultura gaúcha utilize tecnologias agrícolas mais brandas, objetivando uma produção agrícola com baixo impacto ao meio ambiente. Neste sentido será uma prioridade a redução no consumo estadual de *agrotóxicos* (*herbicidas, fungicidas, inseticidas*).

Também desenvolverá ações que transformem a situação atual de degradação de nossos solos, incentivando a massificação de práticas de conservação do solo (*adubação verde e orgânica, cultivo mínimo, plantio direto, mecanização leve, fertilização com adubos orgânicos*).

O apoio ao desenvolvimento de uma agricultura baseada em princípios da *agroecologia* garantirá a sustentabilidade dos sistemas agrícolas existentes e daqueles que serão propostos e desenvolvidos.

Nossa política tecnológica será pautada pela busca de produtos, processos e cadeias produtivas sustentáveis tanto do ponto de vista tecnológico como do ponto de vista social. O grande desafio é produzir para todos, sem *agrotóxicos* e garantindo a manutenção e a reprodução da famílias rurais, *segundo uma ótica de trabalho associativo e cooperativo*.

a) Formação para Agricultores e Ensino Agrícola

O ensino e formação atualmente disponíveis de forma massiva no meio rural restringem-se à escola formal de 1º grau (1ª a 4ª séries na comunidade e 5ª a 8ª séries em uma comunidade-pólo ou na sede do município) e à escola de 2º grau (comunidade-pólo ou na sede do município).

É corrente a crítica de que esse ensino formal reproduz um ensino voltado ao meio urbano, utilizando exemplos distantes da vida dos agricultores(as). Isso acaba fortalecendo uma sobrevalorização da cidade em detrimento ao campo, constituindo-se em um dos elementos que predisõem os agricultores(as) ao êxodo rural.

Um governo democrático e popular conceba a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries) no meio rural como um ensino que, ao promover o desenvolvimento do saber, também promova valores associados ao exercício de uma cidadania plena (*democracia, participação, solidariedade, cooperação*). Deve ser uma educação universalizante, mas adaptada ao meio rural, respeitando e valorizando a cultura local. Neste sentido, os instrumentos para a aprendizagem devem se adaptar às condições específicas do meio rural (*processo didático, cartilhas, calendário*).

Mesmo sendo o ensino uma atribuição crescente dos municípios, cabe ao governo estadual estabelecer diretrizes e programas de apoio que proporcionem elementos para o desenvolvimento e consolidação dessa perspectiva.

Ao Ensino Médio (2º grau) também cabe parte do diagnosticado acima. Principalmente quando as escolas se localizam na sede dos municípios, onde os alunos são oriundos do meio urbano e do meio rural. Na viabilização do acesso dos alunos do interior para a cidade, surge a necessidade da garantia do transporte escolar, problema particularmente evidente neste último período de governo Brito.

O Ensino Agrícola, de nível médio (2º grau) ou mesmo fundamental (1º grau: 5ª a 8ª séries), é dirigido para a formação de filhos(as) de agricultores(as) e vem passando por um processo de *sucateamento*, apontando para uma desqualificação dessas escolas e mesmo para a privatização deste

ensino. O reaparelhamento dessas escolas é fundamental, bem como a discussão de sua proposta pedagógica.

Quando pensamos em educação no meio rural, outro tema cuja abordagem se faz necessária é a Educação de Jovens e Adultos. Parcela significativa da população rural estudou apenas as quatro séries iniciais, o antigo Primário. Um governo democrático e popular deverá comprometer-se em oferecer a *oportunidade para que esses agricultores(as) complementem seus estudos através de ensino formal ou não-formal*. Essa proposta deve ser viável para o conjunto da população rural. Para tanto, deve ser concebida como uma formação massiva, e utilizando-se das estruturas já existentes (escolas municipais e estaduais).

Esse ensino deverá possibilitar a compatibilização entre um ensino regular (conteúdos do currículo básico de 1º e 2º graus) e o que poderíamos chamar de Educação Profissional, orientada à formação para a agricultura.

Com relação ao que seria uma Educação Profissional no meio rural, é necessário tornar claro algumas especificidades. Conforme discussão apontada no início deste item, quando discutindo a relação com os agricultores(as), hoje vemos uma série de propostas de "educação profissional" que trazem embutida uma visão preconceituosa em relação aos agricultores familiares, cumprindo um papel ideológico que aponta para sua submissão social. São aquelas iniciativas que propõem a "profissionalização de agricultores" (argumentando, inclusive, que os agricultores não são profissionais), "qualificação de agricultores" (pressupondo que são desqualificados), "treinamento" (adestramento?), "capacitação", etc.

É claro que uma proposta que aponte para a "formação de agricultores", também deve possuir elementos de capacitação e treinamento, mas esses devem constituir apenas um dos aspectos. Apostar no contrário significaria a manutenção do processo excludente.

Uma proposta mais abrangente, de formação de agricultores(as), deve buscar propiciar um espaço de debate permanente entre os agricultores envolvidos, espaço que alimente a discussão sobre um mundo em transformação e os desafios colocados para a agricultura familiar. Deve ser um espaço de gestação de propostas. Deve contribuir para criar no campo um "ambiente favorável à inovação", seja no aspecto tecnológico, educacional, ambiental, organizacional, etc. Para tanto, é necessário que seja uma iniciativa que tenha condições de se generalizar. Ou é um processo massivo, ou será apenas uma "experiência interessante". Também deve envolver o conjunto dos agricultores familiares, tanto homens como mulheres, tanto jovens como adultos e idosos. Privilegiar um setor em particular significa não apostar numa transformação global, onde todos podem e devem cumprir seu papel.

Mesmo já tendo sido indicado no início de texto, não é demais enfatizar que o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino profissionalizante devem promover um modelo de agricultura sustentável, que seja economicamente viável, socialmente justo e que não seja agressivo ao meio ambiente.

O governo Britto, ao mesmo tempo em que promove o sucateamento das escolas técnicas estaduais, tem apresentado a proposta dos Centros de Treinamento de Agricultores. A partir do funcionamento de 14 centros de treinamento, possui a meta de "treinar" em torno de 50 mil agricultores em seis anos.

Os principais limitantes dessa iniciativa são:

- os cursos ministrados nos centros abrangem apenas conteúdos tecnológicos, e por produto. Sequer as informações relativas aos mercados específicos (do produto em questão) são repassadas, criando a ilusão de que basta o acesso a tecnologia para um bom desempenho na atividade;
- a capacidade de abrangência é pequena. A meta de treinar 40 mil agricultores em seis anos é aquém da necessidade, pois são 370 mil os estabelecimentos com menos de 50 hectares. Sendo um processo seletivo, onde apenas alguns agricultores tem acesso, torna-se excludente;
- o fato do agricultor(a) ter que ausentar-se de sua propriedade por uma ou duas semanas é outro fator limitador da participação;
- o "treinamento" limita-se à participação em cursos isolados. Não existe espaços posteriores onde o agricultor(a) possa aperfeiçoar seus conhecimentos, trocar experiência, enfim, espaço de continuidade do processo educativo.

Um governo democrático e popular propõe para os Centros de Treinamento de Agricultores em implantação que cumpram um papel de apoio a um programa massivo de formação de agricultores, sendo um espaço de referência para esta proposta. Também é necessário que eles sejam realocados ou ampliados em número, pois devem concentrar-se nas regiões onde prepondera a agricultura familiar, fato que não se verifica atualmente.

b) Extensão Rural e Assistência Técnica

A Extensão Rural e a Assistência Técnica vem sendo feitas pela EMATER/RS. Além de sua insuficiente capacidade para atender adequadamente todo o universo de agricultores familiares verifica-se ainda como aspectos problemáticos:

- isolamento da instituição em relação às entidades representativas dos agricultores familiares, trabalhadores rurais e agricultores sem terra, ainda que o discurso oficial coloque a empresa "a serviço da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável";
- ausência de um paradigma tecnológico que oriente uma agricultura sustentável e, assim, transponha os "pacotes e as integrações";
- ausência de uma política de recursos humanos e de um modelo de gestão participativa que qualifiquem e "abram" a instituição à sociedade.

A análise da situação da Emater hoje, desenham pontos nitidos para a intervenção do governo da Frente Popular:

- a) Construir um modelo de gestão participativa com as entidades representativas dos agricultores familiares, agricultores sem terra e Prefeituras Municipais, além das entidades representativas dos servidores. Nesse particular, pode-se empregar como canal de intervenção deliberativa o Conselho de Administração da Ascar/Emater, que atualmente cumpre função meramente formal. Havendo vontade e discernimento políticos, pode-se estabelecer um espaço de debates e encaminhamento de políticas para a instituição;
- b) Articular e implementar um programa de ação interativo entre as entidades representativas dos agricultores e as instituições de pesquisa, ensino e extensão, onde o conhecimento seja pesquisado, gerado e difundido a partir da lógica do desenvolvimento rural sustentável. A interação das instituições (governamentais e ONGs) permitira o estabelecimento de um "fio condutor" entre as prioridades dos agricultores e a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico.

c) Pesquisa Agrícola

A pesquisa agrícola no estado é de responsabilidade da Secretaria da Ciência e Tecnologia, através da Fepagro (Fundação de Pesquisa Agropecuária), a quem cabe executar a pesquisa. A Fepagro é o órgão estadual a quem compete a Coordenação do Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária, do qual fazem parte outras entidades públicas (Embrapa e Universidades) e privadas (Fecotriço, Universidades Particulares). Possui 22 bases físicas no interior do Estado, entre Centros de Pesquisa e Estações de Pesquisa.

A principal debilidade da pesquisa agrícola estadual reside na insuficiência de recursos - fruto do descaso do governo estadual e federal com a agricultura - e na inadequação da lógica (por produto e intensiva em insumos) com as necessidades da agricultura familiar. Desta forma, a pouca pesquisa gerada é inadequada às condições dos agricultores familiares, seja por representar um modelo de agricultura intensivo em insumos, seja por não considerar as condições do público beneficiário.

O eixo fundamental para a reformulação da pesquisa agrícola patrocinada pelo setor público estadual deve ser, então, no sentido da geração de pesquisa agrícola adequada/adaptada à agricultura familiar.

O governo Britto, em sua política de apenas anunciar programas a partir de necessidades reais da população gaúcha, já propagandeou que irá desenvolver pesquisas adaptadas à agricultura familiar. Essa perspectiva já estava contemplada no texto do programa Pró-Rural 2000, com um orçamento de US\$ 3 milhões, sendo que à Fepagro cabe disputar estes recursos com outras entidades públicas e privadas. Desta forma, programas e sub-programas são lançados e relançados, numa clara intenção de fazer mais barulho (mídia) do que atingir resultados concretos.

A proposta de um governo democrático popular deverá diferenciar-se no como gerar essa pesquisa agrícola adequada/adaptada à agricultura familiar. Assim estará demonstrando como pretende

atingir seu objetivo final, ao invés de ser apenas uma declaração de intenções, tal qual a propaganda do governo Britto.

A busca de uma pesquisa agrícola adequada à agricultura familiar deverá ser resultado da articulação de uma atuação em três frentes:

- 1) fortalecimento, com recursos específicos, da pesquisa institucional gerada na perspectiva de atender à demanda da agricultura familiar a partir dos centros públicos de pesquisa (fundamentalmente Fepagro, mas também universidades públicas), principalmente para a utilização de tecnologias brandas e a partir do enfoque de sistemas de produção;
- 2) formação de um comitê estadual gerenciador de fundos para pesquisa em agricultura familiar, constituído por representantes de organizações de agricultores, organizações não governamentais (ONGs) e pesquisadores, que estabeleceriam as principais demandas de pesquisa e projetos a serem desenvolvidos;
- 3) apoio a pequenos projetos de experimentação conduzida por agricultores individuais ou associados, a partir da necessidade, priorização, análise e absorção determinada pelos próprios agricultores.

A proposição de uma política tecnológica para a agricultura deve ser concebida tendo como pano de fundo os complexos agroindustriais presentes na economia do RS.

Seguindo essa linha de raciocínio, se observa que, tanto na agricultura familiar como na agricultura fundada no trabalho assalariado, a lógica do progresso e da inovação tecnológicas orientam-se na seguinte perspectiva:

- inovações mecânicas: afetam basicamente a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho.
- inovações físico-químicas: modificam as condições naturais do solo, elevando a produtividade do trabalho aplicado à terra.
- inovações biológicas: aumentam a velocidade de rotação do capital, através da redução do período de produção e/ou da potencialização dos efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas.

Em linhas gerais será buscado o progresso tecnológico que contemple:

- produtos e processos produtivos adequados a pequenos empreendimentos;
- procedimentos mecânicos que reduzam a penosidade do trabalho mas que não sejam vetores de expulsão da força de trabalho rural (por exemplo: mecanização com tração animal ou humana);
- controle biológico de insetos, pragas e moléstias (por exemplo: vespinha no trigo, baculovírus na soja, etc);
- sementes e mudas reprodutíveis no ambiente de cultivo;
- conservações das matas, solos e água.

2.2.6. Agricultura Empresarial

Em decorrência do Descaso dos governos Britto e Fernando Henrique a agricultura empresarial também está em crise. No Rio Grande do Sul, que tem em Britto um governador descompromissado com o setor, a crise é maior que no resto do Brasil. Prova disso, é que o PIB agrícola gaúcho teve um desempenho de apenas um terço do nacional no último triênio.

a) Endividamento

A Frente Popular contemplará, os médios agricultores que normalmente praticam uma agricultura empresarial, capitalizada, mas enfrentam os problemas decorrentes da "âncora verde do Plano Real" e de sua escala de produção que também se torna insuficiente frente às novas exigências de mercado. O principal problema atualmente apontado por este setor refere-se ao seu crescente endividamento. Esse endividamento é em parte proveniente do descasamento dos índices que corrigiram os valores dos empréstimos bancários daqueles que corrigiram os preços mínimos oficiais. Além disso há também inúmeros casos em que os Bancos exorbitaram no cálculo dos juros, desrespeitando o estabelecido nos contratos. Mesmo a securitização dessas dívidas não resolveu os problemas. Em função disso grande parte desses produtores estão alijados de novos financiamentos.

A perspectiva da superação desta crise passa pela solução do endividamento. A nossa proposta para solucioná-lo está expressa no P.L. 275/95, da nossa Bancada Federat que tramita na Câmara. Ela prevê o recálculo das dívidas, subtraindo a parte indevida, tanto no principal, como no cálculo dos juros, e estabelece um prazo de 5 anos para o pagamento do montante assim recalculado.

b) Trigo

O Rio Grande do Sul deixou de plantar trigo em um milhão de hectares nos últimos anos. As ações para recuperar a lavoura tritícola do RS passarão pela adoção, ao menos temporariamente, de medidas protecionistas. Essa proteção implica em uma política de preços internos que viabilize economicamente a produção, acompanhada da garantia de existência de mercado. Serão estabelecidas normas para a indústria moageira, obrigando-a a usar determinadas proporções do produto nacional nas suas moagens.

Simultaneamente, será priorizada a pesquisa na busca de requisitos que estabeleçam a competitividade do nosso produto no menor prazo possível.

Reconhecemos que a maior parte destas ações são da esfera federal. Mesmo assim, o governo da Frente Popular assume o compromisso de reativar a tricultura gaúcha junto com os segmentos do processo produtivo interessados, bem como com o conjunto dos trabalhadores, face à grande repercussão que isso terá sobre a geração de empregos e dinamização econômica em geral.

c) Pecuária/Frigoríficos

Já no que se refere a pecuária, que, nos últimos 10 anos, não saiu da estagnação, é imperioso o aumento da sua produtividade, através do controle sanitário, melhoria do nível alimentar, melhoramento genético dos rebanhos. Isto acompanhado do treinamento de mão-de-obra e combate a sonegação fiscal.

Assim se terá um impacto significativo sobre o aumento da oferta de animais para abate, com efeitos positivos sobre os frigoríficos, cujos problemas se originam em grande parte de sua ociosidade histórica.

A solução passa portanto, pôr crédito para financiar a inovação técnica na exploração, mas comprometendo os frigoríficos na compra da matéria prima a preços previamente estabelecidos. Desta forma, se contempla toda a cadeia produtiva.

2.3.7. Gestão e Estrutura do Estado

A atual gestão e estrutura do setor público agrícola estadual está longe de cumprir com o seu papel de coordenador, elaborador e executor da política agrícola e agrária que contemple os agricultores familiares e os trabalhadores rurais sem terra.

O Governo Democrático Popular norteará sua atuação no sentido de executar uma radical reestruturação do setor público agrícola estadual, contando para tal com a participação efetiva dos movimentos sociais representativos e do funcionalismo que compõe o setor público agrícola estadual, colocando-o a serviço das maiorias que produzem alimentos e geram renda e emprego no campo. Para tanto, é essencial uma inversão total no método de gestão, que se deve basear na transparência, democracia e participação.

Assim, a implementação de um novo processo de gestão e das reformas estruturais nos órgãos do setor público agrícola terão como prioridades:

- a) criação do Conselho de Desenvolvimento Rural, que será o espaço de discussão da política agrícola e agrária com a participação de todos os movimentos sociais envolvidos com essas áreas. Suas diretrizes deverão nortear a atuação do setor público agrícola estadual, sempre interagindo com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (revitalizados e democratizados) e sintonizado com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Agropecuários.
- b) garantia recursos orçamentários para o adequado desenvolvimento de ações da SAA, que, prioritariamente, permitam o desenvolvimento dos agricultores familiares e dos trabalhadores rurais sem terra, observando o estabelecimento das prioridades pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural. Levando em consideração que a SAA é um órgão fim, é imperiosa uma mudança na estrutura do orçamento, aumentando os percentuais alocados para os programas que beneficiam diretamente os agricultores.
- c) implantar uma política de pessoal que resgate a dignidade profissional do servidor, investindo na qualificação, como forma de incentivá-lo a alcançar bons níveis de produtividade.
- d) reestruturação organizacional do setor público agrícola estadual, e em particular da SAA, para que, por exemplo, funções de caráter fiscalizatório sejam separadas das funções educativas e de fomento à agricultura. Quanto à reforma agrária, quer pela importância da terra, quer pela total omissão do

governo Britto com o assunto, um governo democrático popular criará estrutura específica para tratar de assuntos de reforma agrária.

2.4 - QUALIDADE DE VIDA: Transformar o Campo em um Lugar Agradável para se Viver

O campo pode e deve ser, a um só tempo, lugar de trabalho e vida prazerosa, onde os homens, as mulheres, os jovens, as crianças e idosos trabalhem e vivam com prazer e conforto. É possível criar condições dignas de trabalho, direcionando a pesquisa para a produção de instrumentos de trabalho e métodos que atenuem a dureza das tarefas do dia-a-dia e proporcionem tempo disponível para o lazer e a cultura. O Governo Democrático Popular tem compromisso com essa perspectiva de transformar o campo num lugar agradável de viver, através de políticas sociais que garantam qualidade de vida para evitar o êxodo rural. Isso significa a implantação de infra-estrutura de estradas, eletrificação, sistema de saneamento e água tratada, telefonia e habitação. Significa ações para a garantia de ensino fundamental, saúde preventiva e assistência médica, cultura e lazer.

Políticas visando a igualdade de gênero na agricultura familiar: ações que busquem a redução da sobrecarga de trabalho para as mulheres rurais, devido sua responsabilização pelo trabalho doméstico e ações que visem o reconhecimento de sua importância na agricultura familiar. Políticas específicas para os jovens do campo, objetivando oferecer-lhes perspectivas de um futuro que lhes permita trabalhar com dignidade e segurança, motivando-os a permanecer no campo.

Estes compromissos de Lula/Brizola no país e de Olívio/Rossetto no Estado representam um novo projeto para o meio rural, que resgata a dignidade, a solidariedade e a participação do homem e da mulher do campo no caminho da inclusão, superando o modelo excludente de Britto e FHC.

03 - DESENVOLVIMENTO INTEGRADO-INTEGRADOR

3.1 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

3.1.1 - Diagnóstico

O Desenvolvimento do Rio Grande do Sul está caracterizado por um processo de elevada concentração regional. Não só a população como também a produção estão mais fortemente concentradas em determinadas regiões do Estado. Pela tabela abaixo podemos ver que as três regiões que em 1993 possuíam os maiores PIB per capita do Estado (Vale do Rio dos Sinos, Serra, Porto Alegre) juntas concentravam 37,41% da população do Estado em 1985 e em 1993 este percentual aumentou para 39,79%. Paralelamente a participação do PIB destas regiões no total do Rio Grande do Sul passou de 48,27% para 52,12% no mesmo período.

Considerando que as taxas de crescimento econômico destas três regiões, para o período, não foram superiores a 4% ao ano estes dados demonstram muito mais a falta de dinamismo das demais regiões do Estado do que uma elevada performance das regiões de Porto Alegre, Serra e Vale do Rio dos Sinos. Ou seja, de um modo geral, o interior do Estado além de apresentar menor renda per capita perdeu peso na população e na produção do Estado.

PIB per capita das Regiões do Estado em US\$ e
Participação Percentual das Regiões no PIB e na População do Rio Grande do Sul

REGIÕES	1985			1990			1993		
	PIB	Popul ação	PIB per capta	PIB	Popul ação	PIB per capta	PIB	Popul ação	PIB per capta
Alto Jacuí	2,52	2,06	3.621	2,00	2,05	3.482	2,18	2,03	4.531
Campanha	1,78	2,24	2.346	1,46	2,20	2.357	1,63	2,21	3.115
Central	4,61	6,80	2.003	3,93	6,63	2.110	3,88	6,45	2.544
Centro Sul	1,62	2,34	2.046	1,46	2,23	2.322	1,84	2,29	3.392

Fronteira Noroeste	2,73	2,51	3.208	2,09	2,31	3.210	2,21	2,22	4.206
Fronteira Oeste	4,92	5,57	2.603	3,92	5,50	2.528	4,44	5,44	3.451
Hortênsias	0,90	1,22	2.176	0,92	1,21	2.706	0,84	1,18	3.002
Litoral	1,26	2,29	1.630	1,18	2,37	1.769	1,30	2,46	2.239
Médio Alto Uruguai	1,02	2,16	1.396	0,84	2,11	1.413	0,95	2,07	1.941
Missões	2,37	3,22	2.175	2,08	3,02	2.450	2,05	2,89	2.998
Nordeste	1,33	2,10	1.871	1,21	1,91	2.245	1,23	1,85	2.819
Nordeste Colonial	3,63	3,85	2.788	2,79	3,55	2.798	3,05	3,39	3.812
Norte	1,99	2,37	2.485	1,74	2,27	2.722	1,58	2,24	2.986
Paranhana Enc.Serra	1,35	1,18	3.356	1,36	1,41	3.393	1,47	1,70	3.660
Produção	5,17	5,51	2.774	4,57	4,99	3.256	4,86	4,70	4.368
Serra	8,50	6,39	3.917	9,74	6,60	5.225	8,95	6,85	5.524
Sul	6,70	8,36	2.365	6,66	8,37	2.826	6,37	8,32	3.236
Vale do Cai	1,18	1,38	2.519	1,20	1,39	3.072	1,16	1,45	3.383
Vale Rio dos Sinos	16,72	10,15	4.852	18,41	11,07	5.898	18,28	11,48	6.731
Vale do Rio Pardo	3,88	4,21	2.711	3,74	4,22	3.136	3,49	4,14	3.564
Vale do Taquari	2,74	3,23	2.504	2,81	3,16	3.151	3,34	3,17	4.446
Porto Alegre	23,05	20,87	3.265	25,90	21,43	4.303	24,89	21,46	4.902
Total	100	100	2.950	100	100	3.552	100	100	4.227

Fonte: FEE/Núcleo de Contas Regionais

Paralelamente podemos ver que considerando o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e o Índice de Exclusão Social (IES) dos 61 municípios mais urbanizados do Rio Grande do Sul também constataremos uma situação de maior precarização na região sul do Estado. Primeiramente devemos destacar que o IDS e o IES apresentam uma relação inversa. Quanto maior o primeiro menor o segundo e vice-versa. Sendo que os maiores valores para o IDS indica uma situação positiva e os maiores valores do IES tem uma conotação negativa. Esta situação de fragilidade relativa da região sul pode ser vista na tabela abaixo, extraída de um Trabalho sobre pobreza urbana realizado por técnicos da Fundação de Economia e Estatística.

Distribuição do IDS e do IES dos 61 municípios mais urbanizados do RS pôr regiões do Estado - 1991

	SUL		NORTE		NORDESTE		TOTAL	
	N.º de Municípios	%						
IDS								
Elevado	1	4,76	5	33,33	15	60,00	21	34,43
Médio	10	47,62	9	60,00	6	24,00	25	40,98
Reduzido	10	47,62	1	6,67	4	16,00	15	24,59
Total IDS	21	100,00	15	100,00	25	100,00	61	100,00
IES								
Alto	9	42,86	2	13,33	1	4,00	12	19,67
Médio	12	57,14	13	86,67	9	36,00	34	55,74
Baixo	0	0,00	0	0,00	15	60,00	15	24,59
Total IES	21	100,00	15	100,00	25	100,00	61	100,00

O Governo Britto parece não estar preocupado com esta situação. Pois suas medidas ou, em outros casos a ausência delas, só reforça o quadro de abandono do interior do estado. Menos de 25% do montante de investimentos privilegiados pelos R\$ 2 bilhões do Fundopem, de 1994 a 1998, foram para os municípios do interior. E mesmo assim cresce o desemprego na região metropolitana da capital.

Pela análise da administração da receita e da política de gastos do Estado poderemos ver que a sua prioridade foi o favorecimento de um pequeno grupo de megaempresários que, em contrapartida, apresentarão poucos ou nenhum retorno social. O caso mais representativo desta política foram as transferências já concedidas ou a serem concedidas às duas maiores montadoras de automóveis do mundo. Neste aspecto devemos destacar a ineficiência destas transferências no que se refere a atração de investimentos. Pois os próprios empresários reconhecem que os subsídios concedidos pelos governos não foram determinantes para a instalação da Ford e da GM no Rio Grande do Sul. Mercadologicamente, os principais motivos foram as perspectivas econômicas do Mercosul, a qualificação da mão-de-obra local, a infra-estrutura e a qualidade de vida existente no Estado. Mesmo assim, o Governo Britto entregou dinheiro público para as multinacionais da indústria automobilística.

Outra grave medida, referente ao desenvolvimento econômico, refere-se ao estímulo à importação de veículos e peças através da possibilidade destas operações serem beneficiadas no financiamento para capital de giro. Assim estaremos desestimulando a produção nacional e a geração de empregos no nosso país. É o dinheiro público do RS financiando empregos no exterior.

Paralelamente devemos destacar o aspecto concentrador do Fundopem, principal instrumento para concessão de privilégios fiscais do Governo Britto, não só pelo pouco incentivo aos empreendimentos das regiões mais carentes como também pôr reforçar a perda de recursos dos demais municípios não beneficiados com os novos empreendimentos. Ao deixar de pagar o ICMS gerado no empreendimento localizado em uma cidade o conjunto dos demais municípios não recebem sua parcela de retorno deste imposto.

Perdas de Receitas do Estado e dos Municípios com o FUNDOPEM

	1997*	1998**
Estado	R\$ 75,5 milhões	R\$ 112,5 milhões
Municípios	R\$ 25,1 milhões	R\$ 37,5 milhões
Total	R\$ 100,6 milhões	R\$ 150 milhões

* Estimativa ** Previsão.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria da Fazenda

Deve ser ressaltado que apesar destes benefícios serem aparentemente condicionados a geração de novos empregos no conjunto dos projetos atendidos pelo FUNDOPEM não há uma efetiva fiscalização sobre a geração de novos empregos. Neste sentido são mais significativos os exemplos: 1) Brahma - empresa receberá o benefício para abrir uma nova unidade em Viamão fechando sua unidade em Passo Fundo; 2) polo petroquímico - as empresas receberam o benefício para instalação de novos equipamentos e diminuição dos postos de trabalho.

No caso da Brahma a situação é ainda mais grave e demonstra o descaso do governo Britto com o interior do estado pois está ajudando a desindustrializá-lo fechando uma fábrica no interior para reabri-la na Região Metropolitana. De um modo geral os recursos são mal direcionados, pois apenas 22,3% dos investimentos industriais, privilegiados com o Fundopem ocorrerão nas regiões mais carentes.

Distribuição dos investimentos financiados pelo Fundopem - 1994/julho-97

Região	Participação%
Eixo POA/Caxias	77,7%
Outras	22,3%
Total RS	100,0%

Além de não priorizar as regiões menos desenvolvidas o Fundopem apoia preferencialmente os grandes grupos econômicos em detrimento do pequeno e médio empreendedor. Dos US\$ 2 bilhões em benefícios concedidos pelo Governo Britto até abril de 1998, 76% se destinam a apenas 10 grandes empresas. Para piorar, quatro destas dez empresas não se comprometem a realizar nenhum investimento ou gerar novos empregos.

Mesmo considerando que a totalidade do Estado do Rio Grande do Sul está atravessando sérias dificuldades para alcançar um desenvolvimento econômico mais dinâmico não podemos deixar de destacar a situação da Metade Sul do Estado. Esta região que apresenta várias diferenças na sua abrangência enfrenta uma das suas mais graves crises econômicas.

A Metade Sul do Estado, que contempla aproximadamente 50% da área geográfica do Estado, é composta por 84 municípios e pode ser subdividida em seis regiões: *Fronteira-Oeste* (9); *Campanha* (6); *Sul* (20); *Central* (28); *Centro-Sul* (15) *Vale do Rio Pardo* (6).

Como a tabela acima indica esta região apresenta não só baixo PIB percapta como também perda relativa de população e produção. Esta situação decorre do desempenho econômico da região nos últimos 50 a 60 anos. No século passado concentrava a maior parte da atividade econômica do Estado. A atividade econômica desta região baseava-se, predominantemente na produção de lã e na cadeia produtiva do charque (pecuária de corte e charqueadas). Para ilustrar melhor isto em 1890 toda a Metade Sul concentrava 50% da população do Estado, enquanto em 1993 este percentual era de apenas 29%.

É importante salientar que este modelo, baseado no latifúndio e na produção de um pequeno leque de produtos estava, historicamente, condenado ao fracasso. Pois em nenhuma parte do mundo se conhece exemplo de região, com estas características que tenha conseguido se desenvolver satisfatoriamente.

A estagnação total da economia da região pôde ser amenizada, justamente, com o desenvolvimento de atividades contrárias a este modelo monocultor. Ou seja, o desenvolvimento da cultura do arroz e da indústria de alimentos (conservas de Pelotas) permitiu um novo fôlego à região.

Mas apesar desta pequena diversificação a economia da região ainda estava baseada em setores pouco dinâmicos economicamente. Para ilustrar a perda de importância relativa da região neste século podemos ver a tabela abaixo que indica a significativa queda da participação da produção industrial e do PIB da Metade Sul nos totais do Estado.

Participação do PIB e da Produção Industrial da Metade Sul nos Totais do Estado

	PIB	Produção Industrial
1940	38%	35%
1993	21%	13%

Por fim podemos dizer que se até a década de 80 a situação da economia da região, apesar de algumas exceções, estava se deteriorando é na década de 90 que ela sofre uma nova e grave crise. Pois o processo de abertura comercial iniciado pelo governo Collor e intensificado assustadoramente pelo governo FHC, adicionado a política cambial, proporcionou a entrada de mercadorias no mercado nacional com menores preços que as nacionais. Neste sentido a região foi particularmente atingida com as dificuldades impostas aos setores de arroz e conservas. Estas importações - incentivadas pela política econômica de Fernando Henrique - têm em muitos casos representado uma competição desleal com os produtores locais, pois, além da valorização cambial (que toma os produtos internacionais artificialmente mais baratos) em alguns casos os produtos importados recebem subsídios nos seus países de origem.

Este quadro, adicionado ao baixo crescimento da economia nacional, que não proporciona um significativo aumento da demanda por produtos alimentares (carne, arroz etc.) e ao endividamento dos produtores de arroz, implicou no fechamento de vários frigoríficos e a falências de empresas e produtores

rurais. Assim a economia da região enfrenta uma das mais graves senão a mais grave das suas crises econômicas.

Mas os Governos Federal e Estadual tem demagogicamente explorado as dificuldades da região.

Recentemente, com a posse de João Gilberto na nova Secretaria Estadual para a Metade Sul foram anunciados R\$ 1,3 bilhões em novos investimentos da União naquela região. Primeiramente devemos destacar que na realidade não representa exclusivamente investimentos e nem será totalmente originário da União. Pois o protocolo de intenções firmado entre o estado e a União indica que seriam:

- ◆ R\$ 400 milhões de recursos do orçamento da União divididos em 4 anos (que poderão ou não ocorrer dependendo das alterações do próximo Plano Plurianual)
- ◆ R\$ 475 milhões de financiamentos (grande parte já existentes) do BNDES ao Estado e às empresas.
- ◆ R\$ 170 milhões de financiamentos (grande parte já existentes) da Caixa Econômica Federal com recursos do FGTS;
- ◆ R\$ 255 milhões de contrapartidas do Estado, dos Municípios e empresas.

Desta maneira a maior parte dos recursos, não serão investimentos, não serão da União e não serão novos aportes pois serão constituídos de recursos dos municípios e linhas de créditos que na sua maioria já existem.

Alem disso, não se pode esquecer que não há nenhuma garantia da concretização destas "intenções" pois além do fato de poderem ser alteradas com o próximo Plano Plurianual, a realidade indica que a palavra e o "empenho" de Fernando Henrique têm pouco significado pois, em 1994, a Metade Sul já era uma de suas prioridades¹ e passados mais de três anos de governo pouco ou nada foi efetivamente realizado em termos de investimentos na região. Nos seus três primeiros anos de governo não destinou mais que R\$ 140 milhões em investimentos para a região e, para agravar ainda mais a situação, deste total, cerca de R\$ 100 milhões foram alocados, exclusivamente, no Porto de Rio Grande, que está em processo de privatização. Assim apenas R\$ 40 milhões foram investidos na quase totalidade da Região.

Paralelamente o Governo Federal divulga como uma de suas grandes realizações o programa Reconversul que consiste fundamentalmente em uma linha de crédito para as empresas da região. Neste programa destaca-se, mais uma vez, a ineficiência das atuais linhas de crédito oficiais no atendimento aos pequenos e micro-empresários. Ou seja, a exigência de elevadas garantias e a cobrança de onerosos encargos dificultam aos empresários mais necessitados acessar este financiamento.

Como se não bastasse o descaso há também as políticas do Governo Federal, como o Fundo de Estabilização Fiscal e a Lei Kandir que representaram para os municípios da Metade Sul a perda de recursos na ordem de R\$ 70 milhões. Ou seja, se excluirmos o Porto de Rio Grande, na realidade Fernando Henrique retirou recursos da região.

Assim podemos concluir que hoje, às vésperas da nova eleição, Fernando Henrique repete sua tática eleitoral acenando para a região com questionáveis recursos.

Antônio Brito não tem agido diferente. Primeiramente notasse sua omissão com relação ao tratamento dispensado pela União. Ou seja, em nenhum momento questionou e muito menos criticou a ação Federal para a região. Em segundo lugar podemos ver que as ações do próprio governo estadual foram equivocadas.

A principal e mais divulgada ação estadual para a região foi a transferência de recursos para alguns frigoríficos falidos ou em estado falimentar. Estas ações além de não se direcionarem a solucionar efetivamente o problema da região foram marcadas pelo descrédito e a irresponsabilidade com o os recursos públicos. Ou seja, como no caso mais explícito de Alegrete, em nenhum momento buscou apoiar as cooperativas de empregados a assumirem estes empreendimentos preferindo financiar grupos econômicos de fora do Estado. Além disso, não houve exigências com relação a geração de empregos e/ou produção permitindo que frigoríficos, depois de reinicializadas as suas atividades, fossem fechados (sem o devido pagamento dos fornecedores) e novamente reabertos com a utilização de recursos públicos pelo mesmo grupo econômico.

¹ As propostas de Campanha de Fernando Henrique indicavam as regiões Nordeste, baixada fluminense e a metade sul do Rio Grande do Sul como áreas prioritárias no direcionamento dos investimentos federais.

Além disso, destaca-se os financiamentos do PRIN, Programa para Reconversão Industrial que foram utilizados para que grandes grupos econômicos demitissem funcionários através da reestruturação de seus empreendimentos.

Primeiramente devemos destacar que, ao contrário dos demais governos, que esperam a crise se agravar para aparecerem eleitoreiramente como "Salvadores da Pátria" concedendo financiamentos, benefícios e demais privilégios individuais nossa ação será de longo prazo e objetivará alcançar uma solução estrutural para a região.

A Frente Popular atuará junto a União no sentido de cobrar uma ação compensatória para esta região. Pois durante vários anos o modelo de desenvolvimento econômico apoiado pela União foi concentrado geograficamente e abandonou as regiões mais distantes;

A legislação referente as áreas de fronteira nacional determina que, por questões de Segurança Nacional, para haver a instalação de empreendimentos nestas regiões seria necessário um prévio parecer do Conselho de Segurança Nacional. Não há nenhum estudo que analise ou estime o impacto desta legislação sobre a região nem estimativas de quais foram as perdas para a atividade econômica local deste empecilho formal para a concretização de novos investimentos. Particularmente podemos destacar que esta restrição afeta significativamente a metade sul que possui 90% da fronteira do Estado. Este, por sua vez, possui 10% das áreas de fronteira do Brasil. Mas podemos salientar que a Frente Popular irá revisar esta legislação a fim de evitar que em pleno processo de globalização e de instalação do Mercosul ela represente mais um entrave a inserção da região na atividade econômica nacional e local.

A identificação e a operacionalização das soluções dos problemas da região serão realizados, de acordo com a prática de Frente Popular, coletivamente com a comunidade. Como proposta inicial devemos destacar que não basta simplesmente a concessão de crédito ou a instalação de infraestrutura (que também são importantes) deve-se buscar o desenvolvimento da região a partir do setor primário. Para isso devemos dinamizar a pesca, a pecuária e principalmente a agricultura, através da sua diversificação.

Além disso haverá investimento em educação. É preciso qualificar o agente econômico da região. Neste sentido devemos qualificar a educação formal e criar e ampliar os mecanismos de qualificação profissional. Ou seja, devemos qualificar a mão-de-obra e buscar o aperfeiçoamento gerencial para os produtores rurais e empresários. O fortalecimento do capital humano possibilitará a diversificação da produção, o aumento da produtividade e da competitividade da região.

Paralelamente, devemos destacar e priorizar as ações e o desenvolvimento de empreendimentos coletivos (cooperativas, associações de produtores etc.), que potencializarão as capacidades individuais e fortalecerão as realizações.

O apoio a diversificação da atividade produtiva, através de crédito, pesquisas apoio técnico deverá identificar as atividades mais promissoras. Estas poderiam ser a fruticultura, reflorestamento para madeira, piscicultura, pesca e outros.

A reforma agrária permitirá não só a diversificação produtiva da região como também a geração de emprego e renda para a população.

Estas propostas serão concretizadas através de crédito em condições acessíveis ao pequeno empreendimento, investimentos públicos em infra-estrutura, geração e implantação intensiva de novas tecnologias, democratização de informações estratégicas de mercado, política de abastecimento regional e apoio a projetos agroindustriais. O comércio da região será dinamizado não só pela diversificação da produção e crescimento da renda nos demais setores, mas também pela simplificação da legislação tributária.

Com o conjunto destas medidas não só se fortalecerá a economia local como também se garantirá os efetivos fatores de atração de novos investimentos (qualidade de vida, mercado consumidor, infra-estrutura, qualificação da mão de obra).

3.1.2 - PROPOSTAS DA FRENTE POPULAR

A) PLANO DE DESENVOLVIMENTO do Rio Grande do Sul, constituído pelos Planos de Desenvolvimento Regional, contendo:

- conjunto de ações econômicas, sociais, culturais e ambientais, no campo e na cidade, a serem executadas no RS pelo Governo Democrático e Popular visando dinamizar o desenvolvimento de cada região do estado;
- conjunto de iniciativas de regulação e controle social sobre as atividades existentes no RS, inclusive dos serviços públicos concedidos;

O Plano Desenvolvimento do RS deverá ter como instância maior de deliberação executiva o Orçamento Participativo Estadual.

Os Planos de Desenvolvimento Regional devem ser elaborados e executados de forma conjunta com as comunidades envolvidas. Como exemplos de ações teremos:

- ◆ *Qualificação e ampliação das redes de infra-estrutura das regiões. Para tanto, a Frente Popular propõe a constituição, por exemplo, da Rede de Transporte de Mercadorias Integrada, melhor detalhada no item de Infra-Estrutura deste Programa de Governo;*
- ◆ *Planejamento das políticas de ampliação da qualidade de vida, como educação, saúde, habitação popular, assistência social, esportes, recreação e lazer;*
- ◆ *Busca e apoio a construção de alternativas econômicas locais para a geração de emprego e renda.*
- ◆ *Qualificação dos agentes econômicos (empresários e trabalhadores) locais através de assessorias, cursos de qualificação e disseminação de tecnologias a fim de aumentar a produtividade, diversificar a produção local, socializar informações e possibilitar a geração de conhecimento em todas as regiões do estado.*
- ◆ *Investimento em empresas locais: Incubadora empresariais e tecnológicas, apoio à produção agrícola e agroindustrial ecológicas, financiamentos direcionados.*
- ◆ *Fomento à cultura, mediante o desenvolvimento do turismo interno, festividades e esportes no interior do estado. Também são a base para o desenvolvimento do turismo externo e produtos regionais, conforme detalhado no Programa da Frente Popular de Desenvolvimento Cultural do RS;*

B) REGULAMENTAÇÃO E NORMATIZAÇÃO

Conforme o estabelecimento das prioridades de ações apontadas no Plano de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, o Governo Democrático e Popular aplicará a legislação existente e proporá novas normas para viabilizar empreendimentos ao setor dinâmico da economia, inclusive de grande porte, adequados aos Planos de Desenvolvimento Regional, com geração de empregos e manutenção da qualidade de vida da população, através de prévio estudo de impacto sócio-econômico, ambiental e de localização regional.

Instalação de novos empreendimentos: Como já foi assinalado o Governo Britto distribuiu 76% da renúncia fiscal via Fundopem para apenas 10 empresas. Destas, 2 não se comprometeram em gerar novos empregos e outras 2 não anunciam nem novos investimentos. Este dado é um claro indicador da necessidade da instituição e aplicação de normas que disporão, de forma transparente, como serão viabilizadas condições para a realização tais atividades. Para tanto, será exigida a apresentação de um Estudo de Impacto Sócio-Econômico juntamente com o Estudo de Impacto Ambiental para empreendimentos de grande porte no RS. Este estudo deverá conter os compromissos e as informações necessárias para analisar a relação custo-benefício social da entrada deste estabelecimento no Estado. Dentre os dados necessários, deverão haver o número de postos de trabalho a serem gerados, o grau de essencialidade do bem ou serviço produzido, as repercussões do ponto de vista da possível concentração de mercado no segmento, bem como a localização espacial, onde teremos a indicação de regiões e áreas disponíveis para a instalação de tal empreendimento. Além disso, o Governo Democrático e Popular convocará a iniciativa privada a participar solidariamente na concretização de investimentos compensatórios às eventuais externalidades geradas por esses empreendimentos. Tais necessidades estarão, como já afirmado anteriormente, dispostas nos Planos de Desenvolvimento Regional e no Plano de Desenvolvimento do RS.

Serviços públicos concedidos: A Frente Popular propõe uma radical alteração na política referente ao conjunto de concessões dos serviços públicos do RS. Em áreas que o poder concedente é o Estado do RS, será realizada a revisão das concessões, chegando mesmo a reverter o atual quadro, como no caso das concessões de estradas (pedágio) e do DETRAN. Sobre outros serviços concedidos será aplicada uma política tarifária justa, onde "quem tem menos deve pagar menos". Sobre os serviços públicos concedidos de responsabilidade regulatória federal, como no caso das telecomunicações e da energia elétrica, a Frente Popular propõe a delegação ao Estado do RS do controle da prestação de tal serviço, a fim de aplicar a mesma política tarifária, sem perder o compromisso de buscar a reversão destas privatizações.

A Frente Popular desenvolverá no RS uma política de desenvolvimento urbano, baseada no Plano Nacional de Política Urbana do Governo Lula, e fortemente articulada com os municípios. Para tanto disponibilizará instrumentos já existentes, como a Metroplan, para servir de canal de orientação na adoção de regras e normas que auxiliem na ordenação das políticas de desenvolvimento municipais e regionais.

C) FISCALIZAÇÃO

Os compromissos assumidos pelas empresas receptoras do conjunto de incentivos ao qual o Estado do RS disponibilizou e eventualmente disponibilizará, conforme as prioridades do Plano de Desenvolvimento Regional, deverão ser alvo de fiscalização do conjunto de instrumentos que o Estado tem a disposição.

Sob o aspecto ambiental, das 48.000 indústrias existentes no RS, 9.500 apresentam potencial poluidor hídrico (principalmente agro-indústria, metal-mecânica e beneficiamento de pedras) e 19.800 produzem resíduos sólidos, sendo a maior parte delas situadas na RMPA. Segundo dados da própria FEPAM, 50 % dos resíduos sólidos produzidos no Estado tem *destinação inadequada e desconhecida*. Para tanto, a Frente Popular propõe um conjunto de iniciativas, como Monitoramento Ambiental, fiscalização e policiamento ambiental e outras medidas já descritas com mais detalhes no Programa de Meio Ambiente e Saneamento a fim de preservar os aspectos ambientais das diversas regiões do Estado.

D) CONTROLE PÚBLICO

Elemento estratégico na elaboração e implantação do Plano de Desenvolvimento, o espaço de articulação entre micro, pequenos e médios empresários e trabalhadores deve estar organizado para poder, de forma transparente, debater sobre o conjunto de tensionamentos já anteriormente relacionados.

O Programa de Governo da Frente Popular propõe um método democrático de inserção da sociedade nas decisões sobre tudo o que envolve o desenvolvimento de nosso estado. Do ponto de vista das atividades econômicas, a Frente Popular apresenta a necessidade da consolidação (onde existe) e da criação de Câmaras Setoriais, especializadas em debater a situação e apontar alternativas para os diversos segmentos e complexos produtivos encontrados em nosso Estado. As câmaras setoriais, por sua vez, estão vinculadas aos seus respectivos Conselhos Estaduais. Por fim, tais conselhos deverão estar articulados com o fórum central e democrático das decisões, organizado de forma regional e temática, que é o Orçamento Participativo Estadual.

E) INSTRUMENTOS

E1) METROPLAN

A METROPLAN foi utilizada no Governo Britto como instrumento de disputa político-eleitoral, sobrepondo-se em ações e iniciativas ao que já era realizado pelos municípios. Ao servir de instrumento de cooperação na elaboração e execução das políticas municipais e de suporte técnico para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional, do Plano de Desenvolvimento do RS e das orientações ao fórum maior de decisões do Governo do Estado, o Orçamento Participativo Estadual, a Frente Popular delegará a METROPLAN um papel estratégico em busca deste novo paradigma de desenvolvimento do RS. Para tanto, fará uma radical reformulação nas suas ações e estrutura, visando atender de forma eficiente e participativa as novas demandas ao qual a Frente Popular está lhe apresentando.

E2) Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS

Criado com a incumbência de assegurar a prestação dos serviços públicos delegados à iniciativa privada conforme os interesses da população, a AGERGS até o momento não saiu do imobilismo.

A Frente Popular propõe uma completa reformulação nos princípios, na estrutura e na forma de representação existente na AGERGS, a fim de atender de forma efetiva as deliberações do Orçamento Participativo Estadual, garantindo o acesso aos serviços públicos delegados ao conjunto da população através de uma política tarifária justa e de uma prestação eficiente por parte dos concessionários e permissionários.

E3) PROCON - Política de Defesa do Consumidor

Um dos maiores símbolos do processo de desregulamentação da economia no Brasil foi a extinção da SUNAB que, mesmo completamente esvaziada, cumpria um papel relevante no que se refere ao acompanhamento das relações de consumo realizadas em nosso país. A transferência de responsabilidade para os PROCONs estaduais resultou em uma ação desequilibrada de tais organismos, conforme a vontade política. Temos bons exemplos de funcionamento e efetividade, como no caso do PROCON do Distrito Federal, onde se realiza um trabalho preventivo de orientação ao consumo, e repressivo no que se identifica de desrespeito ao Código Nacional de Defesa do Consumidor. Ao contrário disto, o PROCON do RS teve, durante o Governo Britto, uma atuação apática e estritamente eleitoreira.

A Frente Popular identifica a necessidade de uma efetiva política voltada às garantias dos direitos dos consumidores gaúchos, apresentando as seguintes propostas:

Criar o Sistema Estadual de Garantia aos Direitos do Consumidor, através da organização do controle junto às estruturas existentes no Estado e outros órgãos, tanto de âmbito federal quanto municipais existentes, como no caso da alimentação (Secretaria da Agricultura e do Abastecimento), saúde (Secretaria da Saúde), do INMETRO e outros

Reestruturar o Conselho Estadual de Garantia aos Direitos do Consumidor, atrelando ao Orçamento Participativo Estadual, com efetiva participação popular:

projeto "Observatório de Mercado", gerando controle e acompanhamento sistemático de preços de bens e serviços prestados em setores essenciais do abastecimento popular, como alimentação, bens de consumo durável, educação, habitação popular, transportes e saúde. Este projeto deverá estar articulado com Universidades e entidades que acompanham a evolução do custo de vida no RS, cumprindo papel importante inclusive na disponibilização de informações junto às Câmaras Setoriais existentes no Estado;

Fomento à constituição de organismos públicos municipais de defesa do consumidor.

3.2 - MERCOSUL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

3.2.1 - Histórico

Primeiramente devemos destacar os principais marcos institucionais na consolidação do Mercosul:
Julho de 1986 - Assinatura dos Protocolos de Integração Comercial e Econômica entre Brasil e Argentina.

Março de 1991 - Assinatura do Tratado de Assunción, que cria oficialmente o Mercosul, incorporando o Paraguai e o Uruguai no processo de integração

Dezembro de 1994 - Assinatura do Protocolo de Ouro Preto, que modifica alguns termos do Tratado de Assunción e dá personalidade jurídica ao Mercosul.

Junho de 1996 - Assinatura do Acordo Mercosul-Chile, na qual o país andino começa a ser integrado ao Mercosul.

A tabela abaixo demonstra o tamanho das economias envolvidas com o Mercosul e o Rio Grande do Sul. Aqui podemos notar que a economia do rio grande do sul apresenta um produto interno bruto semelhante a totalidade da economia chilena e a a sua renda per capita é superior a média do Mercosul, semelhante a totalidade da economia chilena e a a sua renda per capita é superior a média do Mercosul.

	RS	Mercosul	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Chile	Bolívia
PIB 1996 (milhões de dólares)	47.281	928.756	214.617	638.931	7.392	10.437	49.745	6.956
PIB per capita (US\$ dólares de 1990)	5.964	4.094	7.258	4.571	1.074	3.820	4.032	1.074
Dívida Externa*	n/d	283.097	100.650	175.000	2.406	5.041	25.517	5.360

(US\$ milhões)								
Dívida/PIB*		28%	34%	25%	26%	28%	38%	77%
Déficit fiscal*		-	1.4%	5.9%	1.5%	1.5%	-1.0%	3.0%
Taxa de inflação*		6,4%	0,5%	4,1%	5,4%	15,7%	6,3%	3,8%
Taxa de desemprego*		10,1%	13,7%	7,0%	8,2%	11,5%	6,1%	6,5%

Fonte: Mercosul - Informações selecionadas Maio a Agosto de 1997; FEE/RS; CIASC/SC e IPARDES/PR

*Fonte - Ministério das Relações Exteriores - Relatório Especial nº066/98 - Abril de 1998

Paralelamente podemos ver que as relações comerciais do Brasil e especialmente do Rio Grande do Sul com os países do Mercosul representam um importante componente da nossa atividade econômica.

Relações Comerciais do Brasil com os países do Mercosul(US\$ FOB)

	Exportações para		Importações de		Saldo	
	1996	1997	1996	1997	Saldo 1996	saldo 1997
Argentina	5.170.031.61 5	6.767.177.19 7	6.783.890.33 0	8.210.593.51 7	(1.613.858.715)	(1.443.416.320)
Paraguai	1.324.482.91 6	1.406.482.91 6	931.926.532	979.887.708	392.556.384	426.595.208
Uruguai	810.668.220	869.979.145	551.482.856	531.187.290	259.185.364	338.791.855
total	7.305.281.94 8	9.043.639.25 8	8.267.299.71 8	9.721.668.51 5	(962.017.770)	(678.029.257)
Mercosul						

Relações Comerciais do Rio Grande do Sul com os países do Mercosul (US\$ FOB)

	Exportações para		Importações de		Saldo	
	1996	1997	1996	1997	Saldo 1996	saldo 1997
Argentina	523.073.580	678.333.661	888.467.145	632.043.500	(365.393.565)	462.901.161
Paraguai	183.074.281	210.168.054	353.459.664	328.761.775	(170.385.383)	(118.593.721)
Uruguai	189.712.302	197.383.802	5.014.077	3.061.409	184.698.225	194.322.393
total	895.863.163	1.085.885.51 7	1.246.940.88 6	963.761.775	(351.077.723)	122.123.742
Mercosul						

Principais Exportações gaúchas para o Mercosul		Principais Importações gaúchas do Mercosul	
Produtos	US\$ fob (1997)	Produtos	US\$ fob (1997)
Produtos petroquímicos	91.871.203	Trigo (vários tipos)	146.758.088
Máquinas agrícolas	78.165.763	Arroz (vários tipos)	123.340.123
Mat transportes (motores, reboques)	74.520.187	Couros e peles bovinas	53.066.649
Cigarros	29.440.883	Cebolas frescas ou refrigeradas	35.906.343
Carne suína	26.357.018	Motores diesel e semi-diesel	21.344.033
Adubos e fertilizantes	24.812.067	Carne bovina	20.898.207
Calçados	24.578.009	Cevada cervejeira	20.543.682
Outros	738.140.387	Leite UHT	17.937.335
Total	1.085.885.517	Outros	523.967.315
		Total	963.761.775

O governo da Frente Popular no Rio Grande pode, e deve, protagonizar ações concretas no sentido de integrar nosso estado aos demais países do continente e do mundo. Devemos disputar todas as possibilidades que permitam o crescimento econômico, a geração de renda e de empregos, assim

como de realizar uma efetiva integração social, política e cultural especialmente com os países da América Latina. Para o Rio Grande, neste campo, o tema mais importante no momento é a integração com os países do Cone Sul, que já se encontra em pleno andamento, tendo conseqüências bem concretas em nosso estado.

A Frente Popular é favorável à integração dos países e dos povos da América Latina. Criticamos, porém, a forma como tem sido conduzida esta integração. O Mercosul tem sido implementado como um processo predominantemente econômico e comercial, sendo implantado de cima para baixo pelos governos, sem uma efetiva participação da sociedade. Até agora os principais beneficiários da integração tem sido os grandes grupos financeiros, industriais e comerciais, que operam em escala internacional. A orientação que tem sido dada à política de integração através do Mercosul é coerente com a postura dos governos dos quatro países, que seguem à risca a cartilha neoliberal: abertura comercial, desregulamentação da economia e privatizações.

Não se tem discutido, e sequer divulgado, os custos sociais que esta integração pode gerar em termos de fechamento de indústrias, desemprego e prejuízos a regiões e setores produtivos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, setores significativos da produção primária estão sendo diretamente prejudicados pela importação de produtos dos países do Cone Sul. Entre 96 e 97 as importações de trigo do Mercosul aumentaram de 31,5 para 146,7 milhões de dólares, um crescimento de mais de 300%. Outro exemplo é o leite, cujas importações passaram de 7,4 milhões para 17,1 milhões de dólares no mesmo período.

O Rio Grande tem exportado cada vez mais para os países do Mercosul. Na relação comercial com os países do bloco, temos uma situação superavitária tendo exportado 1,1 bilhão de dólares e importado 963 milhões em 97, gerando um saldo de 122 milhões no comércio interno ao bloco. A indústria petroquímica, a metal-mecânica, a de máquinas agrícolas e a de fumo responderam sozinhas por 25% destas exportações em 96. A estas se somam ainda as grandes agroindústrias e as empresas do setor químico. Estes grupos exportaram apenas em 96 cerca de 273 milhões de dólares para os países do Mercosul. O mesmo não ocorre, no entanto, com as pequenas e médias empresas, possuem recursos e escala, e não recebem apoio para atingir estes mercados.

Não existem políticas efetivas voltadas para ampliar o alcance social dos benefícios que a integração econômica poderia trazer. Os direitos trabalhistas e os mecanismos de proteção existentes não são unificados a partir dos patamares mais elevados, pelo contrário os governos buscam um nivelamento por baixo dos direitos sociais. Não foram criadas políticas que permitam que os setores e regiões mais duramente atingidos possam se preparar, reestruturando-se para poder se inserir neste mercado ampliado. A ótica liberal com que tem sido conduzido o Mercosul, na qual o mercado é que define as perdas e ganhos, favorece apenas os grandes grupos econômicos.

Socializar os benefícios de uma política de integração regional será uma das prioridades do governo Lula. Alterar o conteúdo e a orientação neoliberal é uma das linhas mestras de nossa política para o Mercosul. Para o governo da Frente Popular no Rio Grande este tema também deve ser tratado com o devido destaque, tendo como orientação geral nossa proposta de um desenvolvimento econômico que beneficie a maioria, privilegiando a geração de emprego e de renda.

3.2.2 - O Governo Britto e o Mercosul

O governo Britto tem sido extremamente tímido em termos de sua política na área da integração. O executivo estadual, em relação ao Mercosul, tem ficado a reboque das iniciativas diplomáticas de Brasília, sem qualquer iniciativa mais ousada. Em termos de política internacional, sua prioridade tem sido a de buscar a atração de investimentos externos a qualquer custo, e ao mesmo tempo dar todo o apoio e suporte financeiro e institucional a alguns grandes grupos privados locais. O apoio do governo estadual tem sido concentrado em um pequeno número de grandes empresas que considera capazes de competir no mercado mundial. Estas mesmas empresas são as que recebem as anistias fiscais, assim como o grosso dos benefícios como o Fundopem e as ações de apoio institucional do governo. São muito reduzidas as iniciativas do governo estadual no sentido de apoiar as pequenas e médias empresas no contexto do Mercosul.

Nesta área, a principal ação do governo estadual foi a de criar um escritório de representação do estado em Buenos Aires. Este escritório, criado "em participação solidária" com empresas privadas, atua muito mais como uma representação das empresas do que como um organismo voltado para o desenvolvimento do estado. Em termos de cooperação internacional, o governo Britto tem ficado à reboque das iniciativas empresariais, sem contemplar outros interesses sociais. Coerente com a sua linha

liberal, o governo entende que é o mercado que deve definir as relações do Rio Grande com o resto do mundo.

Uma das únicas iniciativas do governo estadual que saiu deste imobilismo e do universo negocial foi a realização da Bienal do Mercosul. Esta exposição, no entanto, se caracterizou muito mais pela preocupação com o espetáculo e com a visibilidade de mídia do que por uma discussão mais séria e uma participação mais efetiva dos artistas locais e dos países do Cone Sul. E mesmo neste caso a visão neoliberal também predominou. O evento foi majoritariamente financiado por mecanismos de renúncia fiscal, na qual os patrocinadores que investiram no evento descontaram dos impostos os recursos investidos, ficando com a bilheteria e o retorno de marketing do evento.

3.2.3 - A Frente Popular e o Mercosul

Em contraste com a postura omissa do governo estadual a Frente Popular tem tratado da integração regional de forma bastante ativa. E em nossas ações tratamos da integração pensando-a do ponto de vista social, político, cultural, e não apenas comercial. O principal exemplo prático de nossa ação política são as ações da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que mantém uma ativa política no campo de suas relações com as cidades dos países do Cone Sul.

A rede Mercocidades, fundada em 1995 articula hoje 32 cidades do Paraguai, Uruguai, Argentina, Brasil e Chile. Esta articulação multilateral subdivide-se em nove unidades temáticas (Desenvolvimento Social, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Cultura, Turismo, Gestão Municipal e Planejamento, Cooperação Internacional e Desenvolvimento Local) que buscam trocar experiências administrativas e promover o envolvimento dos povos da região no processo de democratização da sociedade. O Trade Point de Porto Alegre, articulado em participação solidária entre a prefeitura e entidades empresariais é um importante instrumento através do qual as pequenas e médias empresas podem encontrar espaços de mercado e realizar negócios em escala internacional.

Projetos como a Tecnópole e a IETEC tem sido divulgados e discutidos nos países que fazem parte do Mercosul, e iniciativas como o Orçamento Participativo tem sido estudadas e copiadas em muitas cidades. Para além deste intercâmbio institucional temos buscado na cultura um elemento para que se construa uma efetiva integração entre os povos dos nossos países. Projetos como "Porto Alegre em Buenos Aires" e sua contrapartida na capital gaúcha, além de iniciativas semelhantes com Montevideu, assim como a participação permanente de artistas de outros países em nossa programação cultural tem sido decisivos para que a integração deixe as salas de discussões empresariais e políticas e incorpore a maioria da população.

3.2.4 - A Frente Popular e a Cooperação Internacional

Porto Alegre ficou mundialmente conhecida pela prática do Orçamento Participativo. Depois de ter sido reconhecida pelo Programa Habitat, da ONU como uma das 40 melhores práticas de gestão pública do mundo, passou a ter uma atividade intensa na área de cooperação internacional, desenvolvendo projetos de cooperação técnica, intercâmbios culturais e atividades comerciais, já que sua posição privilegiada em relação ao Mercosul a torna um ponto estratégico na região. As atividades de cooperação internacional podem ser divididas em duas áreas: a cooperação bilateral e a multilateral.

Dentre os projetos de cooperação bilateral estabelecemos relações, assinamos protocolos e articulamos iniciativas de cooperação com cidades como Saint Denis, na França, Buenos Aires, Montevideu, Kanazawa, no Japão, Shenzhen, na China, Barcelona, na Espanha e Duisburg, na Alemanha. Com elas estabelecemos relações de intercâmbio nas áreas técnico-científicas e educacional, organizamos eventos culturais, esportivos e artísticos bilaterais, articulamos rodadas de negócios, discutimos democracia participativa, planejamento urbano, meio ambiente e cooperação internacional. Diversos projetos comuns com as administrações destas cidades se encontram em andamento.

Do ponto de vista do intercâmbio multilateral temos a rede Mercocidades já citada acima, que constrói de fato uma integração de baixo para cima. Além desta iniciativa, recentemente Porto Alegre se filiou à Federação Mundial das Cidades Unidas, que promove a cooperação de municípios do mundo inteiro, sendo indicada para participar do Bureau Executivo desta entidade que tem sede em Paris e que

congrega hoje mais de mil cidades. Pode-se citar ainda o programa *Sister Cities International*, com o qual já foram iniciados contatos e através do qual se promoverá a aproximação de Porto Alegre com cidades dos Estados Unidos.

3.2.5 - Propostas Programáticas

3.2.5.1 - Participação da Sociedade

I) Criação de um Conselho Económico e Social do Mercosul no Rio Grande, um fórum no qual a sociedade civil, sindicatos, associações e entidades possam discutir e definir ações políticas e institucionais do Estado em relação ao Mercosul

II) Criação de um Programa do Governo do Estado voltado para as regiões fronteiriças, onde as *comunidades da fronteira possam discutir os impactos do Mercosul nas suas regiões e propor medidas* que permitam neutralizar os impactos negativos e potencializar os impactos positivos da integração

III) Propor ao Mercosul a criação de um Fórum de Regiões, envolvendo os governos estaduais, municipais e entidades representativas das regiões de fronteira dos quatro países.

3.2.5.2 - Políticas Compensatórias

I) O Governo do Estado deve reivindicar do governo federal que o Mercosul implemente mecanismos compensatórios que beneficiem as regiões e setores prejudicados pelo processo de integração. Propomos a criação de Fundos Públicos Internacionais que sejam investidos na reconversão econômica das regiões e setores produtivos afetados negativamente pela integração.

3.2.5.3 - Fomento à Exportação

I) Ampliação do Trade Point, regionalizando este organismo nas regiões dos COREDES. Este mecanismo possibilitará um maior acesso das pequenas e médias empresas aos mercados externos.

II) Integração das experiências de Incubação Empresarial com o intercâmbio de incubação de *empresas dos países do Mercosul em nosso estado tendo como contrapartida a incubação de empresas de nosso estado nos países do bloco*.

3.2.5.3 - Integração Cultural

I) *Aprofundar as experiências de intercâmbio da rede escolar pública com os países do Mercosul.*

II) Ampliação do intercâmbio cultural do Rio Grande com os países do Mercosul

III) Ampliar o intercâmbio científico-tecnológico com os países do bloco, incentivando as iniciativas que já vem sendo protagonizadas pelas universidades.

3.3 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Construir um novo modelo de desenvolvimento para o RS e para o Brasil passa pelo desafio de incorporar valores e princípios que garantam, sob todos os aspectos, a continuidade de um projeto que se viabilize no presente e no futuro. A Frente Popular identifica ações fundamentais para a implantação deste modelo transformador da sociedade:

- As políticas que garantam a qualidade de vida para todos, em especial a política educacional voltada ao desenvolvimento e a cidadania, que busca a soberania do povo através da disseminação do conhecimento;
- uma política ecologicamente sustentável, que permita satisfazer as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades;
- uma política cultural capaz de desalienar e elevar a consciência crítica dos cidadãos a fim de influenciar novo modelo de desenvolvimento.

Na seqüência, a Frente Popular apresenta quais são suas propostas para o meio ambiente e saneamento. As propostas para a educação e a cultura estão relacionadas no Programa "Qualidade de Vida para Todos".

3.3.1 - Um Projeto Ecologicamente Sustentável para o RS

A história do desenvolvimento do Rio Grande do Sul é marcada por um modelo notadamente impactante de relação com a natureza e os recursos naturais. Tanto nas atividades agropecuárias quanto na produção industrial, em todas as regiões do estado, o crescimento se deu às custas de altos impactos ambientais irreversíveis ou cuja reversão tem custos muito altos.

O RS é um dos estados brasileiros com maior índice de desmatamento, e tem uma matriz industrial das mais impactantes. Várias regiões do estado que cresceram com essa característica apresentam quadro de crise econômica e esgotamento do modelo. A região de fronteira está sustentada num modelo agropecuário impactante e ineficiente, que não consegue competir no novo cenário da economia. O uso de agrotóxicos em toda a região de produção agrícola deixa marcas profundas e leva ao esgotamento dos solos e diminuição de produtividade. Na região da Serra Gaúcha, inicialmente pólo de extração madeireira, o perfil produtivo foi radicalmente alterado dado o completo esgotamento dessa matéria-prima, que embora seja um recurso renovável foi manejada inadequadamente e se inviabilizou, com prejuízos incalculáveis ao patrimônio ambiental do estado. Na Serra, no Vale dos Sinos e na Região Metropolitana de Porto Alegre, temos um parque industrial que cresceu sustentado por tecnologias agressivas ao meio e que hoje enfrenta grandes dificuldades para afirmar competitividade no cenário internacional globalizado, onde o desempenho ambiental é decisivo para o fluxo da produção nos mercados nacional e internacional.

O atual governo está operando a política de industrialização do estado privilegiando os grandes empreendimentos de caráter transnacional, que por restrições de mercado, baixos custos ambientais e facilidade de mão de obra se transferem para os países periféricos, onde encontram parceiros dispostos a bancar os custos de sua instalação através de empréstimos a juros generosos, isenções fiscais e responsabilização pública sobre as externalidades produzidas por esses empreendimentos (obras de infra-estrutura e tratamento e destinação de resíduos). O governo Britto foi um agente dos mais destacados dessa política no cenário nacional, e a apresenta como marco de um novo ciclo econômico para o RS, sem considerar os custos sociais econômicos e ambientais daí decorrentes, nem a necessidade de se desenvolver uma política industrial baseada no fortalecimento da economia regional, mantendo e qualificando o parque industrial existente e incentivando a instalação de novas indústrias pequenas e médias, menos impactantes ambientalmente e mais eficientes economicamente.

A Frente Popular defende intransigentemente um outro modelo para o estado, o do desenvolvimento ecologicamente sustentável. Um modelo que permita satisfazer as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. O meio natural tem uma determinada capacidade de suporte que deve condicionar as opções presentes, pois os custos futuros de um modelo de uso irracional dos recursos serão imensos, e suas conseqüências para a qualidade de vida irreversíveis.

O desenvolvimento sustentável deve levar em conta as necessidades básicas do presente, garantindo uma nova relação com o patrimônio ambiental, uma agenda de inclusão social com

redistribuição da riqueza, e a participação efetiva da população nos processos de tomada de decisão. Do ponto de vista produtivo, isso compreende a produção agro-ecológica, a produção limpa na indústria, e a alteração dos padrões de consumo, bem como o acesso de largas camadas da população hoje excluídas desse universo, a um consumo mais racional e com menos desperdício.

A agricultura familiar de baixo impacto e a produção agro-ecológica demandam insumos em geral de geração local, com efeitos bem mais significativos do que a agricultura baseada em agrotóxicos e adubos químicos fornecidos pelas multinacionais. Também o conhecimento e tecnologias são gerados a nível regional, com participação ativa do agricultor, considerando as características de cada ambiente, valorizando e elevando o conhecimento dos trabalhadores. É necessário articular a produção agrícola com a preservação, aproveitando melhor as áreas cultivadas e integrando-as a áreas naturais dedicadas à preservação, eco-turismo ou extrativismo sustentável, além da preservação do patrimônio genético, de valor econômico crescente.

A política industrial deve incentivar a produção limpa e o incentivo à indústria regional. Isso requer investimentos em ciência e tecnologia e incentivos à mudança do padrão produtivo, principalmente dirigido aos pequenos e médios industriais, já que as restrições internacionais de mercado tem obrigado as grandes empresas a procederem modificações que padronizem o custo ambiental da produção. Isso compreende não só o tratamento adequado dos resíduos gerados, mas principalmente modificações de processo que economizem matérias-primas, reorganizem o ciclo da produção, minimizem a geração de poluentes e garantam a saúde e segurança dos trabalhadores. O RS tem potencial para se transformar em um pólo de produção limpa, resgatando as preocupações ambientais da sociedade e gerando maior competitividade externa e interna, já que pesquisas recentes apontam um grande crescimento da seletividade dos consumidores em relação aos chamados produtos ecológicos ou ambientalmente corretos.

O modelo de desenvolvimento de Britto não considera esses elementos: propugna uma forma de inserção subordinada do Estado no contexto do mundo globalizado, desfazendo-se do patrimônio público, abrindo mão do papel regulador do Estado, sem levar em consideração um planejamento ambiental macro, e os impactos indiretos dos grandes empreendimentos (incremento populacional das regiões do entorno, com a agregação de população em áreas inadequadas, aumentando os cinturões de pobreza hoje existentes). O modelo de Britto é claramente insustentável.

Um governo disposto a construir um novo padrão de desenvolvimento deve assegurar condições adequadas de vida para toda a população. O cenário de globalização da economia e as mudanças no padrão de produção com as novas tecnologias, ao invés de assegurar melhores condições de vida e mais tempo livre para as atividades humanas, tem sido agravador do desemprego e da miséria. Milhares de pessoas estão condenadas a uma vida de necessidades no campo ou na periferia das cidades, ocupando áreas inadequadas a habitação, como topos de morros e áreas alagadiças, sem acesso a infra-estrutura urbana mínima e excluídas do mundo do trabalho. O programa da Frente Popular deve assumir um compromisso efetivo com o atendimento das necessidades básicas da população, onde se destacam a habitação adequada e o saneamento básico, com abastecimento de água potável, canalização e tratamento de esgotos, e coleta e destinação adequada do lixo.

Num governo democrático e popular orientado pela visão do desenvolvimento sustentável, a política ambiental não se restringe a um ou outro órgão: é uma política de todo o governo, com visão integradora e com canais de participação direta da população na gestão, bem como com efetiva integração dos municípios num Sistema Estadual de Gestão Ambiental.

O governo democrático e popular do RS assumirá seu compromisso efetivo com a construção da AGENDA 21 do RS, referenciado nesse importante compromisso internacional assinado durante a ECO-92, que propõe uma pauta de ações concretas para um novo modelo de desenvolvimento a nível mundial, articulando as questões econômicas sociais e ambientais em torno de um projeto sustentável. A Agenda 21 do RS, um projeto para o RS do próximo milênio, será construída democraticamente, com a participação de todos os segmentos sociais.

A educação ambiental para a cidadania, em todos os níveis, é elemento fundante de um desenvolvimento centrado na idéia de uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza, condição fundamental para a sustentação da política ambiental e será prioridade do Governo Democrático e Popular, perpassando o conjunto das ações de Governo.

3.3.1.1 Governo Brito: Ineficiência e Fragmentação

Embora o RS tenha sido uma importante referência nacional e internacional em função de seu pioneirismo nas lutas ecológicas, a política ambiental praticada pelo atual governo do Rio Grande do Sul deixa muito a desejar.

As ações de meio ambiente do Governo do Estado estão marcadas pela fragmentação institucional, pela falta de planejamento para a gestão, e pela subordinação aos interesses econômicos dos grandes empreendimentos. O discurso dominante é de que estamos numa época de diálogo, e não de conflito, e de que é preciso entregar aos agentes econômicos os cuidados com o meio ambiente. Sua tradução é o abandono das políticas de controle ambiental e da prerrogativa de poder de polícia dos órgãos públicos na garantia da qualidade do meio ambiente, bem de uso comum do povo.

Hoje a FEPAM, considerada órgão central de gestão ambiental do RS, é uma Fundação enfraquecida pela PDV, que afastou seus melhores técnicos, subordinada de maneira secundária à Secretaria de Saúde e Meio Ambiente, e restrita ao papel de fiscalização e emissão de licenças ambientais. Mesmo no desempenho dessas atribuições, a FEPAM tem cumprido um papel meramente referendador dos EIAs apresentados pelo empreendedores, principalmente quando o estado é parceiro do empreendimento.

O RS carece de um órgão responsável pela gestão ambiental integrada, que consiga desenvolver ações de planejamento ambiental, articulando os setores internos de Governo com interfaces nessa área e coordenando um Sistema Estadual de Meio Ambiente onde as ações municipais estejam articuladas e ganhem maior relevância.

Inexiste um espaço institucional de articulação interna ao Governo, há coincidência de competências entre secretarias e departamentos, com atribuições muitas vezes definidas pela sua dinâmica política interna. Isso faz com que importantes projetos nessa área sejam coordenados por Secretarias sem vocação e qualificação para tal. Tal dinâmica não só diminui a eficiência na gestão como provoca desperdício de recursos técnicos e financeiros. O estado tem 13 órgãos desenvolvendo ações ambientais, com baixíssimo grau de articulação entre si (ver abaixo). Sem planejamento articulado é impossível dimensionar os custos das opções atuais e avaliar suas consequências para o futuro, e as decisões são tomadas pontualmente, sem relação entre si, como no caso do conjunto de empreendimentos localizados na Região Metropolitana de POA que sem dúvida tem interrelações mas que estão sendo avaliados fragmentadamente.

A Legislação Estadual determina a realização obrigatória de Conferências Estaduais de Meio Ambiente (CONFEMA) com periodicidade anual, para discutir e deliberar as linhas da política ambiental do RS. Durante todo o Governo Britto, nunca foi convocada a CONFEMA. A Agenda 21 RS, lançada em maio pelo Governador, é uma peça de ficção: trata-se somente de um relatório ambiental (superficial) do estado. Não existe nenhum movimento concreto do atual governo em relação ao tema.

A relação com o setor de saneamento é completamente inexistente, e a gestão dos recursos hídricos não está subordinada a um planejamento ambiental mais amplo do estado.

Embora os municípios estejam por legislação recente autorizados a desenvolver políticas ambientais, principalmente o licenciamento, e as questões ambientais urbanas devam ser questões centrais para a política ambiental do estado, o grau de articulação com os municípios é baixo. Há um grande número de municípios no estado em fase de constituição de órgãos responsáveis pelo meio ambiente, que carecem de incentivos financeiros e orientação técnica. Não há sentido em deslocar um fiscal da FEPAM para atender a uma denúncia no interior do estado ou mesmo fiscalizar um empreendimento de impacto local para a concessão da licença ambiental se isso pode ser feito pelo município, desde que devidamente qualificado para tal.

3.3.1.2 Arranjo Institucional: O RS Precisa De Uma Política Ambiental De Verdade

Identificação das Secretarias ou Departamentos com funções na gestão ambiental do Estado:

- ◆ FEPAM : Fundação vinculada à SSMA, responsável pelo licenciamento e fiscalização de atividades potencialmente poluidoras;
- ◆ Fundação Zoobotânica : Fundação vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento(SAA), responsável pela pesquisa na área, gestão do Parque Estadual do Delta do Jacuí, administração do Jardim Botânico, e gestão do Jardim Zoológico. Foi uma das mais atingidas pelo PDV;
- ◆ Departamento de Recursos Naturais Renováveis: Vinculado à SAA, responsável pela política de preservação de áreas naturais, especialmente pela gestão das Unidades de Conservação;
- ◆ SSMA: responsável pela FEPAM, e por um programa de saneamento rural denominado PROSAN;

- ▶ Secretaria de Obras Públicas, Habitação e Saneamento: responsável pela CORSAN e pela gestão do Sistema Estadual de Recursos Hídricos, através do Departamento de Recursos Hídricos;
- ▶ Secretaria de Coordenação e Planejamento (SCP): coordena o Programa Pró-Guaíba;
- ▶ Batalhão Ambiental da BM: responsável pelo policiamento ambiental, tem estrutura estadual recém estruturada e desempenha importante papel na vigilância ambiental;
- ▶ METROPLAN: Fundação vinculada à SCP, tem incidências na área ambiental, especialmente resíduos sólidos. *Bastante enfraquecida na estrutura atual;*
- ▶ DPV: Departamento de Produção Vegetal, vinculado à SAA;
- ▶ FEPAGRO: Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária, vinculado à SAA;
- ▶ EMATER: Vinculada à SAA, tem muita importância na política agrícola;
- ▶ CRM: ligada à questão carbonífera e termoelétricas;
- ▶ DAER: Ligado à Secretaria dos Transportes, projeta estradas e desenvolve vários programas de reflorestamento no estado;
- ▶ CEEE: desenvolve vários programas de reflorestamento no estado.

PROPOSTAS:

- Criação de Fórum Interno ao Governo responsável pela articulação das políticas de meio ambiente e saneamento, com enfoque sustentabilista;
- Criação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, responsável pelo planejamento e gestão ambiental do estado, compreendendo as tarefas de controle e licenciamento ambiental, gestão das unidades de conservação e gestão da política estadual de recursos hídricos.
- Criação de um Sistema Estadual de Saneamento Ambiental, articulando governo do estado, prefeituras, e entidades da área, bem como representações da sociedade civil para trabalhar na elaboração, execução e fiscalização do Plano Estadual de Saneamento Ambiental, a ser definido através das conferências regionais e Estadual de saneamento Ambiental;
- Retomar o debate e constituir o Código Estadual de Meio Ambiente, consolidando uma legislação para o setor. Existe um ante-projeto de Código parado a anos na Assembléia, que pode ser o orientador desse debate, mas precisa ser aprimorado;
- Garantir a implementação da Lei 10350, Lei Estadual dos Recursos Hídricos, com a instalação e implementação das Agências de Bacias Hidrográficas;
- Implantação de programa de municipalização da Gestão Ambiental tendo como eixo principal o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente. A municipalização do licenciamento ambiental está prevista pela Resolução 237/97, do Conselho Nacional de Meio Ambiente, e é um elemento importante de rearticulação do arranjo ambiental, mas necessita de um processo de qualificação dos municípios para assumirem tal prerrogativa. A arrecadação viabilizada pelas taxas de licenciamento pode ser um elemento viabilizador de estruturas ambientais municipais.
- Realização da Conferência Estadual de Meio Ambiente, tendo como prioridade a discussão sobre a reorganização da gestão ambiental do estado;

3.3.1.3 Controle Ambiental: Qualidade Ambiental É Qualidade De Vida

Segundo dados do Governo do Estado, o RS possui 48.000 indústrias, das quais 9500 apresentam potencial poluidor hídrico (principalmente agro-indústria, metal-mecânica e beneficiamento de pedras) e 19800 produzem resíduos sólidos, sendo a maior parte delas situadas na RMPA. Segundo levantamento da própria FEPAM, 50 % dos resíduos sólidos industriais produzidos no Estado tem destinação inadequada e desconhecida. Além disso, o crescimento das cidades médias tem trazido problemas ambientais com efeitos diretos sobre a saúde da população, como o barulho, a poluição causada pelos veículos e outros, que atingem de forma diferenciada os grupos sociais mais vulneráveis, como as crianças, os velhos, as mulheres e os pobres.

MONITORAMENTO :

- * Desenvolver um programa de Monitoramento Ambiental envolvendo Estado, Municípios, Universidades, ONGs, através de convênios e participação solidárias com a sociedade civil, com destaque especial para a RMPA e demais pólos industriais do estado;

- * Manter e qualificar os programas já existentes;
- * Estabelecer uma rede de informações para alimentar um banco de dados disponível a toda comunidade;
- * O monitoramento deve avaliar inclusive os efeitos das políticas executadas ou induzidas pelo Estado.

FISCALIZAÇÃO e POLICIAMENTO AMBIENTAL :

- * Fortalecer a atuação dos municípios através de convênios e desenvolvimento de programas de apoio com o fornecimento de suporte técnico e equipamentos , treinamento;
- * Fortalecimento da Polícia Ambiental como instrumento efetivo de vigilância e controle sobre delitos ambientais em todo o estado, através da criação de esquadrões no interior e atuação integrada com os órgãos ambientais do estado e dos municípios;

GERENCIAMENTO COSTEIRO :

- * Promover a articulação entre os diversos estados litorâneos , participando das diretrizes para a elaboração de um plano de ação a nível nacional para a região costeira, com representantes da sociedade tais como ONGs , Comunidades Científicas etc.
- * Controle efetivo da pesca predatória.

3.1.1.4 Preservar As Riquezas Naturais E Incentivar O Eco-Turismo

O RS possui um impressionante conjunto de formações naturais com características muito peculiares e uma diversidade significativa. Parte considerável desse patrimônio natural foi devastado para viabilizar a ocupação humana e as atividades econômicas. Temos ainda um conjunto de áreas significativas, representativas dessas formações, que precisam ser preservadas. As Unidades de Conservação do Estado são: Parques Estaduais de Espigão Alto, de Nonoai, de Rondinha, e do Turvo; as reservas Biológicas da Serra Geral e de Ibirapuitã, a Estação Ecológica Estadual Aratinga, a Área de Preservação Ambiental Rota do Sol e o Horto Florestal do Litoral Norte, administrados pelo DRNR, o Parque Estadual do Delta do Jacuí e o Jardim Botânico, administrados pela FZB, a Reserva Biológica de Ibicuí-Mirim, pela CORSAN, e a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, administrada pela FEPAM. Além disso, temos as áreas sob administração federal, como a Lagoa do Peixe, o Banhado do Taim, e o Parque Nacional dos Aparados da Serra.

A maior parte dessas áreas constituem "reservas no papel", estando gravadas como tal, mas sem estruturas efetivas de gestão e controle, com pendências em relação à posse das áreas, e principalmente não articuladas num Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Há inclusive divergências entre os órgãos do governo sobre o número de áreas de conservação existentes.

PROPOSTAS:

- **Articulação efetiva do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, a implementação real das áreas gravadas como de preservação e a criação de novas áreas, em regiões que ainda não as tem.**
- **Criação de APAS (áreas de proteção ambiental), que por permanecerem particulares, permitindo manejo controlado, não envolvem custos para o Estado e possibilitam envolvimento comunitário através de Manejo Participativo, tendo possibilidade de desenvolvimento de projetos eco-turísticos. Outras propostas são:**
- **Incentivo à criação de RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural);**
- **Aprimorar a Lei que institui o ICMS Ecológico, que estabelece critérios diferenciados para os municípios com áreas de preservação ambiental. Trata-se não somente de compensação, mas de incentivo à preservação e estímulo a atividades com retorno econômico, como o Eco-Turismo;**
- **Realização de Programas de recuperação das matas ciliares.**

3.3.1.5 Saneamento Ambiental: Universalizar Os Serviços Gerando Emprego E Renda

Os serviços de saneamento têm um caráter social muito importante, pois relacionam-se diretamente com as questões de saúde pública, sobretudo na prevenção de doenças, principalmente aquelas de veiculação hídrica. Desta forma sua extensão social pode ser relacionada diretamente aos

índices de mortalidade infantil. No Brasil este indicador chega a 61 óbitos/1000 nascimentos. Nos países ricos este índice dificilmente ultrapassa a 10/1000. Estes números explicitam as carências estruturais do setor de Saneamento Básico existentes no Brasil. A OMS estima que para cada 4 dólares aplicados em saneamento básico, economiza-se 10 dólares em saúde.

Recentemente, dentro de uma nova concepção ambiental desenvolvida a partir de um novo estágio de discussão da Sociedade e melhor compreensão da necessidade de integração das atividades para a sua otimização, passa-se a utilizar o conceito de "Saneamento Ambiental".

A política de saneamento ambiental deve ser prioritária e integrar os órgãos estaduais, prefeituras e serviços autônomos, a fim de melhorar o atendimento, buscando a universalização dos serviços. A incidência do Poder Concedente, através dos Conselhos Municipais de Saneamento, sobre a CORSAN, deve ser ampliada e tomada transparente. A autonomia municipal sobre a operação dos serviços, garantida pela Constituição, deve ser garantida e qualificada. A iminência de entrega da CORSAN ao setor privado é um sério risco para a sociedade gaúcha. É necessário resgatar a valorização e profissionalização dos servidores do setor, atingidos pela política de esvaziamento dos recursos humanos e falta de política salarial consistente.

3.3.1.5.a) Recursos Hídricos: Uso Eficiente E Racional

A água é um recurso natural limitado e, por isso, de grande valor econômico. Essa valorização dos recursos hídricos vem despertando o interesse por parte de grupos privados no sentido de explorá-los de maneira intensiva, ou seja, dentro da ótica capitalista de produção.

Nosso Estado possui relativa abundância de recursos hídricos, porém a falta de uma política de desenvolvimento planejado gerou problemas localizados em algumas regiões, como conflitos pelo uso da água e deterioração dos mananciais, repercutindo inclusive nas águas subterrâneas.

Grande parte dos dispositivos legais existentes no RS e já aprovados no Legislativo Estadual aguardam por regulamentação, como é o caso da cobrança e outorga de uso dos recursos hídricos, determinado pela Lei 10350. Também a implantação das Agências de Bacias, responsáveis pela implantação destes dispositivos, ainda não foram regulamentadas pelo Governo do Estado. Os Comitês de Bacia, por sua vez, encontram-se em processo de instalação. Porém, alguns destes Comitês que já estão instalados têm operado de forma precária e pouco eficiente.

PROPOSTAS:

- Reestruturação do Conselho de Recursos Hídricos;
- Criação das três Agências de bacias hidrográficas, iniciando pela do Guaíba;
- Implementação de todos os Comitês de Bacia previstos, com incentivo e apoio técnico e estrutural aos existentes, garantindo a participação da população;
- Regulamentação total da Lei 10350 - Lei das Águas;
- Continuidade do processo de enquadramento dos corpos d'água;

Execução dos Planos de Bacia Hidrográfica e do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

3.3.1.5.b) Água Tratada Para Todos: Condição Básica Para A Saúde

Apesar do alto percentual de população no RS servida por água potável através de rede pública, os pequenos municípios, considerados inviáveis economicamente são os mais atingidos pela falta de uma política e critérios mais claros para o setor. Das 467 municípios, mais de 100 encontram-se em situação precária de abastecimento de água, representando um valor relevante, tendo em vista a relação disso com a saúde pública.

A arrecadação atual da Corsan é superior a 400 milhões/ ano. Conseqüentemente, a racionalização e implementação de uma política competente tende a viabilizar a ampliação do sistema, visando a universalização dos serviços às populações mais carentes, bem como investir em outros setores, tais como esgoto e drenagem urbana.

PROPOSTAS:

- Reestruturação tarifária, visando a justiça social e a proporcionalidade do consumo;
- Revisão cadastral do usuários ;

- Estabelecer convênios com os sistemas municipais de saneamento autônomos, com o objetivo de desenvolver novas tecnologias e intercambiar experiências;
- Implantação de programas integrados de redução e controle de perdas, a partir da macro e micro medição;
- Pesquisar e implantar tecnologias alternativas e de baixo custo;

3.3.1.5.c) Esgotamento Sanitário: Prevenção Da Saúde E Geração De Empregos

Os investimentos em esgotamento sanitário são o grande desafio da Frente Popular, com prioridade para tecnologias alternativas e com geração de empregos locais, atendendo a área urbana e também a área rural.

Devido ao alto custo de investimentos, este setor tem uma grande carência que deve ser suprida através de ações em conjunto com os agentes locais, buscando soluções regionalizadas.

A acelerada urbanização e concentração industrial da Região Metropolitana de Porto Alegre e determinados polos regionais tem causado uma gradual deterioração das condições ambientais, repercutindo na qualidade de vida de suas populações, tomando urgente maciços investimentos na implementação de sistemas de tratamento de esgotos.

PROPOSTAS:

- Estabelecimento de tarifas de esgoto progressivas em função da qualidade e quantidade dos resíduos gerados, para usuários industriais, comerciais e públicos;
- Estabelecimento de um compromisso prévio com a população alvo de sistemas a serem implementados, no que se refere às ligações;
- Execução de estudos para áreas não atendidas, buscando a integração dos projetos a estes princípios;
- Busca de financiamento e recursos para investimentos no setor, priorizando os convênios e programas existentes como o Pró-Guaíba e Pimes;
- Planejamento, implantação e operação em caráter supra-municipal.

3.3.1.5.d) Resíduos Sólidos: Reduzir, Reusar E Reciclar

De acordo com dados estatísticos a coleta de resíduos urbanos no Brasil alcança apenas 50% do total produzido. Pesquisa recente indica que a principal preocupação ambiental dos gaúchos é o lixo. O crescimento da produção de lixo, determinado pela alteração dos padrões de consumo da população é muitas vezes superior ao crescimento populacional, estando muito acima da capacidade de processamento. Mais de 70 % dos municípios gaúchos dispõe o lixo a céu aberto, sem nenhum tipo de manejo.

Dentre os métodos existentes para disposição final de resíduos sólidos urbanos, a reciclagem, compostagem e disposição em aterro sanitário são métodos comuns e com tecnologia bem conhecida. Porém a implementação de aterros sanitários requer investimentos relativamente elevados, disposição de áreas adequadas e amplas, e necessidade de mão de obra qualificada para seu manejo e fiscalização.

A coleta seletiva, praticada em vários municípios administrados pela Frente Popular, articula a reciclagem dos materiais com a possibilidade efetiva de geração de renda, e deve ser incentivada pelo governo do estado.

PROPOSTAS:

- Viabilizar o desenvolvimento, com as Prefeituras, de Planos Diretores de Resíduos Sólidos, incentivando o consórcios entre as mesmas, visando à elaboração de soluções técnicas para a limpeza, coleta e destinação final;
- Criação de uma estrutura de apoio técnico e institucional a fim de apoiar as prefeituras municipais para solucionar problemas relacionados a coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos;
- Criação, através do Fundopimes, de linhas de crédito para projetos de limpeza urbana para os municípios, dentro do conceito de saneamento integrado, priorizando soluções coletivas;
- Responsabilização dos geradores diretos e indiretos pela coleta, tratamento e destino final dos resíduos, com desenvolvimento de legislação que determine o retorno das embalagens para as indústrias produtoras

- Incentivar a instalação de indústrias recicladoras, aumentando o mercado para os materiais oriundos da coleta seletiva;
- Estruturação de política de gestão e fiscalização sobre os resíduos industriais e tóxicos em geral, bem como de resíduos de serviços de saúde;
- Incentivar a criação de Bolsas de Resíduos, que possibilitem negócios em torno da venda de materiais recicláveis;

3.3.1.5.e) Drenagem Urbana E Macrodrenagem: Ênfase Na Prevenção

Os episódios críticos verificados na época de chuvas em vários municípios do RS e os custos daí advindos reforçam a necessidade de pensar integralmente soluções para o problema dos alagamentos e inundações.

PROPOSTA:

- Dentro do planejamento integrado regional, o Estado deve, em conjunto com os municípios planejar e executar a macro-drenagem, gestionando que o Governo Federal reassuma tal responsabilidade ou repasse recursos adequados para que os municípios o façam;

3.3.1.5.f) Saneamento Rural

- Dotar o Estado de um plano exequível de saneamento rural;
- Implementar programas de atendimento às comunidades rurais, no sentido de monitorar a qualidade da água consumida por essas comunidades, assim como prestar assistência técnica e operacional na abertura de poços para o abastecimento humano, etc.

3.3.1.5.g) Financiamento Do Setor: Auto-Sustentabilidade

Dentro do modelo de gestão institucionalizada, deve passar pela captação de recursos externos, melhoria das administrações públicas, racionalizando-as. A taxação deve estar orientada pelas premissas de justiça social e auto-sustentabilidade do setor.

3.3.1.6 Interfaces Setoriais:

DIRETRIZES BÁSICAS: Planejamento Participativo, matricial e estratégico:

- As ações ambientais deverão ter estrutura matricial, com participação de pessoas e variáveis ligadas às áreas ambientais no planejamento e execução de todas áreas do governo encarregadas da promoção do desenvolvimento social e econômico.
- O governo deverá oferecer apoio técnico para as estruturas de planejamento participativo, assim como buscar a participação de universidades e órgãos ligados às diversas áreas de conhecimento, garantindo a qualidade do planejamento e utilização de eficiência organizacional e tecnologia adequadas para a obtenção dos melhores resultados possíveis.
- Disponibilidade de informações: melhorar ao máximo o acesso a informações ambientais e de tecnologias limpas por toda a população, incluindo:
 - Montagem de bancos de dados com livre acesso;
 - Disponibilização de informações pela internet ou consulta local;
 - Proporcionar informações atualizadas e qualificadas, através de linguagem fácil, por órgãos de extensão (EMATER, escolas, universidades, etc.).

PONTOS DE INTERFACE

- Apoio ao desenvolvimento da Agricultura e Agro-indústria ecológicas: destacando espaços de comercialização, assistência técnica e geração de tecnologia;
- Energia: busca de fontes renováveis e programas de racionalização do uso. Destaques iniciais: lenha, hídrica, eólica e solar; avaliação rigorosa das vantagens e desvantagens do uso do carvão;
- Reforma urbana/habitação: cinturões verdes nas áreas urbanas e acesso à moradia através de cooperativas habitacionais planejadas com critérios ecológicos de construção e ocupação do solo;
- Transporte: priorização e qualificação do transporte coletivo, incentivo ao transporte ferroviário e hidroviário, estratégias de aproximação do local de trabalho e moradia, viabilizando deslocamentos a pé e de bicicleta;

- **Ecoturismo:** desenvolvimento do ecoturismo, valorizando a natureza e as culturas locais;
- **Mineração:** avaliação precisa dos impactos e necessidades das atividades, empenho para aproveitar ao máximo os benefícios sociais e econômicos dos materiais retirados, evitando a exportação de minerais brutos ou semi-processados;
- **Pesca:** controles de população de espécies e monitoramento dos ecossistemas; processo de fiscalização rigoroso, integrado com os pescadores (interessados na manutenção da população, mas que não podem deixar de pescar em períodos ou com malhas diferentes individualmente, sob pena de morrer de fome);
- **Política Científica e Tecnológica:** facilitar o acesso da população à ciência e tecnologia, com priorização de tecnologias limpas. Com destaque para o setor agrícola, onde é mínima a disponibilidade de pesquisas em agricultura ecológica e fartas em tecnologias ligadas aos insumos químicos;
- **Política Indígena:** Gestão junto aos órgãos competentes para a demarcação dos territórios indígenas no RS, e incentivo à preservação da identidade cultural desses povos, bem como assistência de saúde e apoio na busca de alternativas adequadas de geração de renda, especialmente na agricultura.



Programa para
o Desenvolvimento
do Complexo
Coutureu- Calcedista.

OLÍMPO 

PROGRAMA PARA O DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO COUREIRO-CALÇADISTA

A omissão do Governo Britto no desenvolvimento do complexo coureiro-calçadista

- O Rio Grande do Sul registrou o pior desempenho industrial dos estados brasileiros em junho de 1998, com uma queda de 4,7%, segundo dados do IBGE. A indústria gaúcha fechou o primeiro semestre com um resultado negativo de -4,1%. O desempenho desfavorável do primeiro semestre de 1998 se deve à queda de nada menos que 13 ramos industriais, onde se destaca como principal retração o gênero industrial "vestuário e calçados", registrando queda de 22% no período;
- segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), a indústria de transformação do Rio Grande do Sul registrou uma queda de 0,44% nos três anos do governo Britto. A economia do Rio Grande cresceu a metade da economia nacional;
- o Brasil registrou queda nas exportações de calçados entre 1993 e 1997 de 27,8%, com redução na venda de 56 milhões de peças e uma perda de faturamento estimada em R\$ 242 milhões;
- o principal item da pauta de exportações gaúchas "Outros calçados de couro natural" teve queda, somente em 1997, de 4,8% em relação a 1996;
- também os dados da FEE mostram que o gênero industrial "vestuário e calçados" tem resultados negativos: em 1997 houve uma retração de 4,3% em comparação a 1996;
- segundo a Federação dos Sapateiros do Rio Grande do Sul, entre 1994 e 1997 fecharam e/ou faliram 242 empresas do setor de calçados e componentes;
- segundo o Ministério do Trabalho, entre 1995 e 1997, foram demitidos 126.773 trabalhadores sem justa causa no setor de calçados no Rio Grande do Sul;
- a política dos governos FHC e Britto combina sobrevalorização cambial, juros elevados, arrocho salarial e abertura comercial indiscriminada, com prejuízo ao complexo coureiro-calçadista. Em 1994, o Brasil teve superávit comercial de US\$ 10,4 bilhões. Hoje, importamos muito mais do que exportamos, obtendo um déficit comercial de US\$ 8,4 bilhões, em 1997;
- a participação do Rio Grande do Sul no recebimento de recursos do BNDES para o Programa Couro-Calçados caiu de 65%, em 1995, para menos de 35% em 1997. Até junho de 1998, o Rio Grande recebeu apenas 20% do total.

PROPOSTA

INICIATIVAS INTEGRADAS DO GOVERNO FEDERAL E GOVERNO DO ESTADO DE INCENTIVO ÀS EXPORTAÇÕES E AO MERCADO INTERNO

O setor coureiro-calçadista se ressentiu da falta de um aliado no Palácio Piratini. O poder político do governo do Estado não tem sido usado na defesa de nosso parque produtivo. Essa situação vai mudar. O Programa Lula/Brizola defende a indústria nacional e apoia as iniciativas aqui propostas para o setor. O governo Olívio/Rossetto exercerá seu poder político a fim de implementar as ações necessárias ao desenvolvimento do complexo coureiro-calçadista, não aceitando passivamente as ações do governo federal que prejudiquem o setor produtivo gaúcho.

Ampliação do Programa de Apoio às Exportações, facilitando o acesso de pequenas e médias empresas;

seguro de Crédito às exportações;

financiamento pré-embarque;

política compensatória às barreiras

tarifárias internacionais que hoje restringem a entrada no mercado externo de insumos e produtos mais elaborados produzidos no Rio Grande do Sul;

políticas de desenvolvimento do mercado interno;

apoio técnico e financeiro às iniciativas articuladas pelo governo Olívio.

INICIATIVAS DO GOVERNO OLÍVIO

CRÉDITO

Crédito público através das instituições do Sistema Financeiro Público Estadual para gerir política creditícia estadual e federal. Isto significa que o governo Olívio não aceitará o desmonte do Sistema Financeiro Público Estadual (privatização do Banrisul, fechamento da Caixa Estadual e extinção do BRDE), em operação e prometido pelo governo Britto no acordo de renegociação da dívida pública;

acesso a R\$ 1 bilhão do Fundo Estadual de Geração de Emprego e Renda para pequenas empresas do complexo, através de juros subsidiados, compensando-se as variações internacionais e com o mínimo de burocracia;

implantação da Instituição Comunitária de Crédito - Banco do Povo, para atender micro e pequenos empreendimentos do Vale dos Sinos.

Meio Ambiente e Saneamento.



Desenvolvimento Ecologicamente
Sustentável e Socialmente Justo.

OLÍMPIO



UM PROJETO ECOLÓGICAMENTE SUSTENTÁVEL PARA O RIO GRANDE DO SUL: COMPROMISSO COM O FUTURO

O neoliberalismo tem agravado o desemprego e a miséria. Milhares de pessoas estão condenadas a uma vida de necessidades no campo ou na periferia das cidades, ocupando áreas inadequadas à habitação, como encostas de morros e áreas alagadiças. Não têm acesso à infra-estrutura urbana mínima e estão excluídas do mercado do trabalho. O mundo inteiro está abandonando este modelo, em virtude das repercussões extremamente negativas que gera na sociedade como um todo, seja nos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Ao contrário do que está acontecendo no mundo, o governo Britto tenta vender uma imagem no Rio Grande de que o neoliberalismo é o novo, é o vencedor. O governo Britto desfaz-se do patrimônio público e abre mão do papel regulador do Estado, sem levar em consideração um planejamento ambiental macro e os impactos indiretos dos grandes empreendimentos, como aumento populacional nas regiões próximas e ocupação desordenada em áreas de risco, aumentando os cinturões de pobreza hoje existentes. É um governo que opta por dar privilégios a megaempreendimentos, assumindo os custos de sua instalação através de empréstimos a juros generosos e isenções fiscais. Além disso, assume a responsabilidade pela infra-estrutura externa, e pelo tratamento e destinação de resíduos produzidos por esses empreendimentos. Não leva em consideração os custos sociais, econômicos e ambientais daí decorrentes, nem a necessidade de se desenvolver uma política industrial baseada no fortalecimento da economia regional, mantendo e qualificando o parque industrial existente e incentivando a instalação de novas indústrias pequenas e médias, ambientalmente menos impactantes e economicamente mais eficientes. O modelo de Britto é claramente insustentável.

A Frente Popular propõe um outro modelo para o Estado: o de um desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente justo, que permita satisfazer às necessidades básicas do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades. Esse modelo está baseado numa nova relação com o patrimônio ambiental, numa agenda de inclusão social com redistribuição da riqueza, e na participação efetiva da população nos processos de tomada de decisão. Do ponto de vista produtivo, isso compreende a

produção agro-ecológica, a produção limpa na indústria e a alteração dos padrões de consumo, bem como o acesso de largas camadas da população hoje excluídas desse universo, a um consumo mais racional e com menos desperdício.

A agricultura familiar de baixo impacto e a produção agro-ecológica demandam insumos em geral de geração local, com efeitos bem mais significativos na geração de renda do que a agricultura baseada em agrotóxicos e adubos químicos fornecidos pelas multinacionais. O conhecimento e tecnologias são gerados a nível regional, com participação ativa do agricultor, considerando as características de cada ambiente, valorizando e elevando o conhecimento dos trabalhadores. É necessário articular a produção agrícola com a preservação, aproveitando melhor as áreas cultivadas e integrando-as a áreas naturais dedicadas à preservação, eco-turismo ou extrativismo sustentável, além da preservação do patrimônio genético, de valor econômico crescente.

A política industrial deve promover a produção limpa e o incentivo à indústria regional. Isso requer investimentos em ciência e tecnologia e incentivos à mudança do padrão produtivo, principalmente dirigido aos pequenos e médios industriais, já que as restrições internacionais de mercado têm obrigado as grandes empresas a modificações que padronizem o custo ambiental da produção. Isso compreende não só o tratamento adequado dos resíduos gerados, mas principalmente modificações de processo que economizem matérias-primas, reorganizem o ciclo da produção, minimizem a geração de poluentes e garantam a saúde e segurança dos trabalhadores. O Rio Grande do Sul tem potencial para se transformar num pólo de produção limpa, resgatando as preocupações ambientais da sociedade e gerando maior competitividade externa e interna, já que pesquisas recentes apontam um grande crescimento da seletividade dos consumidores em relação aos chamados produtos ecológicos ou ambientalmente corretos.

Um governo disposto a construir um novo padrão de desenvolvimento deve assegurar condições adequadas de vida para toda a população. O programa da Frente Popular assume o compromisso efetivo com o atendimento das necessidades básicas da população, onde se destacam

☹ o governo Britto se omite e os gaúchos sofrem, ano após ano, com as sucessivas enchentes, principalmente na Fronteira-Oeste e Zona Sul do Estado;

☹ a "Agenda 21" do governo Britto é uma peça de ficção: trata-se somente de um relatório ambiental (superficial) do estado. Não existe nenhum movimento concreto do atual governo em relação ao tema;

☹ a Conferência Estadual de Meio Ambiente, prevista em lei, nunca foi convocada em seu governo;

☹ 50% dos resíduos sólidos industriais produzidos no Estado têm destinação inadequada e/ou desconhecida;

☹ até hoje, mais de 100 municípios do Rio Grande encontram-se em situação precária de abastecimento de água;

☹ mais de 70% dos municípios gaúchos dispõem o lixo a céu aberto, sem nenhum tipo de manejo.

PROPOSTAS DO GOVERNO OLÍVIO

O RIO GRANDE PRECISA DE UMA POLÍTICA AMBIENTAL DE VERDADE

ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Criação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, responsável pelo planejamento e gestão ambiental do Estado, compreendendo as tarefas de controle e licenciamento ambiental, gestão das unidades de conservação e gestão da política estadual de recursos hídricos;

realização da Conferência Estadual de Meio Ambiente, tendo como prioridade a discussão sobre a reorganização da gestão ambiental do Estado;

criação de um Sistema Estadual de Saneamento Ambiental, articulando governo do Estado, prefeituras, entidades da área, e representações da sociedade civil para trabalhar na elaboração, execução e fiscalização do Plano Estadual de Saneamento Ambiental, a ser definido através das Conferências Regionais e Estadual de Saneamento Ambiental;

Estadual de Meio Ambiente, consolidando uma legislação para o setor;

garantir a implementação da Lei 10350, Lei Estadual dos Recursos Hídricos, com a instalação e implementação das Agências de Bacias Hidrográficas;

implantação de programa de Municipalização da Gestão Ambiental tendo como eixo principal o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente. A municipalização do licenciamento ambiental está prevista pela Resolução 237/97, do Conselho Nacional de Meio Ambiente. É um elemento importante de rearticulação do arranjo ambiental, mas necessita de um processo de qualificação dos municípios para que assumam tal prerrogativa. A arrecadação viabilizada pelas taxas de licenciamento será um elemento viabilizador de estruturas ambientais municipais;

criação do Fórum Interno ao Governo, responsável pela articulação das políticas de meio ambiente e saneamento.

CONTROLE AMBIENTAL: QUALIDADE AMBIENTAL É QUALIDADE DE VIDA

MONITORAMENTO:

Desenvolver um Programa de Monitoramento Ambiental envolvendo Estado, municípios, universidades e organizações não-governamentais, através de convênios com a sociedade civil, com destaque especial para a Região Metropolitana de Porto Alegre e demais pólos industriais do Estado;

estabelecer uma rede de informações para alimentar um banco de dados disponível para toda comunidade;

o monitoramento deve avaliar, inclusive, os efeitos das políticas executadas ou induzidas pelo Estado.

LICENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO E POLICIAMENTO AMBIENTAL:

Fortalecer a estrutura técnica e transparência nos processos de licenciamento de grandes empreendimentos, prevendo a participação popular na liberação da instalação de estruturas econômicas impactantes ao meio ambiente;

o licenciamento de empreendimentos de grande impacto será feito com base no relatório

PRESERVAR AS RIQUEZAS NATURAIS E INCENTIVAR O ECO TURISMO

Articulação efetiva do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, a implementação real das áreas gravadas como de preservação e a criação de novas áreas, em regiões que ainda não as têm;

criação do projeto "Rota Eco-turística do RS", articulando investimentos públicos e privados, tendo como pilotos a região dos lagos da Zona Sul, o litoral do Estado, região de fronteira e a Serra Gaúcha;

aprimorar a Lei que institui o ICMS Ecológico, estabelecendo critérios diferenciados para os municípios com áreas de preservação ambiental. Trata-se não somente de compensação, mas de incentivo à preservação e estímulo a atividades com retorno econômico, como o Eco-Turismo;

criação de Áreas de Proteção Ambiental (APAS) que, por permanecerem particulares, permitindo manejo controlado, não envolvem custos para o Estado e possibilitam envolvimento comunitário através de Manejo Participativo,

incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural;

realização de Programas de Recuperação das formações nativas de margens de corpos hídricos.

SANEAMENTO AMBIENTAL

Ao contrário do que quer o governo Britto, o governo Olívio não privatizará a CORSAN. A CORSAN será mantida como empresa pública e a serviço dos gaúchos, pois a água é um bem público e direitos de todos os cidadãos.

RECURSOS HÍDRICOS:

USO EFICIENTE E RACIONAL

Reestruturação do Conselho de Recursos Hídricos;

criação das três Agências de bacias hidrográficas, iniciando pela do Guaíba;

implementação de todos os Comitês de Bacia previstos, com incentivo e apoio técnico e estrutural aos existentes, garantindo a participação

da população;

regulamentação total da Lei 10350 - Lei das Águas;

continuidade do processo de enquadramento dos corpos d'água;

execução dos Planos de Bacia Hidrográfica e do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

ÁGUA TRATADA PARA TODOS: CONDIÇÃO BÁSICA PARA A SAÚDE

O governo da Frente Popular realizará a inversão de prioridades, dando acesso à água tratada aos gaúchos, como já faz em Porto Alegre, onde investirá três vezes mais por habitante do que o governo de Britto em 1998.

Comparativo de Investimentos por Habitante - 1997 e 1998

	1997	1998
☐ Prefeitura POA (DMAE)	20,38	39,79
☐ Governo RS (CORSAN)	7,98	12,8

Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre - Orçamento 98
Governo do Estado - Balanço CORSAN - Jornal do Comercio 27/05/98

PROPOSTAS

Reestruturação tarifária, visando a justiça social e a proporcionalidade do consumo;

revisão cadastral dos usuários;

estabelecer convênios com os sistemas municipais de saneamento autônomos, com o objetivo de desenvolver novas tecnologias e intercâmbio de experiências;

implantação de programas integrados de redução e controle de perdas, a partir da macro e micro medição;

pesquisar e implantar tecnologias alternativas e de baixo custo.

ESGOTO SANITÁRIO: PREVENÇÃO DA SAÚDE E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Vamos ampliar o número de gaúchos atendidos pela rede de esgoto, como acontece em Porto Alegre, onde 82% da população é atendida pela prefeitura. No Rio Grande, apenas 26% da população urbana é atendida por este serviço. Portanto, o Governo Olívio Dutra irá:

L 5 5 X /
Y M M e n o s
F P o c a r e n o
c a l u c c c c c c o .
X O 2 4
✓ 1 3 4 L

O L Í N O ✓

Metas do Governo Olívio e Rossetto para a Educação

O programa de governo de Olívio, Rossetto e Bisol tem compromisso com a universalização do ensino fundamental. Tem compromisso com a eliminação da repetência, com a redução da evasão escolar e com a efetiva aprendizagem para todos. Tem compromisso com a formação e valorização profissional dos trabalhadores em educação. Tem compromisso com a democratização da educação, através da gestão participativa, do acesso à escola e do acesso ao conhecimento. Trata-se de concretizar um ensino de qualidade, vinculado à realidade e articulado com o projeto de desenvolvimento do Estado.

A omissão do governo Britto é responsável por:

* 91.864 mil crianças e jovens na faixa de 7 a 14 anos fora da escola no Rio Grande do Sul, segundo a última contagem do IBGE;

* 9,30 % de gaúchos com 10 ou mais anos de idade analfabetos (dados do IBGE);

* 523 mil crianças e jovens que trabalham em atividades insalubres, perigosas ou noturnas no Rio Grande do Sul;

* diminuição da participação do Estado no ensino fundamental: entre 1996 e 1997, o governo Britto reduziu 7.591 matrículas no ensino fundamental;

* diminuição de 252 escolas estaduais, fechadas ou municipalizadas até março de 1998;

* redução de mais de 7 mil professores em atividade na rede estadual de ensino;

* serviços na área social são municipalizados, enquanto serviços lucrativos são privatizados.

DESCASO

Britto e FHC alardeiam campanhas como "Toda Criança na Escola", que são na verdade a confissão da sua omissão na Educação, pois transferem a responsabilidade para os municípios, sem que estes tenham sido consultados e sem o repasse proporcional de recursos. A consequência é a desqualificação do ensino e a exclusão da população mais pobre. O mais grave é a falta de professores, a falta de uma política de atualização, de condições de trabalho e o desrespeito expresso nos salários indignos, que levam a uma desprofissionalização dos educadores.

DESINVESTIMENTO

O governo Britto segue a mesma política de FHC. O Rio Grande tem sido exemplo da generosidade oficial para com as grandes empresas e de descaso com a área social. O desinvestimento crescente do governo Britto pode ser constatado pelos percentuais gastos pela Secretaria da Educação em relação ao total do Estado. De 17,3% em 1990, o percentual com a Educação foi caindo, ano a ano, até 10,8% em 1996 e 8,9% em 1997.

A omissão do governo Britto se traduz, também, na redução das matrículas. Somente na rede estadual localizada em Porto Alegre houve redução de 3.583 matrículas no ensino fundamental entre 1996 e 1997; na rede da Prefeitura de Porto Alegre houve um aumento de 3.453 novas matrículas nesse período; desde o início da Administração Popular até hoje houve um crescimento de 17.821 novas matrículas, correspondendo a 89% de acréscimo.

PROPOSTAS DO GOVERNO OLÍVIO

A política educacional do Governo Popular é desenvolver na rede pública estadual o projeto **Escola Cidadã - Aprendizagem para Todos**, com a radicalização da democracia, através da participação dos seus usuários na formulação, gestão e fiscalização das políticas públicas para o setor. Assim será garantido que a escola estadual seja realmente pública.

Para o Governo Popular democratizar é construir um projeto de educação, transformador e libertador, onde a escola seja um laboratório de prática, de exercício e de conquista de direitos, de formação de sujeitos históricos autônomos, críticos e criativos; cidadãos plenos, identificados com os valores éticos, voltados à construção de um projeto social solidário.

Para o Governo Popular, cabe ao poder público garantir o ensino de qualidade para todos, assumindo a educação pública como um direito dos cidadãos e dever do Estado, eliminando a repetência e reduzindo a evasão a índices residuais.

Compreendemos a democratização da educação em três dimensões básicas: a democratização da gestão, do acesso à escola e a democratização do acesso ao conhecimento.

Educação Básica no Campo - O morador das áreas rurais tem especificidades que precisam ser reconhecidas. O Governo de Olívio Dutra propõe construir, junto com a comunidade rural, um projeto de escola que respeite a cultura de crianças, jovens e adultos que vivem no campo. A vivência do mundo do trabalho, o compromisso político e pedagógico com as causas do povo e o trabalho com o conhecimento construído pela população do campo, são alguns dos eixos a serem resgatados na discussão com o conjunto das comunidades rurais.

Movimento de Alfabetização - MOVA

O Governo Olívio Dutra reduzirá drasticamente o analfabetismo no Rio Grande através de um amplo movimento de alfabetização que dará os direitos plenos de cidadão aos que foram excluídos do direito à Educação. Será construída uma rede pública de alfabetização através da mobilização dos diferentes segmentos da sociedade civil organizada.

Infantil

A educação das crianças de 0 a 6 anos é um direito inscrito na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Desde que nasce, toda criança tem direito a espaços educativos que vão além dos cuidados higiênicos e alimentares, permitindo desenvolver suas inúmeras possibilidades de descobrir, conhecer, transformar e recriar o mundo. No entanto, apenas cerca de 20% das crianças nesta faixa etária têm acesso a algum tipo de atendimento. A situação tem se agravado com o descaso e omissão mostrados pelo governo Britto, que reduziu as vagas na pré-escola.

Ampliar o atendimento - É preciso realizar um censo que forneça os dados da realidade da educação infantil no Estado e buscar fontes alternativas de financiamento para ampliar e qualificar o atendimento à população infantil e viabilizar a absorção gradativa das crianças de 6 anos ao ensino fundamental na rede estadual, conforme previsto na LDB.

Ensino Médio

Formação integral - O governo da Frente Popular desenvolverá a universalização gradativa do ensino médio gratuito. Terá como eixo a formação integral, com proposta pedagógica para o ensino médio regular e supletivo que leve em consideração as necessidades do jovem e do aluno trabalhador. Desta forma, buscará eliminar a repetência e a evasão, garantindo a continuidade do aprendizado.

Ensino Técnico-Profissional - O Governo Popular vai desenvolver uma política de recuperação das escolas técnicas, reestruturando seus currículos, para garantir uma formação geral sólida e uma educação tecnológica como base para a formação profissional. Uma educação que possibilite atuar de forma ativa e transformadora no sistema produtivo.

A escola tem sido uma instituição que produz a exclusão social pelo alto grau de repetência e evasão. A tarefa e o compromisso do Governo Popular é garantir a aprendizagem para todos, eliminando a repetência e reduzindo a evasão para índices residuais.

Para isso é necessário transformar profundamente a instituição escola. Através da constituição de relações democráticas de poder no seu interior e nas suas relações com a comunidade estabeleceremos um amplo processo de participação com vistas a reorganização curricular.

Esta escola enraizada na realidade social deverá reorganizar seus espaços e tempos, adaptando-se às necessidades da comunidade, não como faz a escola tradicional.

São algumas das principais características da escola voltada para a formação de cidadãos plenos: a superação da organização curricular seriada por reconhecer que a estrutura é um dos obstaculizadores do processo de mudança das práticas escolares e, portanto da democratização; o tratamento do conhecimento a partir do enfoque interdisciplinar, superando a sua fragmentação e segmentação; o planejamento e ação coletiva do trabalho docente; a superação da avaliação classificatória e seletiva; o estabelecimento de avaliação participativa diagnóstica, investigativa e emancipatória; a consideração aos tempos e ritmos de aprendizagem dos educandos; o compromisso de garantir o acesso ao conhecimento para todos.

A concretização desta proposta de uma nova escola com ciclos de formação será discutida democraticamente na Constituinte Escolar e no Orçamento Participativo.

Valorização do Professor

O Governo Democrático Popular revogará a Lei n.º 11.125/98, que instituiu um novo Plano de Carreira do Magistério Público Estadual, que retira todas as conquistas sociais dos trabalhadores em educação, nivela o salário por baixo, possibilita o ingresso no magistério via contratação por hora/trabalho, cria o regime mínimo de 15 e 20 horas de trabalho, ficando a convocação para 40 horas atrelada ao contrato de hora/aula.

Com o novo Plano, o governo reduz a gratificação de difícil acesso e a gratificação pelo exercício de educação especial. As novas regras impostas pelo Plano de Carreira dificultam a especialização e a profissionalização do professor, com repercussão direta na queda da qualidade do ensino.

A categoria fica subordinada à vontade política dos governantes, que poderão demitir para diminuir o custo da folha de pagamento (Lei Camata), para garantir

Metas de Desenvolvimento Regional

SUL

OLÍMPIO 

METAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL

A omissão dos governos Fernando Henrique e Britto tem prejudicado várias regiões do Rio Grande do Sul, em especial as áreas ao sul do nosso Estado. Apenas um de cada quatro reais do Fundopem é destinado para investimentos fora da região metropolitana de Porto Alegre. Nos três primeiros anos do governo Fernando Henrique, excluindo-se o porto de Rio Grande, apenas R\$ 40 milhões foram investidos em toda a região. Mas, mais de R\$ 70 milhões foram retirados de seus municípios pelo Fundo de Estabilização Fiscal e pela Lei Kandir. O governo Britto não teve competência nem vontade para exigir um melhor tratamento de seu aliado Fernando Henrique para a região e não priorizou a região nas ações do Estado. Nada foi feito. O governo de Olívio, Rossetto e do senador Bisol irá efetivar as seguintes ações para o desenvolvimento de verdade do Sul do Rio Grande.

A responsabilidade da União

O governo de Olívio e Rossetto atuará junto à União no sentido de cobrar uma ação efetiva para o desenvolvimento desta região. Durante vários anos o modelo de desenvolvimento econômico apoiado e promovido pela União foi concentrado setorialmente e geograficamente, abandonando as regiões mais distantes e priorizando setores que não constituem a base produtiva do sul do Estado.

O governo de Olívio e Rossetto exercerá seu poder político para garantir programas federais de financiamento à Região Sul do Rio Grande com:

- mais recursos;
- investimentos mais duradouros;
- taxas de juros que não sejam afetadas pelas turbulências da economia internacional;
- condições efetivamente acessíveis ao micro, pequeno e médio empresário, com menores exigências de garantia e menos burocracia na sua concessão.

Nosso governo revisará a legislação referente às áreas de fronteira que, por questões de segurança, condiciona a instalação de empreendimentos a um prévio parecer do Conselho de Segurança Nacional. Assim, evitaremos que, em pleno processo de globalização e de instalação do Mercosul, a legislação represente mais um entrave à inserção da região na atividade econômica nacional e local.

A obrigação que tem o senador de defender os legítimos interesses do Rio Grande do Sul no cenário nacional, não vem sendo cumprida. Ao contrário do senador Simon que mostra-se conivente com o atual descaso do governo federal, José Paulo Bisol irá cumprir seu dever. Como senador, Bisol irá constituir e promover políticas federais para a dinamização da parte Sul do nosso Estado.

Mercosul

Se por um lado constatamos que na pauta de exportações do Estado para o Mercosul não há a participação dos segmentos produtivos das regiões da

parte Sul, por outro vemos que houve um aumento das importações de produtos que constituem a base produtiva de boa parte da região. Ou seja, as produções de arroz, bovinos de corte e cebola sofreram a concorrência dos importados do Mercosul. Como exemplo, destaca-se o período de 1994 para 1995, no qual houve crescimento das importações de arroz (597,5%) e cebola (245,5%) da Argentina, de bovinos para corte (820,9%) e arroz (189%) do Uruguai e de couro cromo (187,6%) do Paraguai.

Paralelamente, a abertura comercial e as diferenças cambiais representaram uma rápida e grave redução da atividade comercial no lado brasileiro da fronteira, atingindo sobremaneira municípios como Chui e Santa Vitória do Palmar.

Assim o Estado:

se posicionará firmemente junto à União a fim de concretizar medidas que compensem o ônus causado a esta região pela forma como foi implementada a política de integração;

estimulará a produção e a produtividade dos produtos da região, ampliando sua capacidade de competição, não só no mercado interno mas também no comércio internacional;

implantará as Áreas Urbanas de Cooperação Internacional, desenvolvendo uma ação articulada com as comunidades das regiões fronteiriças a fim de elaborar e implementar um Plano de Desenvolvimento dos municípios de fronteira, disponibilizando assistência técnica e financiamento, prioritariamente as atividades que mantenham e gerem empregos.

Combate à Miséria

Considerando o atual estado de precarização de muitos agricultores da região, é fundamental garantir a sua sobrevivência. Para isso, beneficiaremos 80 mil famílias com Crédito de Investimento para recuperação e fortalecimento da agricultura familiar da região.

projeto "Pico de Safra", com canais de comercialização direta nas cidades-pólo da região e do Estado;

viabilizar estruturas públicas de armazenamento para cooperativas e pequenos produtores;

Fruticultura e Vitivinicultura

A partir da identificação das áreas mais propícias para a fruticultura e vitivinicultura, a Frente Popular fomentará a criação de um Pólo de Desenvolvimento da Fruticultura e da Vitivinicultura no Sul do Rio Grande do Sul, com:

direcionamento do Crédito Subsidiado para Fortalecimento da Agricultura Familiar;

especialização de técnicos da EMATER para o desenvolvimento do setor;

projeto de apoio à conquista de mercados dos produtos gaúchos;

desenvolvimento do Corredor Agro-industrial da Fruticultura, envolvendo alteração na legislação sanitária, acesso ao crédito subsidiado, assistência especializada da EMATER e apoio à comercialização nas cidades-pólo e outras regiões;

facilitar a constituição de iniciativas de cooperação entre empresas emergentes gaúchas do setor e empresas de outras nações do Mercosul, através de trocas de experiência e "Rodadas de Negociação" nas cidades-pólo das regiões;

Central de Informações de Preço e Qualidade da Fruticultura, apoiada na estrutura integrada da EMATER e CEASA;

cursos direcionados de qualificação para agricultores;

criação do projeto "Fruta da Época" direcionado à comercialização nas cidades-pólo, em cooperação com as prefeituras do local de produção e de comercialização;

constituição dos "parâmetros da produção agroecológica na fruticultura", em conjunto com entidades públicas, privadas e organizações não-governamentais reconhecidas do setor, para fomento da produção de frutas de acordo com técnicas sustentáveis ecologicamente.

A Pesca e a Piscicultura

A inexistência de uma política pesqueira acrescida à concorrência dos países vizinhos, que além de possuírem em suas águas grandes cardumes são beneficiados com os seus Planos de Desenvolvimento Pesqueiro, têm gerado um declínio da atividade pesqueira da região. A biodiversidade e a amplitude da área coberta pelas lagoas e rios da região indica um significativo potencial de desenvolvimento econômico sustentável. Para a dinamização deste, a Frente Popu-

lar convocará os municípios e a sociedade civil para, em conjunto, adotarmos as seguintes medidas:

reunir as entidades representativas do setor para a formulação de políticas para a pesca;

combater a chamada "pirataria pesqueira" praticada por navegadores de outros estados;

ordenar e administrar pescarias no estuário da Lagoa dos Patos;

buscar parâmetros que permitam controlar equipamentos de pesca, artes predatórias, safras com períodos definidos, áreas de criadouros e/ou acesso ao ambiente estuarino, limitação da área estuarina;

fomentar a organização das colônias de pescadores e incentivar formas alternativas de produção que permitam a sobrevivência econômica das populações pesqueiras;

implantar programas de educação ambiental e capacitação técnica e profissional dos trabalhadores envolvidos;

fomentar a pesca artesanal através do apoio técnico e de financiamentos;

incentivar, nas áreas adequadas, o aproveitamento das águas para a piscicultura como fonte de geração de emprego e renda, através de assistência técnica e financiamento.

Recursos Minerais

O Rio Grande do Sul é conhecido por ter as maiores jazidas de carvão do Brasil, além de ter em seu solo reservas de cobre, prata, chumbo, zinco, ouro, estanho, tungstênio, titânio e xisto pirobetuminoso, minas em exploração de caulim, calcário e gemas, assim como pedras ornamentais, areia industrial e de construção civil, turfas e águas minerais, só para citar os conhecidos.

O Estado assumirá o papel de gerenciador de seu patrimônio mineral e energético, retomando a pesquisa e o mapeamento geológico, a fim de aprofundar o conhecimento de seu solo e delimitar as áreas de ocorrências minerais. A partir do potencial mineral conhecido, o Estado deve gerenciar, fomentar, fiscalizar e induzir a atuação empresarial e estadual do setor. Para isso deveremos:

desenvolver uma política de planejamento e fomento à atividade,

investimento em infra-estrutura e formação de recursos humanos, com o objetivo de criar as bases para o fomento da iniciativa mineral;

dotar o Estado de um Plano Diretor Regional e estadual para a mineração, a fim de desenvolver as vocações minerais das diferentes regiões do Estado.

criar e desenvolver uma incubadora tecnológica voltada ao setor da mineração, que busque o desenvolvimento de tecnologias de aproveitamento e extração mineral;

financeiro público estadual e participação solidária de municípios, entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais. Este Fundo financiará, através do sistema de crédito rotativo, para todo o Estado, **R\$ 1 bilhão em financiamentos em condições efetivamente acessíveis ao micro, pequeno e médio empreendimento.**

Jovens

A fim de evitar o agravamento do desemprego na região e a fuga de jovens para as grandes cidades, a Frente Popular atenderá a região com o programa **Primeiro Emprego** que criará, em todo o Estado, **100 mil empregos** através da remuneração dos jovens nos primeiros meses de sua atividade profissional.

Qualificação Profissional e Gerencial

A Frente Popular buscará qualificar o agente econômico da região. Neste sentido aprimoraremos a educação formal e criaremos e ampliaremos os mecanismos de qualificação profissional. Ou seja, devemos qualificar a mão-de-obra e buscar o aperfeiçoamento gerencial para os produtores rurais e empresários possibilitando a diversificação da produção, o aumento da produtividade e da competitividade da região.

Para isso, a Frente Popular se compromete a fornecer **cursos de qualificação profissional** para os trabalhadores da parte Sul do estado.

O projeto de extensão tecnológica que visa dar assessoria aos micro, pequenos e médios empresários, identificando os problemas da empresa e as melhores perspectivas de mercado, atenderá as empresas da parte Sul do Estado. Além disso, a Frente Popular financiará **consultorias técnicas para empresas** desta região.

Apoio à Cooperação

Devemos destacar e priorizar as ações e o desenvolvimento de empreendimentos coletivos (cooperativas, associações de produtores) que potencializarão as capacidades individuais e fortalecerão as realizações dos pequenos empreendedores. Para isso o Governo Democrático e Popular financiará, através do Projeto de Apoio à Economia Popular e Solidária para a Formação de Grupos de Trabalho (cooperativas, associações, empresas coletivas) que viabilizarão novos postos de trabalho no campo e na cidade.

Novos investimentos

A Região Sul será fortemente beneficiada com o Projeto da Frente Popular de criar **100 incubadoras de negócios** em todo o Estado, destinadas a fornecer a infra-estrutura de suporte para novas empresas que gerarão mais empregos na região

Com o conjunto destas medidas, adicionado à simplificação da legislação tributária, não só se fortalecerá a economia local, dinamizando o comércio na região e fomentando a geração de renda, como também garantirá os efetivos fatores de atração de

novos investimentos (qualidade de vida, mercado consumidor, infra-estrutura, qualificação da mão de obra).

Turismo

A parte Sul do Estado apresenta um significativo potencial turístico, seja na atração de turistas de outros estados e de outros países, seja pela atratividade ao turista gaúcho.

No Sul devemos explorar o potencial turístico decorrente da sua proximidade com a Argentina e com o Uruguai, que serve de porta de entrada aos turistas destes países e que possibilita o turismo para a compra de bens importados.

Além disso, a região apresenta significativa atratividade ao turismo interno. O valor histórico cultural da arquitetura de alguns municípios como Pelotas, Piratini, Bagé, Jaguarão, Quaraí, Uruguaiana e Itaqui demonstra o potencial turístico cultural da região.

Já a estação ecológica do Taim, as Reservas Biológicas do Ibirapuitã, em Alegrete, e de São Donato em Itaqui, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe em Tavares e o Parque Estadual do Espinilho em Uruguaiana, apontam para o potencial da exploração do ecoturismo na região.

Paralelamente, a costa Oceânica, a Lagoa dos Patos e empreendimentos como os desenvolvidos em Tapes apontam para a possibilidade de desenvolvimento de esportes aquáticos.

A partir deste potencial a Frente Popular irá incentivar o Turismo através:

- do apoio à qualificação da rede hoteleira;
- do fortalecimento do setor de bares, restaurantes e prestadores de serviços;
- da preservação do patrimônio histórico cultural;
- do incentivo à promoção de festivais folclóricos que cultivem a música, a dança, a culinária e outras manifestações culturais da região;
- da divulgação dos roteiros turísticos da região;
- da constituição de infra-estrutura para a visitação e a prática de esportes;
- da elaboração e implementação, em conjunto com as prefeituras, entidades empresariais e trabalhadores locais, do **Plano de Desenvolvimento do Turismo - Sul.**

Habitação

O combate ao déficit habitacional tem grande parte de suas ações atrelado a atividades a serem desenvolvidas pelos municípios. Entretanto, a Frente popular entende que não deve se furtar ao seu compromisso de melhoria da qualidade de vida da população das várias regiões da parte Sul do Estado e, numa ação integrada com prefeituras e comunidade organizada, enfrentará este problema.



GOVERNADOR

OLÍVIO



Frente Popular
PT-PSB-PCdoB-PCB

Rossetto
Vice

Bisol
Senador

Lula
Presidente

Brizola
Vice

Metas para
Agricultura Familiar
e Reforma Agrária

BRIGLIA AGRICOLA

L'azienda agricola di Bisol Verdesaio nel Rio Grande val'Isone, nella
 zona di Bisol Verdesaio nel Rio Grande val'Isone, nella
 zona di Bisol Verdesaio nel Rio Grande val'Isone, nella
 zona di Bisol Verdesaio nel Rio Grande val'Isone, nella

L'azienda agricola di Bisol Verdesaio nel Rio Grande val'Isone, nella
 zona di Bisol Verdesaio nel Rio Grande val'Isone, nella
 zona di Bisol Verdesaio nel Rio Grande val'Isone, nella

L'azienda agricola di Bisol Verdesaio nel Rio Grande val'Isone, nella

L'azienda agricola di Bisol Verdesaio nel Rio Grande val'Isone, nella

L'azienda agricola di Bisol Verdesaio nel Rio Grande val'Isone, nella



OLIVIO BISOL 40  **LULA**
 L'azienda agricola di Bisol Verdesaio nel Rio Grande val'Isone, nella

OLIVIO

L'azienda agricola di Bisol Verdesaio nel Rio Grande val'Isone, nella

Metas do Governo Olívio/Rossetto para a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária

Estas são as metas propostas ao debate pelo governo Olívio/Rossetto para o fortalecimento da Agricultura Familiar e para a realização da Reforma Agrária massiva. Nos próximos dias estaremos apresentando o nosso projeto completo para o campo, incluindo os demais setores como Abastecimento e Segurança Alimentar, Agricultura Empresarial, Extensão Rural, Pesquisa e Ensino Rural. Este conjunto de políticas integrará o Programa de Governo Olívio/Rossetto para o campo do Rio Grande do Sul.

Os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Antônio Brito são responsáveis pela implementação do projeto neoliberal que tem causado o maior índice de desemprego na história do País e a falência de uma economia estruturada a partir do setor agrícola. São governos que preferem gerar emprego fora do País e desestimular a produção nacional. Com esses governos, anualmente são gastos R\$ 7 bilhões de reais em importações agrícolas e 400 mil propriedades desapareceram do campo, provocando a extinção de 3 milhões de empregos rurais no Brasil. No Rio Grande do Sul, cerca de 330 mil hectares deixaram de ser plantados com as cinco principais lavouras: trigo, milho, soja, arroz e feijão. O governo FHC sustenta um projeto onde apenas 3% da população deve exercer a atividade agrícola e onde a agricultura familiar não cumpre papel relevante. Desta forma é fácil compreender por que os governos federal e estadual não efetivam a Reforma Agrária e tratam a questão como caso de polícia.

Também porque estão mais preocupados em fornecer cestas básicas aos agricultores familiares que historicamente produziam para seu auto-sustento, pelo menos

EMPREGO E RENDA - Para os Governos Democrático e Popular de Lula e Olívio, o desenvolvimento rural é fundamental para o país e requer o fortalecimento da agricultura familiar e a realização de uma Reforma Agrária massiva, que gere emprego e renda no campo e garanta alimento abundante, barato e de qualidade à população urbana. Para tanto, o governo da Frente Popular se compromete a desenvolver um conjunto de políticas que viabilize esta perspectiva, como crédito subsidiado, seguro agrícola, abastecimento alimentar, entre outras. Estas políticas serão construídas com participação popular, de acordo com a nossa prática onde somos

governo. Portanto, num Governo Democrático e Popular a agricultura familiar e a reforma agrária terão prioridade no conjunto das ações governamentais.

QUALIDADE DE VIDA - O campo pode e deve ser, a um só tempo, lugar de trabalho e vida prazerosa, onde os homens, as mulheres, os jovens, as crianças e idosos trabalhem e vivam com prazer e conforto. É possível criar condições dignas de trabalho, direcionando a pesquisa para a produção de instrumentos de trabalho e métodos que atenuem a dureza das tarefas do dia-a-dia e proporcionem tempo disponível para o lazer e a cultura. O Governo Democrático Popular tem compromisso com essa perspectiva de transformar o campo num lugar agradável de viver, através de políticas sociais que garantam qualidade de vida para evitar o êxodo rural. Isso significa a implantação de infraestrutura de estradas, eletrificação, sistema de saneamento e água tratada, telefonia e habitação. Significa ações para a garantia de ensino fundamental, saúde preventiva e assistência médica, cultura e lazer.

Políticas visando a igualdade de gênero na agricultura familiar: ações que busquem a redução da sobrecarga de trabalho para as mulheres rurais, devido sua responsabilização pelo trabalho doméstico e ações que visem o reconhecimento de sua importância na agricultura familiar. Políticas específicas para os jovens do campo, objetivando oferecer-lhes perspectivas de um futuro que lhes permita trabalhar com dignidade e segurança, motivando-os a permanecer no campo.

Estes compromissos de Lula/Brizola no país e de Olívio/Rossetto no Estado representam um novo projeto para o meio rural, que resgata a dignidade, a solidariedade e a participação do homem e da mulher do campo no caminho da inclusão, superando o modelo excludente de Brito e FHC.

✓ assentar 10 mil famílias durante seus quatro anos como responsabilidade do governo estadual;

✓ disponibilizar para a reforma agrária o estoque de terras sob potencial controle do Estado (identificação e posse das terras devolutas, propriedades rurais executadas pelo BARRISUL em função de dívidas);

✓ adquirir terras pelo FUNTERRA, utilizando, além de recursos orçamentários, a venda de bens patrimoniais sem utilização para o Estado, bem como o uso de 5% do financiamento do Sistema Financeiro Estadual, conforme constante na Constituição Estadual (artigo 183);

✓ apoiar a manutenção e viabilização dos assentamentos rurais que forem implantados, através de projetos de desenvolvimento rural, investindo nos diversos assentamentos realizados pelo governo estadual e que se encontram em estado precário, abandonados, sem nenhum apoio governamental.

Assim iremos proporcionar:

✓ perspectiva de vida digna para 10 mil famílias rurais excluídas do modelo vigente;

✓ geração de 25 mil empregos diretos;

✓ garantia de subsistência para mais de 40 mil pessoas no campo, viabilizando-lhes condições para o desenvolvimento econômico-social.

APOIO À PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Apesar da sua importância histórica, a agricultura familiar nunca mereceu uma atenção que contemplasse o seu caráter estratégico para o desenvolvimento rural. Mesmo assim, ela continua sendo um setor dinâmico e eficiente. A opção do Governo Democrático Popular pela agricultura familiar se fundamenta na sua importância econômica, social e cultural e também no potencial que ela representa na perspectiva de um desenvolvimento sustentável, economicamente viável e socialmente justo. Para essa população vinculada à agricultura familiar, em torno de 1,5 milhão de pessoas no Rio Grande do Sul, temos ações concretas a propor e executar.

DESCASO – O descaso dos governos Britto e FHC com a agricultura familiar ameaça não apenas esta unidade produtiva, mas promove o êxodo rural e suas conseqüências nas cidade (falta de moradia, desemprego urbano, marginalização) e compromete o abastecimento alimentar. O governo Britto propagandeia como um feito a destinação de recursos federais do PRONAF para o estado, mas na verdade, a criação deste programa e o aumento do volume

de recursos a ele destinado é fruto da luta da CUT - CONTAG nos últimos anos. O descaso dos governos Britto e FHC se traduz em:

cerca de 85 mil pessoas deixaram o campo gaúcho entre os anos de 1991 e 1996;

no Rio Grande do Sul, para cada família de agricultor assentado 18 engrossaram o êxodo rural;

o número de trabalhadores ocupados na agricultura gaúcha foi reduzido em 250 mil pessoas entre os anos de 1992 e 1996;

o governo Britto não aplicou no FEAPER os recursos previstos no orçamento;

O PRONAF tem sido destinado aos agricultores integrados, limitando sua função social e beneficiando as grandes agroindústrias, uma vez que estas ficam desoneradas do financiamento aos seus integrados.

O PRÓ-RURAL 2000 está sendo apresentado como a salvação dos agricultores familiares empobrecidos, mas revela-se um programa eleitoreiro e de repercussão duvidosa. Verifica-se que:

⊗ a coordenação do programa não aceitou discutir com Universidades, ONGs, FETAG, CUT, que reivindicavam conhecer e propor melhorias ao programa;

⊗ apesar de Britto alardear como instrumento de "alívio à pobreza", o programa não apresenta qualquer base científica de sua viabilidade para reduzir a pobreza no meio rural gaúcho;

⊗ apenas 75% dos recursos chegarão efetivamente aos agricultores, isto equivale a uma média de recursos por família beneficiada de menos de R\$200/família/ano.

⊗ Apesar de pretender ser um programa de abrangência estadual, até o momento o PRÓ-RURAL 2000 está sendo executado em apenas 11% dos municípios gaúchos, tendo sido aplicado em torno de R\$ 5 milhões contemplando pouco mais de 4 mil famílias;

⊗ o governo Britto está apressando a destruição do FEPAGRO, CESA, CEASA, Escolas Agrícolas, Ensino Fundamental e já exterminou a CINTEA;

⊗ o governo do estado tem utilizado a EMATER como instrumento de sua reeleição;

⊗ o governo Britto apenas assiste a destruição da tricultura no RS, nada fazendo junto ao seu amigo FHC para revitalizá-la;

⊗ o governo Britto apenas assiste o aviltamento dos preços recebidos pelos agricultores integrados (fumo, leite, frango), oferecendo apoio e dinheiro às multinacionais que exploram os agricultores.

NOSSAS EXPERIÊNCIAS – Os partidos da Frente Popular, nas administrações municipais, no mo-

⊕ o governo Brito jamais manifestou a intenção de alterar essa situação. Ao contrário, aponta para o recrudescimento do fechamento de pequenas unidades, demonstrando o compromisso desse governo com os grupos que controlam os grandes frigoríficos, beneficiados pelos incentivos públicos do seu governo.

NOSSAS EXPERIÊNCIAS – Nos governos da Frente Popular, em nossa participação no movimento social e nos legislativos, temos lutado pelo apoio, criação e desenvolvimento da pequena agroindústria.

Administrações populares: A criação do PROVE (Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola) pelo Governo do Distrito Federal, viabilizando a inclusão social, a partir da disseminação de pequenas agroindústrias familiares, é uma das iniciativas mais bem sucedidas. É um exemplo seguido em outras cidades onde somos governo, como Blumenau (SC), Caxias do Sul e Hulha Negra (RS), entre outras. Implementamos também outras ações nesse campo:

✓ criação de projetos pilotos de agroindústria familiar, aproveitando a potencialidade das regiões;

✓ criação de sistemas municipais de inspeção sanitária com aprovação de leis específicas para instituir e regulamentar esses serviços;

✓ apoio e suporte técnico-financeiro para implementar essas ações.

Movimentos sociais - Apoiamos as iniciativas dos agricultores familiares na sua associação com o objetivo de industrializar suas produções como forma de aumentar a sua renda. O lema "produzir, industrializar e comercializar" representa bem esse movimento. Várias famílias de agricultores assentados constituíram suas agroindústrias com o mesmo propósito.

Luta no legislativo - Nossa atuação parlamentar tem buscado uma adequação da atual legislação sanitária, de forma que viabilize a constituição de pequenas agroindústrias familiares.

NOSSOS COMPROMISSOS – O Governo Democrático Popular tem o compromisso de contemplar 30 mil famílias de agricultores na constituição de agroindústrias familiares no estado e desenvolver um programa de agroindustrialização solidária, aos moldes do PROVE (Governo do Distrito Federal), através dessas iniciativas:

✓ legislação sanitária: edição do regulamento da Lei nº 10.691, de 09/01/96, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de produtos de origem animal, considerando a especificidade dada pela dimensão dos empreendimentos (critérios diferenciados para agroindústrias de pequeno, médio e grande porte);

✓ buscar, na esfera federal, uma legislação sanitária que efetivamente resguarde os consumidores e que permita a inclusão de pequenas agroindústrias no processo de geração de valor;

✓ pesquisar, desenvolver e difundir plantas industriais, equipamentos e processos produtivos que permitam produção a custos competitivos, com sustentabilidade ambiental e reduzida necessidade de capital;

✓ capacitar os agricultores envolvidos em gestão de negócios associativos, apoiando-os na constituição de centrais de abastecimento de meios de produção e de comercialização;

✓ apoiar os agricultores na pesquisa e conquista de mercados sensíveis às características dos produtos da agricultura familiar, envolvendo ONGs e organizações de trabalhadores, inclusive de outros países.

Assim iremos proporcionar:

✓ benefício direto a 30 mil famílias de agricultores, com garantia de agregação de valor ao produto agrícola e aumento da renda familiar;

✓ manutenção de 120 mil pessoas no campo gaúcho com nova perspectiva de geração de renda a partir da atividade agrícola;

✓ geração de 80 mil empregos diretos.

Este conjunto de medidas expressam os compromissos de Olívio/Rossetto/Bisol com a agricultura familiar e a reforma agrária. E representam um novo projeto para o campo que, através da participação popular, resgata a dignidade e a solidariedade para o caminho da inclusão do homem e da mulher do meio rural, superando o modelo excludente de Brito e FHC. Um governo de verdade, com jeito de Rio Grande, com terra, trabalho e alimento para todos.



COM OLÍVIO, SEGURO AGRÍCOLA DE VERDADE!

Estamos nos aproximando das eleições de 4 de outubro. Vamos eleger o presidente, o governador, senador, deputados federais e deputados estaduais. É um momento em que podemos mudar muita coisa, inclusive a nossa vida e o futuro da lavoura.

Muitos candidatos que falam em defender os agricultores vão bater de casa em casa pedindo votos. Com certeza todos vão dizer que sempre estiveram junto com os agricultores. Mas será que isso é verdade? Na hora de pedir votos, todos aparecem, mas na hora de votar para aprovar o seguro agrícola, desaparecem.

O Partido dos Trabalhadores, desde 1987, quando elegeu seu primeiro deputado, vem lutando para aprovar o Seguro Agrícola. A Assembléia aprovou, mas o governador do PMDB da época, Pedro Simon, vetou o projeto.

Os deputados da oposição ao PMDB conseguiram incluir o Seguro Agrícola na Constituição Estadual de 1989. Mas os governadores do PMDB impedem até hoje a sua implantação. Primeiro foi Simon, depois Guazelli e agora Britto.

Em junho deste ano, enquanto os deputados do PT, PSB e PC do B lutavam para aprovar o Seguro, a turma do Britto (deputados do PMDB, PPB, PTB, PFL e PSDB) ficava se escondendo na hora de votar ou votava contra o agricultor. Agora aparecem os fingidos pedindo o seu voto, como se fossem eternos defensores dos agricultores. Se eles não têm vergonha na cara, está na hora de irem colher em outras roças. Senão, daqui a quatro anos, voltarão de novo com o mesmo descaramento, dizendo que se votarmos neles vão lutar pelos agricultores.

Não podemos passar mais quatro anos dependendo do sol e da chuva na medida certa para poder dar de comer aos nossos filhos!

Vamos votar naqueles que sempre estiveram juntos na luta dos que trabalham na terra!

SEGURO AGRÍCOLA DE VERDADE!

Com OLÍVIO Governador, ROSSETTO vice e BISOL Senador
LULA Presidente e BRIZOLA Vice.

E com os deputados Estaduais e Federais da Frente Popular (PT, PSB, PCB, PC do B)

LULA
PRESIDENTE

OLÍVIO ★
GOVERNADOR ROSSETTO-vice

BISOL
Senador

voto
40

Cultura



OLÍNO

Manifesto

Alguns, felizmente poucos, seduzidos pelo canto de sereia da mídia contemporânea, que a tudo e a todos deseja transformar em objetos, consideram a cultura um produto, algo que não se diferencia de um sabonete ou de um perfume.

Nós, que apoiamos **Olívio Dutra** a governador, vemos na cultura o bem maior da cidadania, o espaço onde o ser humano melhor se realiza, o espaço onde o homem torna-se sujeito de seu próprio fazer histórico.

Nós, que apoiamos **Olívio Dutra** a governador, queremos uma política cultural efetiva, democrática, de esquerda, mas sem dogmas, onde o novo, o radical, o vanguardista tenha lugar assegurado ao lado do tradicional, do erudito.

Nós, que apoiamos **Olívio Dutra** a governador, não aceitamos as leis do mercado cultural, que reafirmam o que não precisa ser reafirmado, que promovem o que já está promovido.

Nós queremos o cinema, a música, o teatro, a literatura, as artes literalmente da boca e na boca do povo. Nas universidades sim, mas também nas vilas, nos arrabaldes, nos povoados mais distantes, nas cidadezinhas perdidas nos confins deste múltiplo e complexo Sul.

Nós, que apoiamos **Olívio Dutra, Miguel Rossetto e José Paulo Bisol**, queremos uma política cultural descentralizada, pluralista, dinâmica e permanente, que recubra o Rio Grande do Sul como uma via-láctea de talentos locais, regionais e universais, em harmonia, solidariedade e fraternidade.

Artistas, intelectuais e produtores culturais

Cultura para quem quer e faz.

A cultura pertence a toda a sociedade e, embora contribua ao desenvolvimento econômico da Nação, não pode ser concebida apenas como mercadoria. Cultura comporta uma gama de sentidos e significados que abarcam modos de vida e visões de mundo, direitos das pessoas, sistemas de valores, desvendamento da realidade, capacidade de hierarquização, noção de tempo e espaço; enfim, idéia de civilização. A arte deve ser autônoma e libertária, enigma propulsor da instigação e da auto-superação. Através do desenvolvimento da arte e da cultura os sentidos se agudizam e as pessoas se descobrem sujeitos criadores capazes de andar adiante do limite. A tradução destas e de outras idéias para a política cultural implementada por um governo de esquerda, dá-se através de ações encarnadas em princípios que se confundem e se entrelaçam em alguns momentos.

DEMOCRATIZAÇÃO

Afastando quaisquer idéias de clientelismos ou paternalismos, o Programa da Frente Popular, a exemplo da Administração Popular, irá constituir um conjunto articulado de decisões, conceitos, programas, metas e recursos aptos a estimular, proteger e desenvolver a cultura no estado do Rio Grande do Sul e a emergência de novos sujeitos culturais. Trata-se do estabelecimento de marcas normativas e de políticas explícitas, vivas e consensuadas, de ímpeto transformador. A gestão popular da cultura supõe diálogo permanente com a comunidade cultural através de suas entidades. A cultura deve ser concebida pelo poder público como um direito, elemento fomentador da cidadania, daí o significado insubstituível da consulta e do trabalho conjunto com a comunidade cultural e cidadã.

DESCENTRALIZAÇÃO

O princípio da descentralização garante a todas as pessoas o livre acesso ao fazer e pensar cultura. Como em Porto Alegre, a descentralização atuará par e passo com o Orçamento Participativo. A descentralização da cultura fundamenta-se na soberania popular, mas também na excelência e no rigor estético. A descentralização desenvolve o trabalho de oficinas que sensibilizam a comunidade para a necessidade de constituir processos peculiares de educação e expressão sentimental - conhecimento simbólico, codificado - valorizadores da auto-estima e da auto-organização. Linguagens artísticas e culturais como teatro, dança, música, produção de textos, redação jornalística, contos, artes plásticas, grafismo, cinema, vídeo, fotografia, capoeira, arqueologia, educação patrimonial, que hoje inserem-se no cotidiano e na cidadania das 16 regiões de Porto Alegre, exemplificam os resultados desta

ação. Em um governo popular, o espaço público não pode ser descuidado porque o reconhecimento coletivo propicia o resgate das identidades vigentes. É no espaço público das cidades que se processam códigos e valores e se tece a rede simbólica, cenário da interação social.

PLURALIDADE

As cidades que compõem o Estado representam a combinação de diferentes universos simbólicos e suas vidas - social, econômica e cultural - estão distribuídas em vários pólos do tecido urbano, contrariando qualquer interpretação ou tentativa de pensamento único. Além de autoritária, a homogeneidade reforça a inércia e a pobreza simbólica, pausteurizando a sociedade nestes tempos de comunicação de massa. Cabe ao poder popular estabelecer uma pauta diversificada para que a comunidade possa escolher, selecionar, priorizar, enfim, multiplicar visões e conhecimento. Culturas como a do carnaval, do nativismo e o erudito convivem e se enriquecem mutuamente.

IDENTIDADE E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Através da cultura instituímos nexos com o passado, compreendemos o presente e podemos antecipar o futuro. Cultura é contexto e construção histórica. Na busca da alma do Rio Grande do Sul - som, cor, forma, cena e cenário, realizaremos uma política sensível e afinada com a memória, a história e o espaço físico. O Programa da Frente Popular reconhece o papel dos museus como locais não apenas de guarda, conservação e pesquisa das memórias da cidade, mas também como lugar de busca do conhecimento. Acreditamos que só há sentido na existência dos museus se eles forem apropriados pelos cidadãos, instrumentos para o

temáticos internacionais de cultura, reunindo representantes das diversas manifestações artístico-folclóricas da Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. Em todos esses casos, a integração deve ser horizontal, de mão dupla e, principalmente, fator de diferenciação, valorização e enriquecimento às identidades vigentes.

∑ **Financiamento à Cultura**

Na redefinição das fronteiras entre o público e o privado, o patrocínio cultural é legítimo e necessário. Empresas que desejem relacionar sua marca a situações e conceitos podem e devem patrocinar cultura, reservando orçamento próprio para tanto. A atividade cultural tem divulgado e prestigiado empresas com excelentes resultados. Se o governo Britto entrega a cultura aos sabores do mercado, a Frente Popular encara esta questão de modo coerente com seus princípios. Propomos a criação do **Fundo de Apoio à Cultura**, abarcando projetos e ações da Secretaria de Cultura do Estado; fundo de investimento ao patrimônio histórico e cultural; fundo de investimento direto, destinado a projetos culturais; linha específica de crédito às atividades passíveis de retorno de bilheteria. Desde já, a Frente Popular compromete-se a estabelecer uma rubrica orçamentária capaz de contemplar esta idéia. Trata-se de um modo de financiamento coerente com a prática democrática da gestão cultural. Estimula a cultura emergente e profissional e as expressões artísticas inovadoras e de risco. O financiamento direto será gerido segundo critérios e estatutos elaborados em conjunto com a comunidade cultural, em todas as regiões do Estado, garantindo equanimidade e lisura do dinheiro público com controle e fiscalização da sociedade civil.

Cultura de verdade.

∑ Realizar um grande fórum de análise da situação das múltiplas etnias formadoras de nossa identidade, como a cultura negra e a índia. A situação do índio é particularmente dramática, pois refere-se à perda de identidade, problema que exige ações urgentes.

∑ Executar, sob a direção da Secretaria Estadual da Cultura, uma política de programação na TVE e FM/Cultura que contemple a produção artística regional.

∑ Executar e incentivar, juntamente com as prefeituras e a sociedade civil, uma política de realização de oficinas em todas as áreas da cultura.

∑ Criar prêmios estaduais que valorizem as produções artísticas regionais nas áreas de artes

plásticas, cênicas e música.

∑ Executar e incentivar, em conjunto com as prefeituras, uma política de realização de seminários e encontros em todas as áreas da cultura.

∑ Incentivar a abertura de salas de cinema para formar novos públicos, públicos estes que estão sendo gradualmente perdidos para a televisão e o home vídeo. Nesse sentido, a criação e implantação de um projeto de divulgação da arte cinematográfica dirigido ao público infanto-juvenil é prioritária. Estender para o interior projetos como o **Cinecriança** e o **Divercine**, implantados em Porto Alegre. Com a colaboração de universidades, centros municipais de cultura, escolas e centros comunitários, serão criados cineclubes infantis regionais, com programação criteriosamente selecionada, oferecendo aos jovens oportunidade de conhecer obras infanto-juvenis de diferentes origens.

∑ Criar ou recuperar um circuito de exibição alternativo em parceria com universidades, centros municipais de cultura e escolas, possibilitando apresentar nas mais remotas localidades filmes que têm sua abrangência limitada à capital do Estado.

∑ Criar a Cinemateca Gaúcha e definir uma política de preservação e recuperação da memória do cinema gaúcho. Neste local serão depositados e recuperados os diversos acervos cinematográficos, dispersos em instituições e sob a guarda de particulares. Caberá à Cinemateca Gaúcha a recuperação de filmes e de materiais informativos, tornando-os acessíveis às comunidades.

∑ Revitalizar o sistema estadual de bibliotecas.

∑ Incentivar campanhas por uma biblioteca em cada município.

∑ Implantar o projeto **Poemas no Ônibus** nas linhas interestaduais.

∑ Criar uma revista estadual de cultura e um periódico para divulgar lançamentos de livros do estado e do país.

∑ Implantar em todo o Estado a série **Outras Vozes**, para a revelação de novos autores.

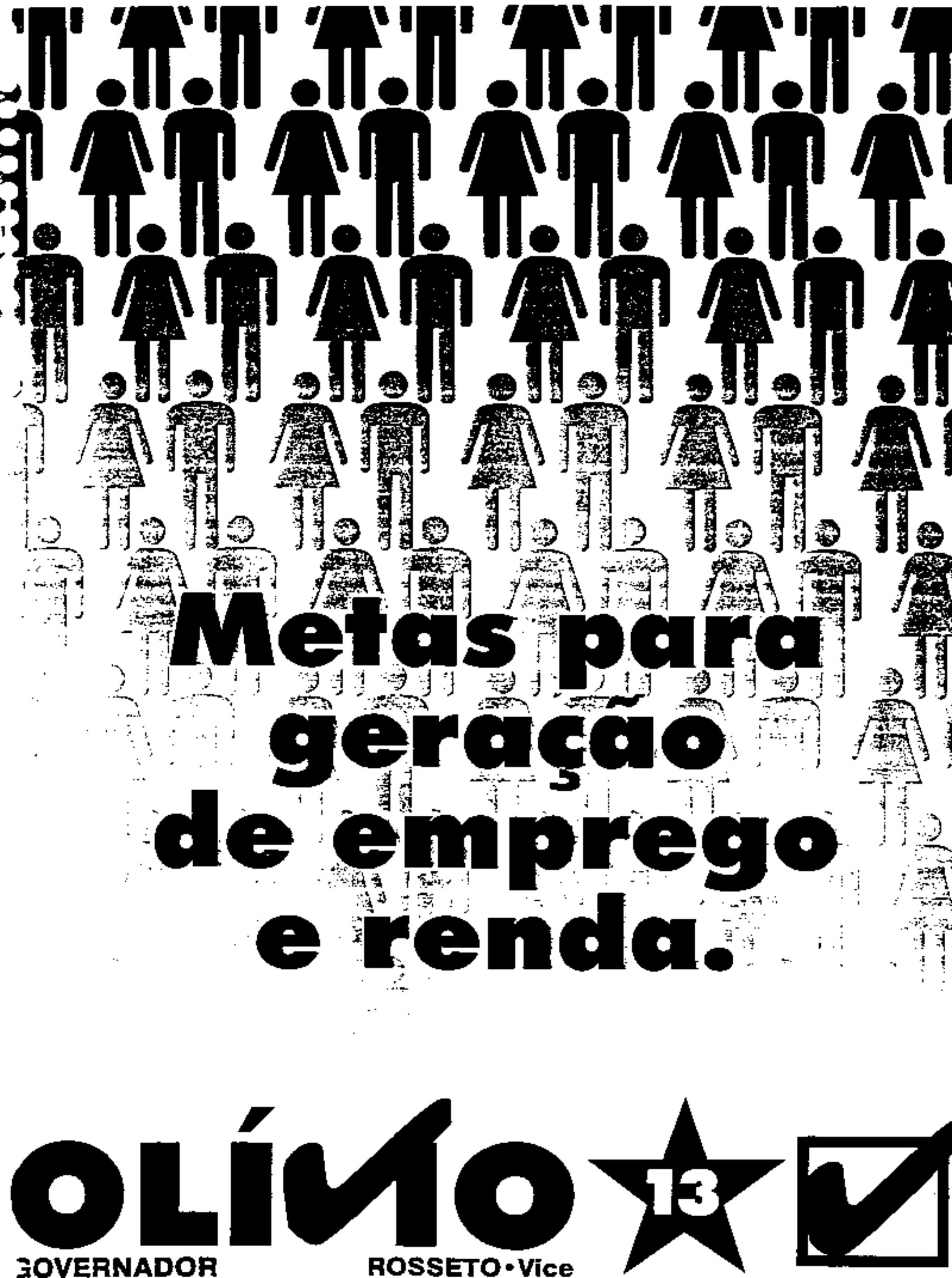
∑ Criar exposições itinerantes de acervos de escritores gaúchos.

∑ Criar linhas editoriais que valorizem os autores jovens.

∑ Promover ciclos literários em todo o Estado com autores gaúchos através de palestras que proporcionem o encontro do autor com o público.

∑ Incentivar feiras do livro nos pólos regionais.

∑ Apoiar a "Carta de Canela", do 1º Encontro de Escritores do Rio Grande do Sul.



**Metas para
geração
de emprego
e renda.**

OLÍVIO

GOVERNADOR

ROSSETO • Vice



Metas do Governo Olívio/Rossetto para a geração de empregos

Estas são as metas das políticas de indução direta de geração de emprego urbano propostas ao debate pelo governo Olívio/Rossetto. Já divulgamos as metas para a agricultura familiar e reforma agrária. Nos próximos dias serão divulgados os demais itens do nosso programa de emprego, que inclui: Política Industrial, Crédito para o Desenvolvimento, Política Tecnológica, Infra-Estrutura para o Desenvolvimento e Política de Turismo.

As conseqüências da política neoliberal de Britto e FHC são catastróficas para os trabalhadores e para o conjunto da economia do país e do Rio Grande, provocando o maior índice de desemprego da história do Brasil. O número de desempregados chega a 11,5 milhões de brasileiros e acaba de bater um recorde no RS, atingindo um patamar de 250 mil na Região Metropolitana, e mais de 800 mil no Estado. O Brasil e o Rio Grande do Sul crescem muito menos do que poderiam. O Brasil apresentou uma taxa de crescimento de apenas 3,4% ao ano durante o governo FHC.

ECONOMIA GAÚCHA CRESCE MENOS

Durante o governo Britto, o PIB do Rio Grande do Sul teve um medíocre desempenho: apenas 1,7% ao ano entre 1995 e 1997. Os números da agropecuária gaúcha refletem o descaso do governo Britto: nos três anos, de 95 a 97 cresceu apenas 3,7% contra os 12,3% do país. Na lavoura foi ainda pior: há uma queda de 8,2%. Além disso, nesses três anos, a indústria praticamente não cresceu (1,6%). Contribuiu para o fraco desempenho da economia do Rio Grande do Sul a "operação desmonte" na Administração Pública, que registrou consecutivamente três taxas negativas: -3,4% (1995), -6,8% (1996) e -3,9% em 1997, acumulando -13,5% no triênio.

ECONOMIA BRASILEIRA SE DESESTRUTURA

A política neoliberal do governo federal, seguida à risca pelo governo estadual, tem provocado a desestruturação do setor produtivo brasileiro. A combinação da supervalorização do real em relação ao dólar, dos juros elevados, do arrocho salarial e da abertura comercial indiscriminada, tem provocado prejuízos enormes ao parque produtivo nacional, especialmente nos setores têxtil, calçadista, de autopeças, brinquedos, bens de capital e agricultura. Em 1994, o país teve um superávit de US\$ 10,4 bilhões na balança comercial. Hoje a situação se

inverteu: importamos muito mais do que exportamos, e o país está com um déficit comercial de US\$ 8,4 bilhões.

LIQUIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DESEMPREGO

Com este quadro alastra-se o desemprego e o subemprego, e a população perde garantias sociais. Enquanto isso, o grande capital privado, principalmente o internacional, se apropria do importante patrimônio público brasileiro e recebe verdadeiras fortunas através de instrumentos como o PROER, que consumiu quase R\$ 25 bilhões no sistema financeiro.

Ao contrário dos objetivos apontados pelo governo, para o Programa Nacional de Desestatização, os resultados desse programa são terríveis para o emprego e a produção. O desemprego bate recordes históricos e nem mesmo os índices do IBGE conseguem sustentar o discurso do governo FHC. Mesmo as mais otimistas expectativas do governo falam num crescimento do PIB para 1998 de apenas 2%.

DESEMPREGO NO RIO GRANDE DO SUL

CRISE NO EMPREGO - Em 1998 o desemprego atingiu um número recorde: são 250 mil desempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre. Projetando para o total do Estado, chegamos à marca de mais de 800 mil trabalhadores gaúchos desempregados no Rio Grande do Sul. Conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE, a taxa de desemprego no mês de maio deste ano era de 15,7% da população economicamente ativa da região.

Somente na região metropolitana durante o governo Britto o número de desempregados aumentou em 100 mil trabalhadores.

O mais preocupante nesta situação é o perfil destes trabalhadores. O desemprego no RS é maior entre os jovens. A faixa etária entre 18 e 24 anos, em maio

capacidade organizativa e de estímulo à solidariedade destes grupos justificam plenamente a implementação pela Frente Popular de um programa de apoio à Economia Popular.

Um programa desta natureza deve, necessariamente, viabilizar o acesso ao crédito especial, à assessorias profissionais em gestão e profissionalização técnica e fomento à criação de canais e mecanismos de comercialização.

Ao longo dos 4 anos de governo, a Frente Popular apoiará a formação de 2 mil grupos que deverão viabilizar 28 mil postos de trabalho. Para isto, serão concedidos créditos de até R\$ 15 mil por grupo, totalizando um montante máximo de R\$ 30 milhões. Estes créditos serão concedidos com 6 meses de carência e mais 18 meses para o pagamento, com 80% do valor concedido sem juros, ficando os outros 20% a fundo perdido. Além disso, serão destinados R\$ 10 milhões para assessorias em gestão e técnicas de produção, com atendimento semanal durante os 2 primeiros meses e quinzenal pelo período de mais 10 meses.

Projeto Rede Estadual de Incubadoras de Empresas

O Governo Democrático e Popular irá investir na criação de 100 incubadoras de negócios, que apoiarão a geração de 2 mil novas unidades econômicas e que terão como finalidade última a geração de 15 mil empregos. O custo do programa proposto é de R\$ 42 milhões.

Este projeto se alicerça nos resultados alcançados pela Incubadora Empresarial Tecnológica de Porto Alegre - IETEC, criada em 1991 no primeiro governo da Frente Popular, constituindo-se numa referência no âmbito do MERCOSUL. Também são referências importantes para o programa, a recém inaugurada Incubadora Empresarial da Restinga-IETINGA voltada à empresas que se utilizam de tecnologias tradicionais, e a Incubadora Popular a ser inaugurada. As incubadoras contarão com assessorias técnicas de gestão e produção, pois a atualidade do debate sobre a eficácia destes instrumentos de desenvolvimento regional aponta que o apoio à capacitação técnica das pequenas empresas é por vezes mais importante que a infra-estrutura física. O período de incubação será de 3 anos e serão criadas incubadoras de três tipos: tecnológica, regional - ou de tecnologias tradicionais - e popular.

Projetos de Extensão Tecnológica e Crédito para Capacitação Gerencial e Tecnológica

O Governo Democrático e Popular irá investir na modernização tecnológica de 27 mil empresas nas regiões compreendidas pelo Orçamento Participativo Estadual, com vistas a gerar 13.500 empregos, a um custo de R\$ 64 milhões.

O projeto subdivide-se em Extensão Tecnológica e Crédito para Capacitação Gerencial e Tecnológica.

Projeto de Extensão Tecnológica

O Projeto "Extensão Tecnológica" é um sistema permanente de identificação da demanda tecnológica existente nas micro e pequenas empresas, favorecendo sua capacitação pela introdução de inovações em produtos e processos. É um serviço que aproximará empresas e oferta tecnológica, através da ação do extensionista tecnológico. O extensionista é, então um intermediário que auxilia as empresas a identificar problemas tecnológicos e indica as possíveis fontes de solução e respectivo financiamento. A metodologia a ser utilizada está sendo desenvolvida no âmbito do Projeto Tecnópole a Domicílio, que integra o plano de trabalho do Programa Porto Alegre Tecnópole, é multi-institucional e gerido pela Prefeitura de Porto Alegre, UFRGS, PUC, UNISINOS, FIERGS, CIENTEC e SEBRAE, com apoio do Governo da França. O custeio do Projeto será de R\$ 10 milhões por um período de 4 anos, com a remuneração das equipes. Para suporte ao projeto poderá ser utilizada a estrutura da CIENTEC e da FAPERGS.

Projeto Crédito para Capacitação Gerencial e Tecnológica

O projeto repassará recursos para a remuneração de serviços prestados por professores e alunos das universidades e centros de pesquisa do estado para o atendimento dos problemas identificados pelos extensionistas tecnológicos junto as micro e pequenas empresas visitadas. A escolha das micro e pequenas empresas a serem visitadas será feita sob controle público da comunidade local. O custeio estimado para financiamentos de até R\$ 4.000,00 para 13.500 empresas é de R\$ 54 milhões.

Educação Profissional

A qualificação não substitui nem resolve isoladamente o problema do desemprego. Não é a falta de qualificação que gera o desemprego como diz o governo. A expansão do ensino médio nos últimos tempos sem um correspondente crescimento do emprego é uma das possíveis evidências, já que se sabe que a escolaridade é hoje um dos principais itens da qualificação demandada pelas empresas. A Frente Popular propõe um projeto de Educação e Qualificação Profissional por três razões:

- porque cria um patamar mais elevado de relações de trabalho (exemplo: curso de reciclagem de plástico, etc.);
- porque eleva o padrão de qualidade dos produtos e serviços oferecidos à população, o que é um direito dos consumidores;
- porque é um direito de todos os trabalhadores o acesso à qualificação, respeitado o seu conhecimento e experiência de trabalho anteriores.

RS EMPREGO - O Programa Emprego de Verdade vai qualificar e ampliar o atual RS Emprego. Isto significa, no caso dos cursos profissionais mais e melhores vagas. Será qualificada a atual forma de execução do Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), com outros procedimentos, outra concepção e outra metodologia.

Nosso programa de governo compreende a formação

exportado de acordo com padrões ambientais:

- crédito para compra de equipamentos, via BNDES, BRDE e outras instituições públicas de financiamento;

- assessoria técnica via o projeto "Extensão Tecnológica";

- restrição à excessiva saída de matérias-primas não manufaturadas, a fim de reverter o aumento nas exportações de couro de menor valor agregado, concentrado no estágio "wet blue" de 200% no período 1993-1997;

- política compensatória federal contra barreiras tarifárias ao couro mais elaborado produzido no RS, como o imposto de importação de 6.5% que a União Européia aplica sobre os couros crust/elaborados.

TECNOLOGIA

Projeto "Rede Estadual de Incubadoras de Empresas" - este projeto se alicerça nos resultados alcançados pela Incubadora Empresarial Tecnológica de Porto Alegre - IETEC, criada em 1991 no primeiro governo da Frente Popular. Hoje a IETEC incuba 14 empresas e gera 87 empregos de maneira direta, constituindo-se numa referência no âmbito do Mercosul. As incubadoras contarão com assessorias técnicas de gestão e produção, pois a atualidade do debate sobre a eficácia destes instrumentos de desenvolvimento regional aponta que o apoio à capacitação técnica das pequenas empresas é por vezes mais importante que a infra-estrutura física. O período de incubação será de três anos e serão criadas incubadoras de três tipos: tecnológica, regional - ou de tecnologias tradicionais - e popular - voltada a iniciativas do setor informal. Criaremos Incubadoras Regionais Temáticas, de caráter tecnológico, a fim de apoiar o desenvolvimento de produtos e serviços na área de máquinas, moda e *design* e desenvolvimento de novos produtos junto ao complexo coureiro-calçadista.

Projeto "Extensão Tecnológica" - sistema permanente de identificação da demanda tecnológica existente nas micro e pequenas empresas, favorecendo sua capacitação pela introdução de inovações em produtos e processos. É um serviço que aproximará empresas e oferta tecnológica, através da ação do extensionista tecnológico. O extensionista é, então, um intermediário que auxilia as empresas a identificar problemas tecnológicos e indica as possíveis fontes de solução e respectivo financiamento, voltado ao atendimento das empresas do complexo. Teremos extensionistas temáticos voltados aos diferentes segmentos do complexo

coureiro-calçadista, através de bolsas dos institutos de ciência e tecnologia existentes no Rio Grande do Sul e recursos das entidades participantes do projeto.

Fortalecimento dos Centros de Tecnologia Aplicada existentes no Vale dos Sinos, articulando as Incubadoras e o Projeto de Extensão Tecnológica para que funcionem de forma concatenada entre si e com a participação de universidades e outros organismos do setor.

CAPACITAÇÃO GERENCIAL

"Crédito para Capacitação Gerencial e Tecnológica" - direcionaremos parte dos recursos do projeto para pequenas e médias empresas do complexo, priorizando cursos e iniciativas que fomentem o associativismo. O projeto repassará recursos para a remuneração de serviços prestados por professores, alunos das universidades e centros de pesquisa do estado para o atendimento dos problemas identificados pelos extensionistas tecnológicos junto as micro e pequenas empresas visitadas. A escolha destas será feita sob controle público da comunidade local. O custeio estimado para financiamentos de até R\$ 4 mil para 13.500 empresas é de R\$ 54 milhões.

Direcionar o projeto "Apoio à Economia Popular e Solidária", que prevê recursos de cerca de R\$ 30 milhões de reais para crédito e assessoria voltados ao atendimento das verdadeiras cooperativas e estruturas associativas de produção de pequeno porte.

MERCADO DE TRABALHO

Implementação do projeto "Primeiro Emprego" para jovens da região, direcionado às empresas do complexo.

Investimentos públicos nas escolas técnicas-profissionais da região do Vale dos Sinos;

Apoio a projetos de qualificação profissional já existentes na região, direcionado a trabalhadores empregados e desempregados do Vale.

Ampliação do funcionamento do Sistema Público de Emprego do Rio Grande do Sul, buscando aumento da eficiência para atendimento com dignidade e respeito ao trabalhador, nos serviços de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra e direcionamento para as atividades de Educação Profissional.

Metas para a habitação.



OLÍVIO 

A política habitacional do Governo Olívio e Rossetto

O governo Democrático e Popular tem compromisso com as populações que não têm acesso a habitação e que moram em áreas irregulares. Por isso, tem compromisso em reconstruir uma política habitacional para o Estado. Tem compromisso com a regularização fundiária. Tem compromisso com o reassentamento de famílias em áreas de risco. Tem compromisso em financiar as cooperativas habitacionais. Tem o compromisso com a produção de loteamentos e o financiamento de materiais de construção para combater o déficit habitacional.

A omissão do governo Britto

A crise habitacional vem agravando-se nos últimos anos. Por culpa da política econômica de Fernando Henrique Cardoso e Antônio Britto, hoje milhões de brasileiros transitam pelas cidades sem ter onde morar ou morando em situações degradantes. Gente vivendo em lugares que colocam em risco a vida, como margem de arroios, encosta de morros, ou beira de estradas.

No Rio Grande do Sul, a migração para as áreas metropolitanas nas últimas décadas fez a população concentrar-se principalmente no eixo Caxias do Sul - Porto Alegre, áreas industrializadas e pólos econômicos. Esta concentração populacional desordenada, somada ao agravamento da crise econômica, provoca degradação ambiental e social.

A ocupação urbana estende-se indiscriminadamente para áreas inundáveis, banhados, beiras dos rios e arroios, encostas de morros, áreas com condições geológicas inadequadas. O resultado é o prejuízo, tanto para os ambientes naturais, que não são compatíveis com a sua transformação em áreas urbanizadas, como para a própria urbanização, que terá grandes dificuldades para receber a infra estrutura adequada.

A falta de investimento do governo estadual em política agrícola e reforma agrária e a degradação da qualidade de vida também incentivam o processo de "inchamento" das cidades. Isto traz sérios problemas para os municípios, cujos orçamentos foram drasticamente reduzidos pela política implementada pelos governos estadual e federal.

Este governo, portanto, é omissos na solução dos problemas urbanos que o próprio desgoverno

gera. Não investe, não tem política habitacional e fechou o único órgão responsável pela habitação no Estado.

O Desmonte da Cohab

No início do governo, Britto extinguiu a Cohab que possuiu um patrimônio representado por 76 mil créditos ativos. Destes, 22% estavam em processo de registro de matrícula, 8% em condições de homologação e 70% sem condições imediatas de regularização. Além disso, cerca de 5.300 unidades estão em processo de comercialização com os ocupantes, 349 unidades comerciais ainda não negociadas e 19 mil unidades com financiamento liquidado. E desviou o patrimônio da Cohab, retirando recursos que deveriam ser aplicados em moradia popular.

Com a extinção da Cohab, os mutuários foram jogados de lado, sendo obrigados a administrar problemas sem terem a quem recorrer, como a má qualidade da construção e dos projetos dos conjuntos residenciais sucateados.

O autoritarismo

Por pressão dos movimentos populares, foi aprovado, em julho de 95, a lei que cria o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social e o Conselho Estadual de Habitação. Estas instâncias, no entanto, em nada asseguraram uma efetiva atuação do Estado na implantação de uma política habitacional. Na verdade, essa legislação foi aprovada face à exigência do governo federal e do Conselho Curador do FGTS, que condicionava a liberação dos recursos do FGTS à criação de um Fundo e de um Conselho de Habitação.

Este Conselho tem atribuições que realmente democratizam e descentralizam as decisões governamentais na área habitacional. Entretanto, após algumas reuniões iniciais para definir a distribuição de recursos, não houve mais convocação.

Regularização das terras devolutas estaduais, urbanas e rurais.

Regularização dos loteamentos.

Reassentamentos

É a transferência do morador para outra área que ocorre quando não for possível regularizá-la no próprio local. Em razão, da área ser imprópria para moradia (áreas de risco, leito de rua, etc)

Os reassentamentos contemplam o acesso a outras políticas sociais como saúde, educação, geração de renda, que procurem fundamentalmente reduzir o impacto social da mudança e garantir a efetiva melhoria na qualidade de vida.

Meta:

Reassentar 20 mil famílias.

Cooperativas

As cooperativas habitacionais autogestionárias são iniciativas solidárias que facilitam o acesso dos trabalhadores à moradia própria. A produção via cooperativa melhora a qualidade da habitação e reduz significativamente o seu custo, pois, ela elimina os intermediários e a especulação imobiliária.

O cooperativismo habitacional autogestionário existe no Rio Grande do Sul desde 1991, muito já foi feito, porém, a maioria das cooperativas enfrenta sérias dificuldades financeiras na hora de construir suas casas. Não há uma política habitacional em nível federal ou estadual que estimule e financie a produção de habitações populares por este sistema.

Nossa proposta é desenvolver uma política de fomento (apoio e financiamento), que respeite as cooperativas habitacionais como pessoas jurídicas, que tenha juros e prazos compatíveis com as faixas de renda de cada cooperativa, possibilitando retorno integral do financiamento para ser reutilizado por novas cooperativas.

Meta:

Financiar a produção de 10.000 unidades habitacionais cooperativadas em 4 anos.

Articulação com a iniciativa privada na produção de loteamentos

Programa de integração com empresários da construção civil, loteadores e proprietários de terra para produção de loteamentos. A iniciativa privada produz os lotes e o Governo Popular comercializa.

Meta:

Produção de 20 mil lotes

Mutirão

A articulação do governo com a comunidade são características marcantes das Administrações Populares. Exemplo disso é o Programa de Ajuda Mútua, que promove a construção de moradias através de um sistema de mutirão. O Programa é desenvolvido em regime de co-gestão, com a participação direta da comunidade, com gerenciamento, assessoria técnica e financiamento do governo. Além de representar uma alternativa de assentamento e regularização fundiária, este programa permite ao mutirante se apropriar da moradia através do seu trabalho.

Cesta de Materiais

Facilitar a construção da casa própria e melhoria nas moradias através da aquisição de uma cesta de materiais para as famílias de baixa renda.

Este programa tem por objetivo atender os assentamentos populares com precárias condições de habitabilidade, possibilitando às famílias a construção, ou realização de melhorias nas moradias e nas condições sanitárias.

Com este projeto, o Governo pretende possibilitar financiamento individual, oportunizando o acesso a aquisição de material de construção.

Banco de Terras

Constituir um Banco de Terras com o objetivo de ter um estoque de recursos territoriais destinado a programas habitacionais de interesse social. Os imóveis que irão integrar o Banco de Terras são aqueles, públicos ou devolutos, já ocupados pela população de baixa renda e os que venham a ser adquiridos para a execução de programas habitacionais ou de lotes urbanizados. Uma vez integrantes do Banco de Terras, os imóveis somente poderão ser alienados ou permutados para o desenvolvimento de tais programas.

**Metas
para a
saúde.**

OLÍVIO 

Metas da Frente Popular para a Saúde do Rio Grande

-- Estas são as metas de Olívio Dutra para a saúde no Rio Grande do Sul.

O programa de governo de Olívio, Rosseto e Bisol tem compromisso com a implantação efetiva do SUS - Sistema Único de Saúde, garantindo assistência ambulatorial e hospitalar de qualidade e promovendo a melhoria das condições de vida e saúde da população gaúcha. Para o Governo Democrático e Popular, saúde é prioridade de verdade, porque é um direito dos cidadãos que não pode ser tratado como mais um negócio privado.

A população gaúcha e brasileira conhece muito bem a realidade da saúde pública. Quem já sofreu ou teve um parente abandonado dentro de uma ambulância de um lado para outro sabe o que é isso. Sabe o que é enfrentar filas, desrespeito e cobranças ilegais na portaria dos hospitais. Estes são sintomas do colapso da saúde no Brasil e no Rio Grande do Sul. Mas ao contrário do que sugere a propaganda oficial, esta situação tem causa e responsáveis. É o resultado de uma política deliberada de sucessivos governos que reduzem os gastos sociais e provocam o desmonte dos serviços de saúde, inviabilizando o Sistema Único de Saúde (SUS), que é uma conquista da população gaúcha e brasileira. O governo Britto agravou esta realidade, pois deixou de implantar o SUS e desenvolveu uma política contrária aos princípios e diretrizes consagrados nas constituições Estadual e Federal e nas deliberações das conferências de saúde.

As conseqüências dessa política são o ressurgimento da tuberculose, da dengue, o derrame dos remédios falsificados, a falta de leitos, a diminuição de atendimentos ambulatoriais, a contaminação e a morte em clínicas particulares que funcionam sem qualquer fiscalização do poder público. Os governos federal e estadual sistematicamente descumprem a lei, reduzindo as verbas orçamentárias destinadas à saúde.

DESFINANCIAMENTO

Nos anos de 96 e 97, o governo Britto deixou de aplicar 10% da Receita Tributária Líquida na Saúde, como determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias, causando um prejuízo de 414,7 milhões ao SUS no Rio Grande do Sul. O atual governo do Estado gastou, em média, apenas 2,5% do Orçamento do Estado no setor, o que representa pouco mais de R\$ 20,00 na saúde de cada gaúcho.

Embora grande parte dos municípios gaúchos destinem, em média, 12% dos respectivos orçamentos para a saúde, a omissão do governo do Estado impede a viabilização da rede de serviços do SUS no conjunto do Estado. Diante desta realidade, os pacientes do interior se deslocam para os grandes centros e para a capital em busca de serviços que não têm em suas cidades. A prefeitura de Porto Alegre, por exemplo, vem assumindo cada vez mais o atendimento dos pacientes do interior do Estado, elevando os gastos com internações hospitalares no período de 1995 a 1998 de 51,53% para 60,34% com estes pacientes.

DESINVESTIMENTO

Os investimentos da Secretaria de Saúde do Estado foram de apenas R\$ 19,8 milhões nos três primeiros anos de governo, a metade do que o Governo Britto gastou somente com a terraplanagem do terreno da GM. Esse baixo nível de investimentos provocou o sucateamento da rede de serviços do SUS e a impossibilidade de implantação de estruturas complexas e de caráter regional, indispensáveis ao atendimento integral e resolutivo da população. Ao invés de atuar solidariamente junto aos municípios para constituir os sistemas municipais de saúde, o atual governo optou pela distribuição de ambulâncias para a remoção dos pacientes para os grandes centros, especialmente para Porto Alegre. De 1995 a 1997, foram distribuídas 94 ambulâncias para os municípios. Em 1998, às vésperas da campanha, o governo Britto transformou a cedência de ambulâncias em moeda eleitoral, firmando convênios para a distribuição de mais 120 ambulâncias. Isto é exatamente o contrário do que prometeu na campanha de 1994, quando anunciou que acabaria com a "saúde de ambulância".

constituição de consórcios intermunicipais e regionais de saúde, que objetivam a solução conjunta dos problemas comuns vivenciados nos municípios. Portanto, a municipalização da saúde não será mais utilizada como forma de repassar estruturas sucateadas e serviços precários aos municípios, como faz o governo Brito.

3) Ampliaremos a produção de medicamentos através da FEPPS - Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde, que passará a produzir 350 milhões de unidades ao ano de toda lista básica de medicamentos utilizados na rede de serviços do SUS. A FEPPS será modernizada para, além de produzir medicamentos especiais, vacinas, hemoderivados e outros insumos necessários à saúde, adquirir e disponibilizar medicamentos necessários aos pacientes do SUS. Com isso, não faltarão medicamentos para quem precisa e a aquisição de remédios passará por exames rigorosos, o que evitará o ingresso de medicamentos falsificados na rede de serviços do SUS.

4) Organizaremos, através da Secretaria da Saúde, estruturas de saúde complexas e especializadas que viabilizem aos cidadãos a resolução dos seus problemas de saúde nos próprios municípios ou na mesma região. Todas as regiões do Estado contarão com atendimento ambulatorial e hospitalar especializado, de acordo com as necessidades da população.

As sedes das 19 Delegacias Regionais de Saúde e os municípios-pólo terão estas estruturas implantadas, nas seguintes áreas:

4.1) **Centros de Especialidades**, disponibilizando serviços especializados nas áreas mais demandadas pela população, como oftalmologia, traumatologia, otorrinolaringologia, neurologia, urologia, oncologia, odontologia, e outras cuja realidade exija.

4.2) **Centros de Apoio Diagnóstico e Terapêutico**, com a criação de laboratórios para exames clínicos, e clínicas de diagnóstico por imagem (RX, ressonância magnética, tomografia, ecografia, etc).

4.3) **Centrais de Marcação de Consultas, de Leitos Hospitalares e de Exames Especializados**, que regularão as vagas e serviços disponíveis, bem como organizarão o atendimento da população.

Estas estruturas de caráter regional e de maior densidade tecnológica proporcionarão o desenvolvimento das políticas específicas de forma integral, e serão implementadas conjuntamente com os municípios:

AIDS e Doenças Sexualmente Transmissíveis - Implantação de Centros de Orientação e Apoio Sorológico, de Centros de Referência e de Hospitais-Dia para atenção integral de diagnóstico, prevenção, controle, assistência e tratamento da AIDS e DST;

Política de Atenção Integral à Saúde Bucal - Universalização de ações preventivas como a fluoretação das águas, tratamento das doenças bucais, prevenção e controle do câncer bucal e conjugação de esforços com os municípios com o objetivo de fornecer próteses dentárias;

Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher - Criação de centros de referência, desenvolvimento de campanhas de informação quanto aos métodos contraceptivos e contraceptivos, estabelecendo programas de prevenção da gravidez precoce e de diagnóstico precoce do câncer de colo uterino e de mama, além da garantia de atendimento pré-natal e de UTI's neonatal;

Política de Saúde Mental - Implementação da reforma Psiquiátrica, com a criação de centros de Apoio Psíquico e Social e Pensões Públicas Comunitárias, e a disponibilização de leitos psiquiátricos em hospitais gerais;

Política de Saúde na Terceira Idade - Instituição de serviços ambulatoriais e hospitalares capacitados para o atendimento das doenças e complicações de maior incidência neste segmento da população, tais como doenças crônico-degenerativas, reumatológicas, cárdio-vasculares, câncer e osteoporoses;

Política de Saúde do Trabalhador - Criação de centros de referência para o atendimento das demandas especializadas decorrentes de acidentes e doenças provocadas pelo trabalho, com a capacitação para a pesquisa, visando a investigação e vigilância de novas doenças profissionais e a produção de meios de proteção dos trabalhadores, bem como o fornecimento de próteses e órteses para vítimas de acidentes do trabalho;

Política de Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente - Ações de proteção de crianças vítimas de maus tratos, abuso sexual e outras formas de violência, bem como ações de prevenção e tratamento da dependência química;



Sabemos que os responsáveis pelo colapso em que se encontra a saúde hoje são os governos Britto e FHC, porque o Estado e a União têm instrumentos capazes de transformar essa situação. Basta compromisso efetivo com o SUS e com a saúde de cada gaúcho e brasileiro. Lula e Brizola têm esse compromisso, o mesmo que Olívio, Rossetto e Bisol assumem para governar e desenvolver o Rio Grande.

A omissão e o descompromisso dos atuais governantes do Estado e do Brasil são reconhecidos pelo próprio atual Ministro da Saúde que, em recente pronunciamento feito durante o IIº Encontro Nacional de Conselheiros de Saúde, lembrou o período em que Antônio Britto era Ministro da Previdência e Assistência Social e Fernando Henrique Cardoso era Ministro da Fazenda:

“.... Em 93, quando o atual governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, era ministro da Previdência, os 25% da saúde desapareceram da noite para o dia e não houve substituição.” (Ministro José Serra, 02.06.98)

OLÍVIO



Frente Popular
PT • PSB • PCdoB • PCB



COMO BRITTO DEIXOU O TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO.

③ BRITTO AUMENTOU O PREÇO DA PASSAGEM

Britto prometeu melhorar o transporte na Região Metropolitana de Porto Alegre não fez nada. A única coisa que fez foi aumentar em 112% o preço das passagens em período em que eles dizem que a inflação foi pequena.

③ ÔNIBUS VELHOS E RUINS

Quando em Porto Alegre a idade média da frota é de 4 anos, nas linhas metropolitanas ela ultrapassa 8 anos e há veículos com mais de 15 anos. Os ônibus não têm conforto nem limpeza e suas péssimas condições de segurança é uma verdadeira ameaça à população.

③ VIAGENS LONGAS E CANSATIVAS

Em corredores exclusivos para ônibus, as viagens são demoradas e cansativas. Um mês o trabalhador perde dois dias e meio dentro de um ônibus.

③ PEDÁGIOS

Como se não bastasse o descaso pelos transportes públicos, Britto está implantando pedágios nas cidades metropolitanas sem nenhum estudo técnico, cobrando taxas absurdas e penalizando ainda mais os usuários das rodovias.

OLÍVIO 
GOVERNADOR ROSSÉLIO VICE

LULA
PRESIDENTE VELOSO

BISOL 
GOVERNADOR

Comitê de Campanhas:

OLÍVIO

GOVERNADOR

EM RESPEITO AO

PASSAGEIRO.

O Transporte Coletivo Metropolitano, que é responsabilidade do Governo do Estado, precisa melhorar imediatamente. São longas viagens com passagens caras em veículos velhos e lotados que demoram para passar na parada e quebram no meio do caminho.

Olívio Dutra Governador vai mudar esta situação porque tem experiência. Como prefeito de Porto Alegre, Olívio já mostrou que tem coragem e sabe como melhorar o transporte.

OLÍVIO

GOVERNADOR

ROSSÉLIO VICE